

Daniel Medeiros de Freitas

**APROXIMAÇÕES ENTRE ARQUITETURA E
URBANISMO NAS INTERVENÇÕES REALIZADAS
NO HIPERCENTRO DE BELO HORIZONTE**

Dissertação apresentada ao curso de
mestrado em Arquitetura da Escola de
Arquitetura da Universidade Federal de
Minas Gerais.

Área de Concentração: Departamento de
Urbanismo.

Orientadora: Jupira Gomes de Mendonça.

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2006

FICHA CATALOGRÁFICA

M866a Freitas, Daniel Medeiros de
Aproximações entre arquitetura e urbanismo nas
intervenção realizadas no hipercentro de Belo
Horizonte / Daniel Medeiros de Freitas - 2006.
109: il.

Orientadora: Jupira Gomes de Mendonça
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Arquitetura – Belo Horizonte 2. Hipercentro – Belo
Horizonte I.Mendonça, Jupira Gomes II.
Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de
Arquitetura III. Título

CDD : 720

AGRADECIMENTOS

À orientadora do trabalho, professora Jupira Gomes de Mendonça, pela forma de condução do processo, pela liberdade concedida ao longo da pesquisa, pela confiança no trabalho, pela paciência em desfazer meus equívocos e ansiedades, pelo interesse em ouvir minhas idéias e, sobretudo, pela disposição de compartilhá-las.

À professora Celina Borges Lemos pela disponibilidade de ajuda em momento fundamental da pesquisa e pela imensa contribuição à aproximação entre arquitetura e urbanismo na minha formação e de tantos outros.

Ao professor Marco Aurélio A. de Figueiras Gomes, pela presença na banca examinadora e comentários à respeito do trabalho, fundamentais para a confirmação e abertura de futuras linhas pesquisa.

À professora Maria Lúcia Malard pela possibilidade de acompanhamento da disciplina Introdução à Arquitetura e ao Urbanismo que inaugurou parte dos questionamentos tratados ao longo do trabalho.

Aos professores Carlos Brandão, Sthephan Huchet e Silke Kapp pela competência na apresentação de caminhos, posturas e fontes para a investigação ao longo do curso de mestrado.

Aos colegas, professores e funcionários do mestrado em Arquitetura e Urbanismo.

À Delphi Projetos e Gestão pela compreensão de ausência durante o período de elaboração do trabalho e apoio à sua conclusão.

À CAPES pelo apoio financeiro durante a maior parte do curso.

Aos amigos, familiares e, sobretudo, à Izabela pelo imenso auxílio, companhia e tolerância.



Se, como crê a maioria de nós, temos o poder de moldar o mundo de acordo com nossas concepções e nossos desejos, como então explicar que tenhamos coletivamente criado tamanho horror? Nosso mundo físico e social pode ser e tem de ser feito, refeito, e, se der errado, refeito de novo. Onde começar e o que fazer são as interrogações iniciais.

(HARVEY,2000.p.366)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ARQUITETURA E URBANISMO	17
2.1 Histórico dos valores associados à intervenção	18
2.2 Categorias de análise	26
3 HIPERCENTRO DE BELO HORIZONTE	32
3.1 Modelo urbanista clássico. Do Projeto original à década de 30	34
3.2 Modelo modernista. Da década de 30 à década de 60	41
3.3 Modelo “depois dos modernos”. A partir da década de 60	50
4 INTERVENÇÕES PONTUAIS	57
4.1 Praça Sete de Setembro	59
4.2 Edifício Sulacap-Sudameris	71
4.3 Conjunto JK	77
4.4 Praça Rui Barbosa e Estação Ferroviária	83
4.5 Praça Rio Branco e Estação Rodoviária	88
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
5.1 Hipercentro de Belo Horizonte	96
5.2 Aproximações entre arquitetura e urbanismo	100
REFERÊNCIAS	105

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Adaptação do círculo de Giddens, tal como citado por Holanda.....	17
FIGURA 2 Tipos de diálogo com o entorno. O contextualismo do anexo à Academia Mineira de Letras, o diálogo interventor do edifício <i>Officenter</i> e do edifício do Museu de Mineralogia, popularmente conhecido como Rainha da Sucata.....	28
FIGURA 3 O obelisco da Praça Sete, o edifício Acaiaca e o prédio neocolonial da antiga Faculdade de Direito, já demolido.....	29
FIGURA 4 Planta Geral da Cidade de Minas e detalhe da Área de Estudo elaborada a partir da Planta Geodésica Topográfica e Cadastral de Belo Horizonte (1894)	36
FIGURA 5 Processo de verticalização do Hipercentro de Belo Horizonte	48
FIGURA 6 Obras viárias no Hipercentro, o Complexo da Lagoinha e o Elevado Castelo Branco	52
FIGURA 7 Parte do <i>folder</i> de divulgação do Projeto Centro Vivo da Prefeitura de Belo Horizonte	54
FIGURA 8 Limites utilizados para o Hipercentro com localização das situações estudadas	58
FIGURA 9 Primeiros anos da Praça Sete, ainda 12 de Outubro	60
FIGURA 10 Obelisco da Praça Sete e o entorno imediato na década de 50	61
FIGURA 11 O abrigo de bondes da Rua da Bahia e o abrigo da Praça Sete. À direita, a planta cadastral de 1942 com as linhas e abrigos para bondes	61

FIGURA 12 O obelisco na Savassi e foto de 1974 da Praça Sete já sem o segundo monumento	62
FIGURA 13 Monumento horizontal construído na gestão de Amintas de Barros. À direita, aeronave em comemoração ao dia da aviação	63
FIGURA 14 Fechamento dos quarteirões do entorno imediato da Praça Sete na década de 70	63
FIGURA 15 O edifício Banco Hipotecário e Agrícola (1922) e o Cine Brasil (1932)	65
FIGURA 16 Verticalização da Praça Sete. Da esquerda para a direita: Ed. Bemge, Ed. Clemente Faria, Ed. Helena Passig e Ed. Julia Nunes Guerra	67
FIGURA 17 Vista aérea da Praça Sete de Setembro indicando entorno imediato: (1) Ed. Banco Hipotecário e Agrícola; (2) Cine Brasil; (3) Brasil Palace Hotel; (4) Ed. Bemge; (5) Ed. Clemente Faria; (6) Ed. Joaquim de Paula; (7) Ed. Helena Passig; (8) Ed. Julia Nunes Guerra	67
FIGURA 18 Recentes intervenções nos quarteirões fechados da Praça Sete	70
FIGURA 19 O antigo prédio dos Correios e Telégrafos no terreno do Ed. Sulacap-Sudameris	72
FIGURA 20 Substituição da ponte original pelo Viaduto Santa Tereza	72
FIGURA 21 Imagens do edifício Sulacap-Sudameris e entorno: o Ed. Sulacap vista a partir da rua da Bahia; o Ed. Acaiaca no centro, e, à direita, na década de 60, após a derrubada das árvores da Avenida Afonso Pena	73
FIGURA 22 A implantação do Edifício Sulacap Sudameris e entorno imediato (1) Ed. Sulacap-Sudameris; (2) Ed. Acaiaca e (3) Localização do anexo construído na década de 70	74
FIGURA 23 Anexo construído em frente ao edifício Sulacap-Sudameris	76

FIGURA 24 Praça Raul Soares e início da construção do conjunto	78
FIGURA 25 Fotos da construção do conjunto JK	79
FIGURA 26 Foto recente do JK e do início de restauração da fachada	81
FIGURA 27 A Praça Rui Barbosa na década de 20 e o Hotel Itatiaia	84
FIGURA 28 Projeto de revitalização da Praça Rui Barbosa e da Estação Ferroviária	86
FIGURA 29 Três momentos de idealização do espaço da Praça Ferroviária. Proposta de metrô subterrâneo no leito do Arrudas (1960), revitalização do centro (1989) e <i>Boulevard</i> Arrudas (2000)	87
FIGURA 30 Entorno da Praça Rui Barbosa próximo ao Ed. Central	88
FIGURA 31 Prédio da Feira de Amostras e posterior instalação do terminal de ônibus	89
FIGURA 32 Primeiro terminal de ônibus e intervenção na Praça Rio Branco que demoliu a Feira de Amostras para prolongar Afonso Pena	89
FIGURA 33 Atual Terminal Rodoviário. Construção iniciada em meados da década de 60 e inauguração em 1971	90
FIGURA 34 Monumento liberdade em Equilíbrio (1982) e Complexo da Lagoinha (1985)	90
FIGURA 35 Proposta de intervenção vencedora do concurso de 1989, elaborado por Álvaro Hardy e Mariza Machado Coelho	93

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 Categorias de análise da relação entre arquitetura e urbanismo	31
---	----

RESUMO

O principal objetivo do trabalho é a construção de aproximações entre arquitetura e urbanismo através do estudo da relação entre as propostas urbanas e as intervenções pontuais no Hipercentro de Belo Horizonte. Para tal é definido um enfoque inicial – o caráter propositor comum às disciplinas – e a construção de categorias de análise, a fim de sistematizar a relação entre o vocabulário formal, as atribuições de valor a esse vocabulário e as estratégias de diálogo da intervenção com o entorno.

Nesse aspecto, o urbanismo é apreendido a partir de sua relação com a figura da utopia e a idealização de modelos, presentes na análise e proposta de planejamento. A arquitetura, por outro lado, é compreendida através de seu papel na conversão do espaço construído em modelos urbanos idealizados. O enfoque é transportado para Hipercentro através de duas abordagens: a evolução das manchas de homogeneidade, nas quais se reconhece o processo de transposição de modelos, e a análise de cinco situações pontuais, nas quais se constrói o papel urbano da intervenção.

A conclusão do trabalho identifica no histórico e no atual processo de requalificação do Hipercentro um conflito entre modelos urbanos utópicos e, retomando a questão da proximidade entre as disciplinas, constrói e discute cinco aproximações possíveis entre arquitetura e urbanismo.

ABSTRACT

The main objective of the work is the construction of interfaces between architecture and urbanism through the study of relation between urban proposals and local interventions in Hipercentro of Belo Horizonte. For such an initial approach is defined - the common propositor character - and the construction of categories of analysis, in order to systemize the relation between the formal vocabulary, the attributions of value to this vocabulary and the strategies of dialogue of the intervention with constructed space.

In this aspect, urbanism is apprehended from its relation with the figure of the Utopia and the idealization of models, gifts in the analysis and proposal of planning. The architecture, on the other hand, is understood through its paper in the conversion of the space constructed in the idealized urban models. The approach is carried to Hipercentro through two boardings: the evolution of the homogeneity spots, in which if it recognizes the process of transposition of models, and the analysis of five prompt situations, in which if it constructs the urban paper of the intervention.

The conclusion identifies in the current process of requalification of the Hipercentro a conflict between utopian urban models and, retaking the question of the proximity between the disciplines, show five possible interfaces between architecture and urbanism.

1 INTRODUÇÃO

O histórico de definição do tema e de condução da pesquisa tiveram papel fundamental no desenvolvimento e conclusões apresentadas ao longo do trabalho. Durante ingresso no curso de mestrado, o convite para estudar o Hipercentro de Belo Horizonte e seu processo de requalificação levou ao parcial abandono do projeto original de admissão, devido à vontade de contato com o tema proposto e sua relação com as recentes discussões sobre cidade e arquitetura contemporânea.

Do projeto de admissão foi mantida a vontade de aproximar, através de uma abordagem histórica, a teoria arquitetônica e teoria urbana como estratégia para reverter a aparente ruptura entre o edifício e espaço urbano. Ou seja, o trabalho recorre à história das disciplinas para formular ou resgatar conceitos capazes de aproximá-las, buscando um viés mais próximo do campo projetual do que do compromisso de interpretação ou registro da história da área de estudo. Esse enfoque possibilitou a resolução de uma indefinição inicial: a dúvida entre utilizar a aproximação entre as disciplinas como enfoque para compreender o espaço do Hipercentro e suas recentes modificações, ou utilizar a peculiaridade daquela região como forma de investigar a relação entre arquitetura e urbanismo. A complexidade do espaço central e a falta de experiência profissional relacionada à área foram os principais fatores que levaram à opção pelo segundo caminho, embora parte do que foi escrito aqui sinalize possibilidades de novos enfoques para a compreensão da região em seu constante processo de reinvenção, aspecto retomado no último capítulo do trabalho.

O caminho escolhido, estudar a aproximação entre arquitetura e urbanismo, discutindo a relação entre as propostas urbanísticas e as intervenções no Hipercentro, por sua vez, insere a pesquisa em um contexto de dupla retomada: do papel urbano da arquitetura e da importância das regiões centrais para as cidades contemporâneas. Nas duas situações, a discussão envolve a combinação de ampla bibliografia referente aos papéis simbólicos, econômicos e sociais da cidade tradicional na cultura metropolitana; à complexidade das atribuições ao objeto arquitetônico na construção, percepção e gestão da cidade contemporânea; e à evolução da região estudada.

Para desenvolver o tema de forma compatível com o trabalho e investigar os aspectos envolvidos na inserção dos edifícios e das intervenções urbanas pontuais em uma região com as características do Hipercentro de Belo Horizonte, parto da formulação de que arquitetura e urbanismo possuem três aspectos em comum: (a) projetam o espaço, (b) o

fazem através de decisões arbitrárias e (c) através de manipulação de determinado “repertório ideologizado de intervenções” (SEGAWA, 2002, p.23).

Pretendo com essa primeira definição incluir tanto a intenção do projeto quanto os reais efeitos do espaço construído. Porém, o trabalho dará maior peso ao primeiro aspecto, ao qual denomino expectativas em relação ao espaço projetado, através de suas estratégias de diálogo com a cidade e através da identificação de valores associados ao objeto. O conceito será apresentado de maneira mais detalhada no segundo capítulo, sendo possível adiantar que se trata de atribuições de significados ao objeto, na fase de projeto e ao longo da ocupação, que norteiam a intenção das propostas. Essa opção, no entanto, não exclui o segundo aspecto, os efeitos do espaço construído, ou a compreensão de

[...] como a configuração de edifícios e cidades afeta nossos modos de convívio social, nosso jeito de interagir com outras pessoas, a maior ou a menor facilidade que temos de nos reunirmos em determinados lugares ou as estratégias de vigilância e controle de uns sobre os outros” (HOLANDA, 2002, p.14).

A formulação também pretende abranger, no urbanismo, tanto o caminho da forma – que inclui o desenho urbano, o paisagismo, o projeto de equipamentos, mobiliário, monumentos e marcos, uso de intervenções estratégicas e papel das edificações notáveis – quanto o caminho da norma – que define o zoneamento das atividades, a tipologia das edificações, a preservação de conjuntos e as diretrizes para construção, incluindo códigos de obras e de posturas.

Por outro lado, a formulação possibilita concentrar a discussão na interface conceitual e não na inserção profissional ou ação institucional do arquiteto e urbanista, ou seja, não lida diretamente com o mapeamento ou crítica da atuação do profissional em equipes multidisciplinares responsáveis pela elaboração ou gestão dos planos urbanos, bem como a viabilidade política, social, econômica ou ideológica destes planos.

O recorte procura evitar uma abordagem que tende a atribuir aos fatores externos às disciplinas, as causas de seus desvios e inadequações, bem como o aprofundamento na evolução do espaço urbano e da arquitetura a partir de enfoques que não sejam diretamente ligados ao caráter propositor. Sobre esse aspecto, cabe mencionar o desequilíbrio favorável às concepções de que a configuração urbana e os desvios ou distorções nos projetos implementados são resultado exclusivo dos agentes externos às disciplinas – tais como

mercado, legislação, industrialização, dentre muitos – e não da inadequação das propostas ao contexto ou ao entorno¹.

O termo caráter propositor e a identificação da figura do arbitrário nas disciplinas foram conceitos baseados em Choay (1985), e buscam resgatar a descendência histórica do urbanismo em relação ao Tratado de Arquitetura e à figura da utopia². A autora identifica como a principal preocupação dos primeiros urbanistas a ordenação da realidade, considerada caótica, quando comparada aos modelos idealizados, e inadequada, diante das novas funções da sociedade pós-revolução industrial do final do século XIX. Choay descreve neste momento o surgimento de duas posturas críticas em relação à cidade: as posturas comentadoras, que procuram compreender os fatores que atuam na estruturação do espaço urbano; e as posturas propositoras – ou caráter propositor – que trabalham o espaço como um projeto de sociedade a se concretizar. O urbanismo pertence, ainda segundo Choay, a essa segunda categoria, uma vez que para se pensar a cidade, foi necessário, desde o primeiro momento, sua idealização, através de modelos e posicionamentos que incorporaram tendências e sistemas de valores. Neste aspecto, a nova disciplina, desde o início, entrava em conflito com o ideal de imparcialidade técnica e conhecimento científico, que mascarava, através do rigor metodológico e da compreensão da cidade enquanto instrumento destinado a cumprir determinadas funções, o fato de o urbanismo conter “mais ideologias implícitas que racionalidades reais” (LACASE, 1993, p. 16).

Transpondo a discussão de Choay para a arquitetura, pode-se identificar a proximidade da disciplina aos modelos idealizados do urbanismo propositor, uma aproximação que ocorre em diferentes níveis e etapas do projeto, através de contaminações mútuas entre as

¹ Aqui, e ao longo do trabalho, diferencio as palavras *contexto* e *entorno*, considerando contexto como a situação da área de inserção das propostas através de seus aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos compreendidos através de perspectiva histórica. Já quando me refiro a entorno, incluo apenas a análise das estruturas espaciais edificadas próximas à intervenção, ou seja, o espaço construído. No entanto, veremos, ao longo do trabalho, que mesmo a relação com o contexto possui a presença do que chamarei modelo idealizado de espaço urbano, sendo o termo contexto considerado como um modelo urbano idealizado a ser combatido ou incorporado.

² A proximidade entre planejamento urbano e utopia aparece ainda na sistematização dos textos urbanos em Hall (1988) e são citadas com grande destaque no trabalho de Harvey (2004) e Ryckwert (2004). No entanto, o conceito sofre variações consideráveis e aparece de diferentes formas ao longo dos períodos estudados no trabalho. Opto, ao longo da pesquisa, pela adoção do termo modelo idealizado para descrever a redução da complexidade da cidade real em um conjunto de paradigmas espaciais compostos pela associação de um determinado vocabulário formal a determinados valores.

disciplinas na conformação, mudança ou permanência destes modelos. O trabalho que se segue considera a inserção da arquitetura no tecido urbano, sobretudo, um instrumento para aproximar determinada realidade de um modelo ideal. Ao longo da pesquisa, utilizo o termo intervenção para identificar tanto a inserção da arquitetura, como a inserção de qualquer intervenção pontual no tecido urbano, incluindo marcos, monumentos, desenho urbano, obras viárias, dentre outras.

A principal hipótese trabalhada é a de a compreensão da relação entre a idealização do espaço urbano dos planejadores e as intervenções de cada período são determinantes nas estratégias de diálogo entre arquitetura e urbanismo. Essa relação por sua vez ocorre, e essa é minha segunda hipótese, a partir da transposição de elementos espaciais e valores associados ao espaço construído, importados de outros contextos e situações, conceito que identifico como a transposição de modelos idealizados. Nesse aspecto, não me refiro à transposição de modelos teóricos para a compreensão ou gestão do espaço urbano local, mas de um conjunto de soluções espaciais que formam uma espécie de repertório comum, sobre o qual se desenvolveram as estratégias de diálogo entre projeto de arquitetura, intervenções urbanas e cidade.

No contato com a área de estudo, busco identificar e analisar os caminhos através dos quais ocorre a contaminação entre urbanismo e arquitetura na materialização dos modelos idealizados em uma região como o Hipercentro de Belo Horizonte; e como esse comportamento, em diversos momentos, foi manipulado ou mascarado por posturas científicas associadas ao planejamento urbano, ou funcionalistas e estéticas quando associado à arquitetura; e, finalmente, como esses aspectos definem a inserção da arquitetura, não só na região estudada, mas em outras situações urbanas no restante da cidade. Nesse sentido, procuro discutir que existe não só uma relação dialética entre a manipulação dos valores atribuídos às intervenções e a influência dos modelos ideais de espaço urbano, como também períodos de hegemonia desse comportamento nas estratégias de intervenção urbanas e arquitetônicas sobre esta região de estudo ao longo de sua evolução.

Para confirmar essas hipóteses, a estratégia adotada foi compreender a relação entre o vocabulário formal, o diálogo pretendido com o entorno e os valores atribuídos ao objeto. Para tal, o trabalho lida com duas linhas de investigação: a construção de um histórico de evolução morfológico da região e a análise de um elenco de situações pontuais localizados na área estudada. Sobre o histórico, é importante dizer que não se trata de construção de narrativa a partir do espaço construído ou apropriação desse espaço, mas compreender a relação entre o contexto e os momentos de aproximação entre as disciplinas, através da

busca do reconhecimento e compreensão das situações de homogeneidade de inserção da arquitetura na área de estudo. Sobre a análise das situações pontuais, o motivo para a opção parte da idéia de que o diálogo propositivo entre arquitetura e urbanismo se dá de maneira mais acentuada nesses projetos do que nas manchas de homogeneidade tipológica dentro do tecido urbano. Ou seja, foi percebido, ao longo da formulação do histórico e contato com a área, que esses locais possuem tanto a capacidade de se comportar como paradigmas norteadores da idealização do espaço urbano e inserção da arquitetura, como acumulam, ao longo da evolução da cidade, uma grande quantidade de propostas, intervenções e mutações, em grande medida relacionadas a esse papel paradigmático.

A principal limitação do método utilizado, sobretudo na análise dos projetos pontuais, foi a escassez de material que contivesse o discurso do arquiteto sobre a intenção da obra. Nessa pesquisa, portanto, quando me refiro à intenção do projeto, estou me referindo à análise que fiz das estratégias de ocupação do terreno e sua relação com o discurso arquitetônico e urbano do período em que foi projetada. Acredito que, para a discussão proposta, o método é satisfatório e, em alguns casos, capaz de revelar mais sobre a intenção do espaço do que o discurso dos profissionais, embora não seja descartado o risco de equívocos ou interpretações de natureza subjetiva. Outro caminho possível de análise dos projetos seria a utilização de métodos e categorias da sintaxe espacial. No entanto, optei pela criação de categorias próprias que funcionassem menos como classificação do objeto de estudo do que como roteiro de análise dos casos. Se por um lado, a opção limita o diálogo dessa pesquisa com outras em andamento, uma vez que estabelece categorias válidas apenas para o objeto de estudo, por outro lado, possibilita maior aproximação à etapa de projeto e intenção, melhor adequação ao local estudado e maior possibilidade de surgimento de uma teoria mais próxima à intenção de inserção da arquitetura local.

O segundo capítulo do trabalho apresenta o referencial teórico utilizado para discutir as aproximações entre a arquitetura e o urbanismo, mapeando as atribuições simbólicas do espaço construído e as estratégias de diálogo dos edifícios. O terceiro capítulo aproxima esse mapeamento do local de estudo, identificando as estratégias e posicionamentos dos principais projetos elaborados para o Hipercentro de Belo Horizonte ao longo de sua história e no momento atual, buscando destacar os desvios e inadequações dos modelos idealizados quando transpostos para um contexto adverso ao de origem. O quarto capítulo analisa um elenco de cinco projetos notáveis, na busca de aprofundar a relação entre as disciplinas nos locais em que essa aconteceu com maior intensidade e maior capacidade de antecipação e influência nos rumos das intervenções urbanas e projetos de arquitetura. O quinto capítulo apresenta as conclusões do estudo e algumas possibilidades de desdobramento da questão.

2 ARQUITETURA E URBANISMO

O tema do trabalho foi formulado a partir de duas definições. A primeira, explicada na introdução, o fato de o urbanismo possuir um carácter propositor arbitrário e próximo à formulação de modelos idealizados de espaço urbano (CHOAY, 1985). A segunda, a presença desses modelos na inserção urbana da intervenção, aspecto que procuro analisar na primeira parte desse capítulo e que norteará a formulação das categorias de análise apresentadas em seguida.

Antes de sistematizar as intenções das intervenções no espaço urbano, julgo necessário diferenciar dois aspectos relacionados ao objeto arquitetônico e urbano: a percepção do objeto e a intenção que motivou sua idealização. Para tal, utilizo o argumento apresentado por Holanda (2003) a partir de sua interpretação do esquema proposto por Giddens e sua diferenciação entre o discurso, ou intenção, do projeto e o espaço construído. Segundo o autor, a intenção é determinada pelo contexto, ou seja, “a arquitetura é variável dependente, determinada pelas expectativas que deverá responder” (HOLANDA, 2003, p.38), enquanto que o espaço construído seria independente, ou seja, determinaria impactos em quem o utiliza. O círculo, neste aspecto, sugere uma relação de mão dupla entre a tentativa de suprir determinada demanda através do projeto e a resposta real ao espaço construído.

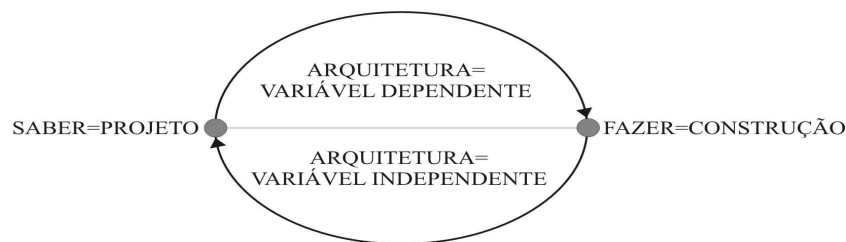


FIGURA 1 – Adaptação do círculo de Giddens, tal como citado por Holanda.

Fonte: HOLANDA, 2003, p.38.

Como já mencionado, procurei dar maior destaque à intenção do projeto e às expectativas às quais ele responde ou, para manter a nomenclatura utilizada por Holanda, ao projeto enquanto variável dependente. A opção, como já foi dito, não exclui os efeitos perceptivos do espaço construído, uma vez que estes, ao mesmo tempo em que intervêm na ocupação e apreensão do espaço, atuam na atribuição de valor ao objeto ao longo de sua evolução.

Na tentativa de identificar os valores associados ao objeto através de uma linha evolutiva abrangente, mas compatível com os limites do trabalho, focalizo a discussão em duas

abordagens, a do patrimônio histórico e a da associação da liberdade com a vida metropolitana, respectivamente a partir de duas autoras, Françoise Choay em *Alegoria do Patrimônio* e Otilia Arantes em *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. A opção de centralizar a discussão em duas abordagens, ambas demasiadamente condensadas, embora densas, é justificada pela adequação dos textos à intenção do trabalho, qual seja, revelar o comportamento de valores associados à intervenção, nesse caso presentes tanto na análise de sua categorização enquanto patrimônio histórico quanto no questionamento de seus fundamentos enquanto disciplina. Uma segunda razão para a escolha das obras se refere ao tipo de aproximação que pretendo construir com a história do Hipercentro, baseada na adoção e conflito de modelos, também próximos ao estudo do patrimônio histórico edificado e ao papel da arquitetura na modernidade.

Tal como as abordagens das autoras, o trabalho opta por considerar a arquitetura enquanto produto de uma cultura material maior, abordagem que aproxima a cidade, os edifícios e monumentos às demais produções artísticas e de objetos, mesmo quando não é essa a intenção declarada do projeto de arquitetura e da intervenção urbana. Antecipando uma das conclusões do trabalho para contextualizar melhor o recorte conceitual adotado, é possível dizer ainda que em áreas centrais e no atual processo de revalorização da relação entre arquitetura e urbanismo, o papel monumental ou estético das disciplinas vem adquirindo maior notoriedade em relação aos aspectos sociais e funcionais, rompendo um equilíbrio fundamental à relação entre as disciplinas e destas com a cidade.

2.1 Histórico dos valores associados à intervenção

Quando Choay (2001) define monumento em arquitetura, ela observa que, originalmente, o termo designava a intenção da obra em vincular um passado selecionado a fim de torná-lo memorável. Este conceito se situa em um período histórico a que Castriota (1992), baseado em Benjamin, identifica como o chamado *tempo cíclico*, onde o passado era utilizado como modelo ideal a ser reproduzido. A origem do monumento estaria, portanto, situada na busca de atribuir significado ao uso, tarefa ou pura existência do objeto, ou de forma mais sintética, vincular valor à matéria. Pode-se identificar, nesse momento, a origem de atribuições de permanência, ligadas a uma concepção temporal cíclica, onde a função da construção seria a de perpetuar os valores a ela associados, concepção que, veremos, nunca abandonou o discurso da arquitetura e do urbanismo.

O início da modernidade, ainda segundo ordenação cronológica proposta por Castriota (1992), se situa na gradual substituição do conceito de tempo cíclico pelo modelo de

progresso linear, onde o futuro se torna o foco, devendo ser construído a partir da análise e evolução das formas do passado. Nesse período, situado próximo ao século XV, Choay (2001) descreve valores ligados tanto a preocupações de ordem histórica quanto ao resgate da beleza clássica perdida que, no renascimento, seria associada aos monumentos clássicos. Estes objetos seriam, além de confirmação do saber dos livros, vestígios históricos de uma antiguidade que revelaria a verdade e a beleza das leis naturais.

É interessante notar a diferenciação que se faz, a partir de então, entre patrimônio histórico e monumento. Quando valores que não estão presentes na concepção original do monumento passam a ser agregados a ele, ou seja, a intenção simbólica ultrapassa a originalmente vinculada, o objeto passa a contar uma história e revelar aspectos da sociedade que o produziu, ou seja, todo objeto do passado pode possuir valor documental, delineando o que seria a primeira ampliação significativa do conceito de patrimônio histórico edificado. Essa ampliação serviu de base para as incipientes formas de estudo e catalogação do século XVII e XVIII, que se materializaram em extensos inventários e ilustrações de cunho documental de diversos objetos. Retirados de seu contexto original e convertido em modelo³, esses objetos inventariados afetariam não só a postura da preservação e restauração e a visão do passado e do futuro da arquitetura pós-revolução francesa e industrial, mas, sobretudo, a metodologia de projeto de novos objetos.

Nesse sentido, a autora observa como, após a destruição em massa de monumentos históricos na Revolução Francesa, o impulso contrário visando sua preservação atribui novos valores às edificações e estruturas urbanas. Além de vincular fatos memoráveis, o edifício e a cidade passavam a confirmar os ideais de beleza e informações sobre sociedades locais passadas, ou seja, vincular valores nacionalistas da história e arte local como forma de coletivizar o passado e sua preservação. A autora identifica ainda um ideal semelhante na revolução industrial inglesa, onde a sociedade também conviveu com a brusca inversão de valores tradicionais e novas delimitações espaciais e temporais. A discussão fundamental na Inglaterra do período era a preocupação com o futuro da arte e do artista na sociedade industrial, baseado no antagonismo entre a razão e criatividade. Nesse período da história Inglesa, os valores associados à arquitetura e aos objetos herdados do passado passam a ser o da representação do olhar do artista criador através

³ Adoto a palavra modelo, bem como sua diferenciação em relação à palavra tipo, baseado na definição de Quatremère de Quincy, tal como exposta em Argan (1963). Nesse aspecto, tipo seria uma espécie de regra para a elaboração de um objeto, enquanto que modelo seria um objeto a ser imitado pelo artista. No caso do trabalho, menciono também o termo modelo idealizado me referindo à forma como, na idealização do espaço urbano, a presença de um vocabulário formal é dominante nesse processo.

da emoção estética, deslocamento que reforça a preocupação nacionalista, a construção de identidades locais e protege a criação da ação do tempo, sobretudo através da imortalidade da obra e do gênio criador.

Como resposta a esse contexto temos uma arquitetura equilibrada entre dois dilemas: o primeiro, optar entre o progresso e o retorno ao passado, e o segundo, entre o privilégio à subjetividade ou à objetividade. Sobre o primeiro dilema, temos a oscilação entre o retorno a um passado idealizado e a futura cidade industrial, também idealizada, dilema que ocupará papel fundamental na discussão urbana e arquitetônica⁴. Sobre o segundo dilema, Vollet-le-Duc, teórico mais influente do período imediatamente seguinte ao das revoluções francesa e inglesa, tanto no campo da arquitetura quanto na preservação, adepto ao positivismo, foi quem se opôs com maior clareza contra as noções de decoro do século XVIII, ou seja, à associação do racionalismo em arquitetura à utilização “científica” do repertório histórico. Colquhoun (2004), em texto sobre o conceito de racionalidade em arquitetura, explica como, em Le Duc, ornamento e representação não poderiam ser acrescentados de forma arbitrária à estrutura do edifício, mas, fazendo analogia ao período gótico, buscar “um desenvolvimento metodológico contínuo que exclui a possibilidade de formas perfeitas decorrentes da antiguidade” (COLQUHOUN, 2004, p.21), ou seja, compreender o processo de projeto como algo mais próximo ao conceito de tipo do que ao conceito de modelo.

Se, nesse momento, tomarmos como enfoque a história da teoria urbana, veremos que o período que se seguiu, coincide, no entanto, com a propagação das primeiras cidades utópicas do final do século XIX, modelos idealizados que propunham a completa reestruturação da configuração espacial e arquitetônica das cidades tradicionais, nos quais a maior parte dos valores descritos até aqui encontravam correspondente espacial. Este comportamento, o qual Choay (2001) associa à resposta imediata aos problemas sociais do período, também se associa, e talvez de maneira mais incisiva, à busca de manipulação dos valores associados ao espaço construído e sua adaptação em relação a uma mentalidade mais ampla, formulada a partir da idéia de que um novo homem deveria se formar para uma nova sociedade situada no futuro, corpo teórico com decisiva influência no processo de desenvolvimento do Brasil republicano, sobretudo em um projeto como o de Belo Horizonte.

Essa alteração de enfoque, pela primeira vez na história, conduziu à associação da possibilidade de conquista de uma liberdade plena à ruptura com a tradição e estruturas de

⁴ É interessante notar como a proximidade da teoria inglesa ao primeiro caminho, e da teoria francesa ao segundo, gerou duas escolas de preservação de patrimônio, com critérios e objetos de estudo diferentes e em diversos pontos opostos. Para aprofundar ver Choay (2001).

dominação do passado, mentalidade que foi transposta para o urbanismo e para a arquitetura através de uma inversão nos fundamentos das disciplinas. Se, no urbanismo, a primazia do trajeto em detrimento ao destino foi incorporada desde o urbanismo barroco, parece ser somente nos modelos abstratos do pré-urbanismo que ela passa a ser diretamente associada à função libertadora do homem nas primeiras metrópoles⁵. Enquanto no urbanismo barroco a idéia de grandes avenidas possuía ligação com o controle e ordenação do espaço, além da conformação de perspectivas e edificações padronizadas, no pré-urbanismo e, mais tarde, na Carta de Atenas, a noção de movimento já está consolidada como o caminho ideal para a libertação do homem das velhas estruturas de dominação. O inverso, portanto.

Para melhor compreender esta inversão, bem como sua relação com a inserção urbana da arquitetura, recorrerei a Otília Arantes (1995) e sua citação de Camillo Sitte e Georg Simmel. A autora identifica como estrutura do argumento de Sitte a figura da praça e seu oposto, o termo patológico *Agorafobia*. A praça enquanto espaço circunscrito para vida pública, tal qual concebida por Sitte, perde seu sentido social no momento em que a vida moderna abandona o espaço coletivo e migra para o interior das residências, daí a necessidade de retomada de características do espaço urbano antigo, capazes de promover dentre outras fatores a sociabilidade nos locais públicos. Identificando sintomas semelhantes, Georg Simmel toma, no entanto, um rumo adverso do que propõe o arquiteto vienense. No lugar de buscar elementos capazes de recriar a sociabilidade perdida no espaço exterior, Simmel identifica a liberdade proporcionada pela vida moderna e só possível de se realizar nas novas metrópoles através da noção de movimento.

O argumento de Simmel combina a indiferença recíproca da multidão urbana ao papel protetor do intelecto no habitante cidadão. O primeiro fator, ligado à objetivação e despersonalização das relações sociais, baseadas na lógica do mercado, seria responsável pelo estímulo à abstração e desenvolvimento do indivíduo, sem restrições ou entraves. O

⁵ A circulação e a prioridade a ela conferida têm papel fundamental na construção dos primeiros modelos para a cidade. Richard Sennet, estudando a associação da idéia de fluxo com a eficácia do mercado, identifica a influência exercida por um trabalho pioneiro da medicina, publicado em 1628. *De motu cordis*, de William Harvey, oferece um novo modelo para a compreensão da circulação sanguínea, associando a liberdade e eficácia do movimento à saúde corpórea. O modelo, segundo o autor, inspiraria Adam Smith na construção dos seus trabalhos sobre o capitalismo moderno. Ainda segundo Sennet, a idéia de um ser humano móvel, individual e especializado, está diretamente associada ao modelo de mercado livre, onde a “circulação” de bens e de dinheiro é mais lucrativa e “saudável” do que o bem fixo e estável. O “*homo economicus*” deveria ser capaz de “abandonar velhas lealdades” e se “movimentar pela sociedade para explorar o mercado”. Para aprofundar ver Sennet (1997).

segundo fator, o papel protetor do intelecto, foi identificado de forma semelhante por outro autor, também citado por Arantes, Walter Benjamin, através da gradual transformação do choque em hábito-repetitivo nas grandes cidades.

Embora os autores também possuam divergências quanto aos desdobramentos dos conceitos⁶, o importante é destacar o processo de apagamento do aparelho perceptivo. Este apagamento estaria diretamente associado à incapacidade do espaço urbano vincular memória e experiência coletiva, fato comparado por Benjamin ao apagamento da aura da arte pela indústria. É dentro desse contexto, que o próprio Benjamin traz a discussão para o campo da arquitetura, a qual considera a primeira arte de massa pela peculiaridade de ser, além de uma arte antiaurática, assimilada primeiramente por dispersão, fato decorrente de ser algo utilitário antes de objeto para contemplação. O autor vai além, diferenciando a contemplação, ou contato ótico, da percepção sem esforço, difusa e descontínua, a que denomina contato tátil.

A consciência da inclusão da arquitetura e do urbanismo como parte de uma cultura material maior e sua identificação como arte antiaurática e percebida por dispersão, associado à valorização do movimento, levou ao questionamento de seus fundamentos, dentre eles, e de forma mais incisiva, sua associação com a permanência e caráter monumental atemporal⁷.

Mesmo a crítica de outro fundamento da arquitetura, a categoria do ornamento, leva a um caminho semelhante. Adolph Loos, tal como citado por Frampton (1997), para nos atermos a um dentre os fundadores do movimento moderno, acusa o ornamento de comunicar sensibilidades nostálgicas, cuja função seria controlar o desenvolvimento cultural e construir consenso apolítico, e procura desfazer o equívoco de que o ornamento seria a presença da arte na arquitetura. Diferenciando a essência das disciplinas, o arquiteto afirma que, enquanto a arte pertence ao domínio do sagrado e atemporal, a arquitetura é material e

⁶ Otilia Arantes segue com a comparação entre Simmel e Benjamin proposta por Cacciari cuja aceitação da “espiritualização” do homem moderno se torna para o primeiro o momento determinante da vida moderna, culminando no indivíduo blasé, e, no segundo, a expressão acabada e a contradição básica do domínio do capital e respectivo conflito de classe. A discussão como foi apresentada e a indicação do trabalho de Cacciari estão em Arantes (1995).

⁷ Victor Hugo, citado por Choay (1979, p. 326), já condenava a disciplina à morte em 1832, devido à invenção da imprensa e fim do “monopólio” exercido pela arquitetura no registro da história da humanidade, o “grande livro de pedra” perdera sua função. Esta substituição de mídia reaparece no desenvolvimento da fotografia, particularmente na forma de cartões postais, e na possibilidade da imagem arquitetônica se deslocar no tempo e no espaço, rompendo, ou intensificando a ruptura da arquitetura com sua imagem. Observações desta natureza, embora relacionadas mais à crítica aos monumentos do que à arquitetura, procuram a revisão dos conceitos na medida em que desmistificam papéis impensados atribuídos ao objeto arquitetônico.

utilitária, pertencendo, portanto, ao domínio da necessidade da época. A diferenciação, longe de ser uma visão materialista-naturalista ou funcionalista da arquitetura, procura denunciar a incapacidade da arquitetura, a partir daquele momento, em comunicar valores atemporais, responsáveis por distanciá-la do que Loos considera sua célula original, o lar.

A relação entre a habitação e a cultura material nos leva de volta ao texto de Arantes (1995) e sua citação de Camillo Sitte, onde a noção de habitar na cidade moderna adquire a função de garantir singularidade em oposição ao exterior: a vontade do indivíduo construir autonomia e originalidade contra a objetividade da cultura do mercado. Cabe ressaltar, no entanto, que Camilo Sitte emprega, sem ingenuidade, o termo “deixar rastros” para descrever o papel da moradia, o que não abandona, portanto, a noção de movimento perpétuo.

Neste momento, o banimento na arquitetura da percepção ótica e do caráter aurático, em Benjamin, e do caráter atemporal e sagrado, em Loos, procura atribuir novas funções para a disciplina a fim de reconciliá-la a um novo contexto, delineado pela idéia de fluxo permanente e sem entraves em direção à liberdade, possibilitando, e sendo possibilitado, por uma percepção desatenta e protegida de choques.

Na idealização de modelos urbanos e arquitetônicos, esta mentalidade foi transposta com maior intensidade através de uma série de princípios, doutrinas e, sobretudo, paradigmas espaciais que levaram a um corpo de intervenções que poderíamos identificar como modernismo utópico. Neste momento, porém, Otília Arantes observa como essa “teoria da distração” tomou um rumo diferente do imaginado por seus idealizadores, levando tanto à “ironia objetiva”⁸ das propostas, como também a uma constante revisão da idéia de movimento e sua associação com a liberdade diante dos primeiros sinais de crise. No mapeamento da atribuição de valores ao objeto, os dois aspectos se confundem sendo possível afirmar que tanto os desvios do modernismo quanto sua revisão levaram a posicionamentos onde a relação entre fluxo e liberdade na intervenção pode ser utilizada como instrumento de análise, capaz de gerar os seguintes posicionamentos.

O primeiro seria o desenvolvimento de um modelo pragmático de objeto com grande capacidade de influência na conformação dos modelos urbanos e arquitetônicos, o que Lamas (2000) chama de urbanística operacional. O princípio geral desse modelo seria a redução da complexidade da cidade e da arquitetura a um instrumento destinado a

⁸ Utilizo o termo resgatado pela própria autora, porém em outro artigo e contexto. Segundo Arantes, processos de ironia objetiva são aqueles que “convertem as melhores intenções no seu avesso, o contrário do que pretendiam.” (ARANTES, 2000. p.11)

responder determinadas funções e do planejamento a um meio de se atingir a eficiência máxima desse instrumento, desvencilhado de valores monumentais ou sócio-espaciais, em busca de uma postura puramente técnica, auto justificada, e destinada a suprir demandas quantitativas. O modelo, que poderia ser identificado como funcionalista, parece transferir o conceito de fluxo, tal como apresentado, para o progresso linear das soluções e obsolescência dos objetos. Nesse contexto, a relação entre arquitetura e urbanismo é geralmente associada à incapacidade do edifício de influir na adequação da cidade-instrumento e, por extensão, em sua subversão, o que, dentre outros fatores, contribui para a concepção de uma arquitetura isolada, com funções internas específicas e indiferentes ao entorno.

Um segundo posicionamento se basearia na revisão da capacidade de modificação exercida pela arquitetura no espaço urbano, o que levaria a duas posturas, uma estratégica e outra contextualista. A primeira está associada à intenção de, através da arquitetura, demarcar ou fundar lugares, a fim de oferecer referências fixas, cuja função seria a de definir limites e fronteiras dos lugares no espaço urbano. Oposta a esta tendência, teríamos a tentativa da arquitetura incorporar as características do lugar. Um posicionamento que parte do conceito de um lugar pré-existente, onde o espaço é entendido enquanto “fato único, dotado de sentido”, nas palavras de Aldo Rossi, tal como citado por Frampton (1997), através do qual a arquitetura poderia reforçar uma característica “anterior ao estilo” e deixar-se diluir na cidade, compreendida como uma estrutura em constante mutação. Nesse sentido, embora ambas as tendências não neguem diretamente a noção de movimento, a primeira parece buscar o controle da evolução urbana pela arquitetura enquanto que a segunda busca a adequação da arquitetura a essa evolução.

Um terceiro posicionamento em relação ao fluxo, seria a assimilação plena do movimento e sua associação à idéia de liberdade, que procura compreender a instabilidade espacial e temporal dos lugares fundados, para construir, a partir daí, a subversão e viabilidade da liberdade⁹. A diferença deste com o posicionamento anterior é que, enquanto o primeiro parece atribuir ao fluxo a responsabilidade pelo desvio das intenções da intervenção, este denuncia a corrupção do fluxo pelos antigos entraves à liberdade do indivíduo, essa última possível somente através da completa subversão das estruturas construídas. Nesse

⁹ Paola Berenstain Jacques chega a uma sistematização semelhante quando identifica duas correntes dominantes no urbanismo contemporâneo. A primeira, a que trabalha com uma concepção de cidade-museu, fiel à preservação do ambiente construído, e a segunda a que trabalha com a concepção de cidade estratégica, aliada à idéia de grandes intervenções. O legado situacionista e a negação da espetacularização da cidade se opõem às duas correntes. Para a discussão completa e os principais textos escritos pelos situacionistas ver Jacques (2003).

momento e sob este aspecto, a crítica dos fundamentos da arquitetura poderia ser discutida a partir da revisão pela qual passam as artes plásticas no mesmo período, que investigam o espaço urbano através de suas experiências, opostas às tentativas de permanência dos posicionamentos anteriores. Essa tendência foi desenvolvida de forma mais próxima ao nosso tema pelo grupo dos situacionistas, que pretendia a criação de uma arte ligada à realidade de forma integral a qual, segundo Guy Debord (1958), principal teórico do grupo, só poderia se realizar através do urbanismo. Se, num primeiro momento, as investigações situacionistas se referiam apenas a espaços existentes, mais tarde passariam por propostas de formas ideais para, finalmente, chegar à crítica radical do urbanismo e do planejamento em geral, porém sempre favoráveis à cidade.

A favor de uma construção coletiva das cidades, os situacionistas perceberam que a forma dependia da participação ativa dos cidadãos, o que só seria possível por meio de uma verdadeira revolução da vida cotidiana. Nesse sentido, se dedicaram a induzir a participação como oposição à alienação e passividade da sociedade, acreditando que os habitantes poderiam passar de simples espectadores a construtores e transformadores de seus próprios espaços. Um dos meios utilizados para tal seria o que chamariam de deriva¹⁰, ou a apropriação do espaço pelo pedestre através do percurso sem rumo, opondo-se ao planejamento tradicional, concebido como uma forma de gerenciar o fluxo a partir de estruturas pré-concebidas, estáticas e elaboradas por especialistas. Dessa forma, os situacionistas propõem uma ruptura decisiva na relação do fluxo com o espaço urbano. Enquanto que a liberdade em Simmel e Benjamin seria possibilitada pela anulação dos entraves através da arquitetura e do urbanismo, um corpo, portanto, passivo, aqui ela reaparece relacionada à ação e à capacidade do corpo ativo, em movimento, modificar o espaço construído.

Por outro lado, o conceito de lugar diluído no fluxo como forma de construção da liberdade poderia ser enriquecido diante da identificação de como o poder, tal como combatido pelos situacionistas, consegue se associar à capacidade da mobilidade para reproduzir a segregação nos grandes centros urbanos. Sharon Zukin (2000), estudando os processos de segregação e reprodução da geometria de poder no espaço construído, identifica uma inversão no processo de exclusão tradicional. Segundo a autora, o conceito de lugar é

¹⁰ Pode-se dizer que a deriva descende de conceitos relacionados às apologias ao fluxo, anteriormente apresentadas, que conformam uma vertente histórica de oposição aos entraves à liberdade dentro do espaço urbano, tal qual vem sendo trabalhado neste texto. Sem esperança de sistematizar a história do conceito, pode-se dizer que pertencem a ela as oposições do flaneur de Baudelaire à Paris de Haussmann e as deambulações organizadas pelos dadaístas, críticas às soluções dos primeiros CIAM's.

atualmente baseado no conflito e conformação de fronteiras, através de relações possibilitadas pela mobilidade. Anulada a idéia de um centro urbano estático bem definido, a exclusão deixa de ser em direção à periferia e passa a ser uma exclusão do espaço definido pela mobilidade, ou seja, uma exclusão do processo de interação entre diferentes escalas. Neil Smith (2000) identifica, de forma semelhante, a construção de escalas geográficas como produto da luta política na produção social do espaço urbano, onde a escala seria o resultado geográfico dos conflitos sociais que visam o estabelecimento de fronteiras. Ainda na mesma linha, Doreen Massey (2000) abandona o conceito de lugar como comunidade homogênea e estática com fronteiras bem definidas. Segundo a autora, o lugar é produzido a partir da articulação das redes de relação social, o que explica tanto sua natureza não estática e indefinição de suas fronteiras, como a inexistência de identidades únicas e singulares em seu interior. A especificidade do lugar advém, portanto, da relação com outros lugares. Neste sentido, a mobilidade amplia as possibilidades de experiência e construção de lugares no espaço urbano e, se concentrada fora da mão do excluído, reforça a geometria do poder, discussão que pretendo incluir na análise do recente processo de retomada das intervenções na área central de Belo Horizonte.

Ao longo da análise das intervenções na área de estudo pretendo discutir, também, o tipo de posicionamento e a intenção do edifício diante do fluxo e, a partir daí, discutir perspectivas e novos valores associados ao seu papel na requalificação do Hipercentro. Em Belo Horizonte, e em maior evidência sua área central, pretendo demonstrar que a revisão dos fundamentos das disciplinas provocou contínuas rupturas entre modelos implementados e idealizados, entre arquitetura e cidade e entre intenção e ocupação dos espaços. Antes, porém, de investigar como isto ocorreu na área estudada, proponho a sistematização destes valores nas categorias de análise descritas a seguir.

2.2 Categorias de análise

Para analisar as intervenções no Hipercentro de Belo Horizonte diferencio primeiramente o vocabulário formal da expectativa em relação à intervenção na cidade.

O vocabulário formal trabalha a relação de permeabilidade e funcionalidade que os espaços construídos estabelecem, ou pretendem estabelecer, com o tecido urbano em que se inserem, ou seja, a manipulação dos elementos espaciais na ocupação do lote urbano, visando organizar acessos e barreiras através do espaço construído. Como o trabalho não lida diretamente com categorias de sintaxe espacial, tratarei desse aspecto de forma qualitativa, limitando a descrição às características evidentes, tais como horizontal ou

vertical; aberta, semi-aberta ou fechada. Sobre os termos utilizados, uma inserção aberta seria aquela que permite permeabilidade através da ocupação parcial do lote, preservando recuos e afastamentos. O tipo fechado descreve inserções sem espaços de transição e de ocupação total do lote e engloba principalmente edifícios institucionais ou de única função, sem a presença de comércio e serviço. No caso do tipo semi-aberto, optei pelo termo galeria, que abrange, em termos morfológicos, lojas, serviços, convívios, passagens ou qualquer tipo de permeabilidade parcial da edificação em relação à cidade, o que no caso do Hipercentro, inclui a maior parte dos edifícios.

Já a expectativa da intervenção foi dividida em dois grupos de categorias: o primeiro composto por três formas de diálogo com o entorno – indiferente, contextual ou interventora; e o segundo composto por tipos de valores associados ao objeto – monumental, funcional e socioespacial.

No primeiro grupo, o diálogo pretendido ou estabelecido com o entorno, foi identificado através da relação que a obra construída estabelece com seu entorno imediato. Nesse sentido, um diálogo indiferente seria o que considera o objeto arquitetônico como produto independente do tecido urbano em que se insere e não revela indícios de interferência do entorno na concepção da proposta. Um exemplo deste tipo de diálogo, menos pontual e mais genérico, são as recentes inserções de empreendimentos imobiliários tipo condomínio fechado, que buscam materializar um espaço idealizado tendo como principal estratégia seu isolamento e diferenciação em relação ao entorno. Um diálogo contextualista seria aquele que procura aproximar ao máximo a intervenção do entorno, respeitando elementos locais e buscando harmonizar o que se identifica como sendo características peculiares ao lugar. Como exemplo pode ser citado o anexo à academia Mineira de Letras, FIG.2, onde se busca o contextualismo com a edificação vizinha. Finalmente, um diálogo interventor seria aquele que busca a conversão de determinado entorno em um modelo idealizado de espaço urbano. Ou seja, nesse tipo de postura, cabe ao edifício fundar e dar caráter ao espaço de entorno, buscando sua conversão em lugar distinto do restante da malha urbana. Como exemplo, temos o edifício *Officenter*, da década de 90, FIG.2, que procura, através de uma ação pontual, transformar uma situação urbana. Este tipo de diálogo pode também subverter, através de um edifício, determinado modelo dominante de espaço urbano, através da inversão ou crítica aos seus fundamentos. Um exemplo, o edifício Rainha da Sucata, FIG.2, que, apesar do discurso culturalista que acompanhou a justificativa de seu projeto, ao longo do tempo, incorporou aspectos interventores, na medida em que rompe com a contextualização tradicional e propõe a discussão dos critérios de preservação de sítios urbanos através da relação que estabelece com a Praça de Liberdade.



FIGURA 2 – Tipos de diálogo com o entorno. O contextualismo do anexo à Academia Mineira de Letras e o diálogo interventor do edifício *Officenter* e do edifício do Museu de Mineralogia, popularmente conhecido como Rainha da Sucata.

Fonte: ESTADO..., 1997.

O segundo grupo de categorias utilizado para discutir as expectativas das intervenções no espaço urbano se refere aos valores associados ao objeto, divididos em três categorias: monumentalidade, funcionalidade e sócioespacialidade. O método adotado para definir as categorias e a forma como serão evidenciadas no caso estudado, foi baseado na identificação e análise de aspectos comuns – tipos – que surgiram ao longo da evolução da área de estudo e na crítica urbana e arquitetônica. Nesse aspecto, a crítica define valores associados às três categorias, que serão comparados com o vocabulário formal utilizado e estratégias de diálogo. Quando um grupo de intervenções possui uniformidade entre vocabulário formal, diálogo com o entorno e valores associados, a análise considera que ocorre um modelo e não mais um tipo, conforme definição apresentada na introdução do trabalho.

A primeira categoria de análise será denominada valores de monumentalidade, ou a intenção do espaço construído em vincular determinado significado através da matéria (Choay, 2000). Por ser essa uma categoria também qualitativa, muitos podem ser seus desdobramentos. Um objeto pode ter, por exemplo, como intenção vincular determinado valor externo, o que poderia ser identificado como uma monumentalidade referencial, ou assumir ele mesmo a forma que se quer perpetuada, comportamento que poderia ser identificado como monumentalidade do objeto. Por outro lado, essa última categoria poderia ser aprofundada em subgrupos de acordo com a intenção, tais como identidade local, espetacularização ou subjetividade artística.

Exemplificando o que foi dito a partir de alguns objetos próximos ao estudo de caso, teríamos no primeiro grupo monumentos urbanos como o pirulito da Praça Sete, FIG.3, que funciona como marco comemorativo referencial, apesar de poder abrigar outros valores (escultóricos, referência para legibilidade, etc). Outro caso do primeiro grupo seria a conversão em monumento referencial de uma edificação que abrigou determinado fato

histórico ou preservou alguma peculiaridade representativa de sua época, ou seja, uma atribuição de valor consolidada após a intenção do projeto. No segundo grupo – monumentalidade do objeto – teríamos, por exemplo, o mesmo edifício Rainha da Sucata, que busca documentar um período ou estilo da arquitetura local, incorporando e relendo vocabulários e informações de outras épocas com a intenção de perpetuar uma informação presente. Poderíamos ainda identificar no mesmo edifício valores de pioneirismo artístico ou de subjetividade artística, uma vez que se trata da obra de arquiteto com notoriedade. Outro exemplo para o segundo caso seria a espetacularização de um objeto, através, por exemplo, da escala da intervenção, conferindo destaque e crença de posteridade à construção, um dos atributos do conjunto JK, que será estudado no terceiro capítulo. Já a identidade poderia ser observada na busca de citação de elementos construtivos, técnicas, vocabulários ou símbolos da arquitetura local ou nacional, como no caso do Edifício Acaiaca, FIG.3, ou da arquitetura neocolonial do antigo edifício da Escola de Direito (FIG.3). Nesse aspecto cabe destacar que, de modo geral, os edifícios que privilegiam a monumentalidade na relação com a cidade, dialogam com um tipo de literatura urbana e corrente de urbanistas que consideram a cidade preferencialmente através de sua dimensão cultural e simbólica.



FIGURA 3 – O obelisco da Praça Sete, o edifício Acaiaca e o prédio neocolonial da antiga Faculdade de Direito, já demolido.

Fonte: ESTADO..., 1997.

A segunda categoria, à qual denomino sócioespacialidade, se refere a valores ligados ao princípio de que a intervenção não só se relaciona com a estrutura social, econômica ou política, como também pode modificar essa estrutura. Dentro dessa categoria, também qualitativa como a anterior, pelo menos três tipos poderiam ser identificados. O primeiro, o ordenador, que organiza ou re-configura o espaço para compreender, converter ou controlar a estrutura social. O segundo, o tipo antiurbano, que busca reverter estruturas espaciais urbanas como forma de resgatar valores pitorescos anteriores às grandes cidades, associados, por exemplo, a uma vida social comunitária ou sustentável. O terceiro, o tipo de

justiça social, que procura equilibrar ou reverter geometrias de poder e exclusão econômica, social e política através da inserção do projeto de arquitetura no tecido urbano.

Novamente exemplificando com casos de Belo Horizonte, o primeiro seria o modelo de inserção da arquitetura do projeto original ou mesmo o gabarito de altura das primeiras edificações, ainda embutido na atual legislação urbana; o segundo, o caso dos condomínios fechados e, o terceiro, a conversão de edificações vazias em habitação de interesse social. Essa segunda categoria pode se aproximar ou deixar-se contaminar pela anterior na medida em que a monumentalidade visa, por exemplo, a construção da identidade nacional, vinculando valores aos quais se atribui capacidade de gerar coesão social, diferenciação cultural ou proteção de tradições, por exemplo. O mesmo poderia ocorrer com valores artísticos convertidos em uma postura que acredita na conversão da sociedade a um patamar mais avançado de civilidade ou vida metropolitana a partir do contato com uma arte supostamente mais avançada. Quando as categorias descritas são contextualizadas a partir da teoria urbana, pode-se observar que há maior aproximação da socioespacialidade com a concepção de que a cidade guarda uma relação dialética entre a estrutura social e o espaço construído, abrigando contradições e modelos de dominação de classe da economia e sociedade capitalista.

A terceira categoria, a da funcionalidade, se baseia no conceito de cidade e arquitetura enquanto instrumento destinado a desempenhar determinadas funções. Cabe lembrar que não é objeto de estudo dessa categoria a eficiência quantitativa deste instrumento, mas as atribuições de valores associados à inserção do objeto. A categoria pode ser subdivida em diversas sub categorias de acordo com a ênfase do discurso que a acompanha: emergenciais, eficientes ou pioneiros, por exemplo. No primeiro, as demandas reais ou idealizadas seriam utilizadas para justificar a proposta; no segundo, a elaboração de metas amparadas por dados quantitativos e objetivos que visem o melhor aproveitamento do espaço urbano; no terceiro, o funcionalismo pioneiro, a busca constante por atualização e utilização de recursos de ponta. Incluem-se nestas categorias, as grandes obras viárias ou pioneirismo estrutural do concreto armado do viaduto Santa Tereza.

Dessa forma, teríamos uma estrutura de análise da inserção do objeto arquitetônico e urbano próxima à do QUADRO 01. O que é interessante verificar a partir dessas categorias é a forma como os modelos se sobrepõem ou entram em conflito ao longo da evolução do Hipercentro e a forma como aparecem e se contaminam nos discursos que amparam estas propostas. Um modelo funcionalista pode, por exemplo, dependendo da escala, abrigar uma intenção monumental ou, dependendo do promotor, mascarar um modelo sócio-espacial, ou ainda, ser justificado por demandas monumentais ou sócio-espaciais.

QUADRO 1

Categorias de análise da relação entre arquitetura e cidade.

Expectativas	Diálogo			Atribuição de valor		
	Indiferente	Contextual	Interventor	Monumental	Funcional	Socioespacial
Intervenção						

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pretendo, no capítulo seguinte, identificar homogeneidades da transposição de modelos e atribuições de valores na inserção urbana da arquitetura, transposição que, acredito, ao longo da evolução da área de estudo, aconteceu e acontece de forma ininterrupta, porém inconstante, com instantes de maior intensidade e concentrada em determinadas ações pontuais. Situação que, se confirmada, nos aproxima do argumento de que na evolução das cidades “o tecido nunca se desenvolve suave e uniformemente”, mas “de forma nada natural, aos saltos e com frenesis, tumultos e recomeços” (RYCKWERT, 2004, p.14).

3 HIPERCENTRO DE BELO HORIZONTE

O historiador Sergio Buarque de Holanda, já nas primeiras linhas de *Raízes do Brasil*, adverte para a transposição da cultura européia para nosso território, “fato dominante e rico em conseqüências” que nos faz “desterrados em nossa própria terra” (HOLANDA, 1995, p.31). Por outro lado, na construção de cidades no Brasil, este “sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem”, segundo Holanda (1995, p.31), parece combinar dois aspectos aparentemente díspares: a presença atribuída ao pioneirismo, inovação e autenticidade do contexto com a importação de modelos preconcebidos da arquitetura e urbanismo europeu. Enquanto grande parte das cidades fundadas no Brasil menciona sua condição de marco de entrada em alguma época, sempre associada ao progresso, ao foco no futuro e ao projeto inédito de civilização a se concretizar, permanece, paradoxalmente, o apelo à reprodução de comportamentos e estruturas estrangeiras ao nosso contexto.

Neste sentido, dois aspectos sobre o Hipercentro poderiam ser destacados. O primeiro, o fato de a região ter sido idealizada nos primórdios da ciência urbana, período de maior aproximação entre a figura da utopia e a ação dos interventores no espaço estudado. O segundo aspecto, o acúmulo de propostas e projetos executados na área ao longo de sua história, de modo constante e quase ininterrupto, bem como a grande quantidade de propostas e investimentos recentes, o que demonstra a importância atribuída às intervenções pontuais e reinvenção contínua desse espaço urbano. Essas reinvenções, por sua vez, combinam três fatores: a assimilação da teoria urbana e arquitetônica internacional através da importação direta de paradigmas espaciais; a reação, seguida de repúdio, aos paradigmas adotados pelas gerações anteriores, sobretudo após identificação dos desvios e inadequações do modelo à cidade real; e, por último, a preferência por alguns locais no processo descrito.

Pretendo, nesta etapa do trabalho, percorrer o caminho que vai do ano de 1897, data de aprovação do projeto da capital mineira, até as atuais intervenções de 2005, adotando como foco a inserção urbana das intervenções no espaço e sua relação com a transposição dos modelos idealizados de cidade, revelando as atribuições de valor aos espaços projetados e o grau de interação pretendido entre estes e a cidade.

Para tal, o histórico foi dividido em três grandes períodos de aproximação entre as disciplinas: o modelo urbanista clássico, o modelo modernista, e os modelos atuais, aos quais chamarei, baseado em Otilia Arantes (1995), “depois dos modernos”. O recorte

temporal proposto exigiu a formulação de histórico objetivo, que não se perdesse em dados e informações já desenvolvidos por outros autores. Sobre a história do planejamento urbano em Belo Horizonte e no Brasil, sempre que possível, consultei fontes primárias, contextualizadas a partir dos trabalhos de Leme (1999) e Lamas (2000). Os dados sobre a cidade e a divisão cronológica adotada combinaram trabalhos sobre a história de Belo Horizonte com enfoque semelhante, dentre eles Castriota (1998); Melo (1991); Salgueiro (1997); e o livro Omnibus da Fundação João Pinheiro (1996). Foram consultados ainda o acervo do Museu Histórico Abílio Barreto – MHAB – e outros trabalhos sobre a região, de diferentes enfoques, devidamente creditados ao longo do trabalho, embora possa haver equívocos de atribuição de autoria a algumas passagens e observações, fruto da simultaneidade dos trabalhos e comparecimento em mais de uma fonte de idéias similares. Como complementação dos dados e, sobretudo, fonte de ilustrações, foi consultado o CD ROM BH 100 anos (1997), que contém o crédito devido de parte das fotos utilizadas, a maior parte composta pelo acervo do MHAB e acervos particulares.

A arquitetura da área de estudo foi analisada a partir de dois trabalhos sobre o processo de verticalização – Noronha (1999) e Passos (1998) – e dois sobre as primeiras edificações neoclássicas e projeto original – Carneiro (1998) e Magalhães (1989). Uma última linha de investigação, importante por finalizar o histórico e contextualizar a retomada do planejamento urbano e arquitetônico em áreas centrais, foram os trabalhos de Lemos (1988), Gehl & Gemzoe (2002) e Schicchi (2004).

Sobre o contato com as fontes utilizadas, nas fontes primárias priorizei trechos onde ocorre defesa dos conceitos gerais que nortearam a realização dos documentos, neste caso, os planos urbanos e memoriais descritivos das propostas para a região. Já nas fontes secundárias, a maioria trabalhos acadêmicos sobre a região, três impressões iniciais foram observadas: (a) a de que o espaço urbano e arquitetônico é menos agente de transformação da cidade que desdobramento da ação do mercado, da legislação e da política municipal, estadual ou federal, com recorrente apelo a aspectos externos para justificar desvios ou inadequações das disciplinas ao entorno e contexto; (b) a constante relação de causa-efeito entre a proposta estudada e seu diagnóstico, mecanismo que pode mascarar a figura do arbitrário nas disciplinas; e (c) a utilização da combinação dessas duas impressões na formulação do papel da arquitetura e sua inserção urbana, delineando um campo de atuação restrito, quase sempre pontual e dependente do contexto, gerando uma inevitável postura de inércia quanto às possibilidades de diálogo entre as disciplinas. No histórico, procuro demonstrar como, no caso do Hipercentro, a idealização de um modelo urbano pode se sobressair aos aspectos econômicos, sociais e políticos na conformação da região,

o que exige um maior cuidado crítico na inserção da arquitetura e na concepção das intervenções urbanas para a área.

3.1. Modelo urbanista clássico. Do projeto original à década de 30.

O projeto da nova capital de Minas Gerais ficou a cargo de Aarão Reis, engenheiro formado pela Escola Central do Rio de Janeiro, que a partir de 1874, passaria a se chamar Escola Politécnica. O contato com a biografia de Reis, tal como formulada por Salgueiro (1997), permite a identificação de seu método de trabalho, baseado no levantamento do problema, seguido de estudo minucioso das soluções já realizadas, levantamento da tecnologia disponível e relação dessa pesquisa com o local de inserção, visando construir a síntese mais adequada e autêntica, o que levaria à solução científica perfeita. Essa solução, essencialmente formal nos primeiros urbanistas, por sua vez, era tida como uma maneira de conduzir a sociedade a uma nova realidade, clareada por ideais racionalistas e positivistas. Nesse sentido, acredito que o conhecimento do caminho percorrido por Aarão Reis na construção de sua cidade ideal, passa pela tentativa de mapeamento do vocabulário formal e das atribuições de valor a esse vocabulário na época em que foi assimilado e manipulado pelo projetista.

Para tal, pode-se dizer que a primeira opção de Aarão Reis foi por uma planta regular geométrica, capaz de diferenciar a criação da capital das demais cidades mineiras coloniais, marcadas pelo traçado não geométrico e crescimento espontâneo. Ou seja, fica claro em Reis e em seus patrocinadores republicanos, a opção por um gesto fundador do espaço em consonância com o urbanismo da época, capaz de se opor ao modelo colonial e monárquico anterior, aspecto a ser reforçado pelo uso de elementos formais geométricos no urbanismo e na arquitetura.

Além da planta regular, pode-se dizer que Reis tomou uma segunda decisão ainda na concepção do projeto, a de uma cidade fechada, em oposição ao traçado ortogonal aberto da cidade romana, amplamente adotado no urbanismo espanhol na América do Sul e nas cidades fundadas nos Estados Unidos na mesma época. A opção revela preferência pelo modelo europeu, porém mais próximo das antigas intervenções barrocas e realizações do urbanismo francês do que do urbanismo orgânico e romântico que caracterizaria uma corrente oposta do período, mais forte na Inglaterra, tal como caracterizado no segundo capítulo. No entanto, a figura do pitoresco no trato com a paisagem urbana, percorre todo o projeto de Aarão Reis, sobretudo no que se refere à inserção da arquitetura no sítio natural e proposta de enquadramentos, como será observado no caso de alguns pontos notáveis.

Segundo observação de Ryckwert (2004), a forma radial fechada – que desde o século XVIII não mais se associava à necessidade de defesa – estava ligada, naquele momento, à preocupação com o limite populacional e maior controle sobre a autenticidade do projeto. A observação reforça o aspecto da autenticidade na formação de Reis, herança da formação politécnica francesa e do racionalismo difundido por Viollet Le Duc, já expostas no segundo capítulo. A autenticidade, nesse sentido, era uma tentativa de conciliar a subjetividade do projetista e peculiaridade da situação com a objetividade da disciplina através da coerência estrutural do projeto, observação que, se confrontada ao parágrafo anterior, revela em Aarão Reis o duplo conflito observado no período de nascimento da ciência urbana.

Após estas primeiras definições, Reis opta pela divisão do espaço urbano em zonas com funções distintas na organização da cidade – urbana, suburbana e rural (FIG. 4). No caso de Belo Horizonte, a zona urbana seria delimitada por uma avenida circular, combinação de Boulevard Haussmaniano¹¹ e reminiscências de muralhas medievais, em cujo interior, eixos diagonais seriam sobrepostos a uma grelha ortogonal. A estratégia utilizada no interior da Avenida do Contorno tinha como fundamento a compatibilização entre o terreno natural e a hierarquia das atividades previstas e estruturas necessárias. Se por um lado, a grelha ortogonal combinava divisão funcional do solo, ordenação em planta com um pretendido controle sobre a estrutura social, por outro, as diagonais sobrepostas permitiam a legibilidade ao traçado, autenticidade ao projeto e maior controle sobre a relação do traçado e a arquitetura oficial que nele se inserisse. Outro valor associado às diagonais, vocabulário utilizado segundo Ryckwert (2002) desde o século XVI, era a apologia ao fluxo e privilégio à circulação, considerando a noção de movimento um ícone da modernidade e das novas funções urbanas, influenciadas na época pelas intervenções de Haussmann em Paris¹².

¹¹ Georges-Eugène Haussmann (1809-1891) nasceu e morreu em Paris, advogado, funcionário público, político, administrador francês, nomeado prefeito por Napoleão III. Cuidou do planejamento da capital francesa durante 17 anos.

¹² Segundo o autor, as diagonais datam das recomendações do Papa Sexto V que, no final do século XVI já mencionava a necessária “abertura de novas avenidas cortando diagonalmente o traçado antigo”, modelo relacionado à legibilidade da cidade, no caso a preocupação com peregrinos em percurso religioso.

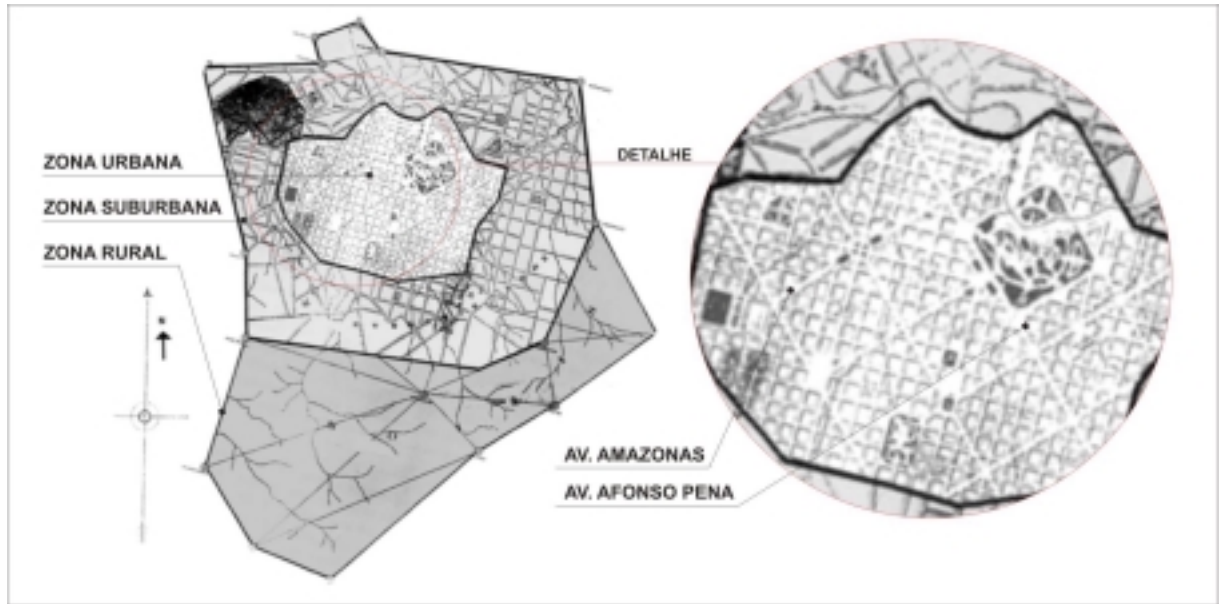


FIGURA 4 – Planta Geral da Cidade de Minas e detalhe da Área de Estudo, elaborada a partir da Planta Geodésica Topográfica e Cadastral de Belo Horizonte de 1894.

Fonte: Elaborada pelo autor baseado em figura que se encontra em ESTADO ..., 1997.

Além da diagonal e da avenida circular, pelo menos outras duas influências do modelo de Haussmann seriam fundamentais para a idealização de Belo Horizonte: a preocupação higienista associada à ordenação espacial e social; e o enquadramento dos monumentos pelos eixos viários que, associada à preocupação de controle da arquitetura dos edifícios, visava a valorização da malha urbana. Bem como a sintaxe, o vocabulário formal utilizado por Haussmann, que conforme Lamas (2000) descende do repertório Barroco, é transposto para o projeto de Aarão Reis, sobretudo através de dois elementos: o Boulevard, avenida arborizada que une determinados pontos da cidade, da qual a avenida Afonso Pena e as demais diagonais descendem; e a concepção de praça urbana, entendida como local de confluência de vias e local dos monumentos urbanos.

Dois outros projetos urbanos da mesma época, Washington e La Plata, também aparecem nos estudos sobre a capital como de grande influência no plano de Reis. Porém, é possível dizer que esta influência ocorreu mais próxima ao campo da técnica construtiva e do estudo de viabilidade do que na concepção do traçado, servindo mais como confirmação do emprego de novidades técnicas e proximidade de contexto. Nesse sentido, Washington e La Plata eram menos modelos originais de espaço urbano do que possibilidades de aplicação do vocabulário disponível, o qual Aarão Reis manipulava, resguardando a autenticidade de seu projeto e fidelidade tanto aos princípios da escola politécnica quanto ao modelo que idealizava para a futura cidade.

Sobre a conformação e, sobretudo, ocupação do quarteirão ortogonal, onde o papel da inserção arquitetônica é determinante, outra comparação, menos mencionada em estudos sobre a capital, talvez seja mais rica para o tipo de discussão que proponho. Ildefonso Cerdá, autor de Teoria Geral de Urbanização, e contratado em 1859 para projetar o plano de expansão de Barcelona, mesmo não tendo aparentemente exercido influência direta na concepção de Reis, trabalha com o mesmo vocabulário formal. Utilizando como referência a exposição elaborada por Lamas (2000), o projeto para Barcelona utiliza a mesma sobreposição de diagonais à malha ortogonal e dimensões de quarteirão semelhantes, centro e treze em Cerda e cento e vinte em Reis, e também opta por uma cidade fechada delimitada por uma avenida circular que, quando saturada, previa a expansão através de cidades satélites.

No entanto, a Barcelona de Cerdá revela uma investigação sobre as possibilidades do quarteirão ortogonal a partir de uma postura mais complexa e integrada em relação à cidade, o que parece estar ausente do plano de Reis, que previa uma ocupação uniforme, mais influenciada pela regulamentação volumétrica de Haussmann. Enquanto o plano de Barcelona continha estudos volumétricos e de implantação das edificações, visando, sobretudo, a qualificação do traçado e equilíbrio entre cheios e vazios, Aarão Reis privilegiava edifícios notáveis e deixava a ocupação dos quarteirões a cargo de parâmetros urbanísticos e uma espécie de pré-zoneamento das atividades. No entanto, é importante identificar a semelhança que a ocupação adquiriu, em longo prazo, nos dois casos, devido, sobretudo, ao papel do mercado e permissividade da legislação urbana, resultando em ocupação total, alinhada aos limites do quarteirão, sem a presença do equilíbrio entre cheio e vazio, ou público e privado, em Barcelona, ou a lógica de distribuição de atividades em Belo Horizonte.

Sobre a relação pretendida entre edifício e cidade, retomando a influência de Haussmann, e tendo a ocupação como enfoque, duas diferenças não poderiam ser negligenciadas, o fato do urbanista francês trabalhar sobre um tecido existente e em contexto adverso, e, a segunda, decorrente da anterior, a morfologia final dos quarteirões. Se em Belo Horizonte esta configuração era homogênea e predominantemente ortogonal, em Paris era fragmentada e disforme, herança do passado medieval, diferença que repercute diretamente na relação que se estabeleceu entre arquitetura e traçado. Enquanto em Paris a ordenação e reinvenção do tecido medieval foram possibilitadas pela economia do período, conferindo à arquitetura o papel ordenador da cidade industrial, em Belo Horizonte a ocupação, num primeiro momento, não possibilitou a ordenação prevista pela malha ortogonal. A crise econômica dos primeiros anos levaria ao predomínio dos vazios sobre os cheios, e com que as primeiras edificações, geralmente institucionais e erguidas nos pontos notáveis,

contribuíssem para a alteração de parte dos enquadramentos pretendidos e reforço do caráter de notoriedade da arquitetura oficial, cuja relação com a malha urbana se pautava mais no recuo e independência do que no reforço à ordenação e homogeneização.

A principal herança dessa postura parece ser a redução do diálogo entre arquitetura e cidade à utilização de parâmetros uniformes para as edificações menores e o rompimento desses em edifícios notáveis, aos quais são direcionadas as responsabilidades de diálogo com a cidade e necessária ruptura da homogeneidade do traçado. Ou seja, se nos locais notáveis prevalece a arquitetura oficial, eclética e ligada a símbolos republicanos e positivistas, nos lotes homogêneos, preferencialmente residenciais de projeto tipo, prevalece uma inserção baseada no gabarito de alturas e reforço das perspectivas conformadas pelas avenidas. Essa situação parece levar a uma diferenciação entre os valores atribuídos à arquitetura tipo e a chamada arquitetura oficial notável, comportamento seguido de maior valorização do segundo tipo de inserção nas tentativas de diálogo entre edifício e cidade.

No entanto, acredito ser possível discutir essa situação defendendo a hipótese de que os desvios da relação entre arquitetura e urbanismo e do próprio modelo urbano empregado, embora influenciado pelos desvios do contexto, estavam ligados ao privilégio do modelo sobre o espaço real. Este privilégio pode ser observado, por exemplo, na fala do prefeito Olynto dos Reis Meirelles de 1912, tal como citado por Noronha:

“Será sempre preferível uma população menos numerosa na área urbana, porém saudável e protegida de todas as garantias de higiene, habitando prédios e áreas que tenham o conjunto harmonioso e perfeito previsto pela Comissão Construtora, a vermos, mesmo no coração da cidade, verdadeiros bairros chineses, habitat predileto de todas as moléstias infecto-contagiosas [...]” (NORONHA, 1999.p108)

O que o ex-prefeito comenta nessa passagem é o vazio da zona urbana de Belo Horizonte, cidade onde, segundo recenseamento publicado no Minas Gerais de 27 de junho de 1912, mostrando que cerca de 68% das pessoas que a habitavam estavam localizadas nas zonas suburbana e rural, com apenas 32%, ou 12.033 pessoas, na zona urbana. O dado ilustra o processo de exclusão, intensificado pela falta de subsídio à zona agrícola e especulação imobiliária, mas fundamentado no privilégio do modelo na resolução dos primeiros problemas urbanos.

Retomando as categorias de análise formuladas no segundo capítulo, pode-se dizer que, embora houvesse proximidade entre as disciplinas no modelo urbanista clássico, sobretudo quanto aos princípios racionalistas de projeto, havia também uma distribuição desigual de valores associados ao objeto entre arquitetura e urbanismo. Sobre os valores de

monumentalidade pode-se dizer que, enquanto a arquitetura optava por símbolos republicanos internacionais e sua manipulação por arquitetos desenhistas, o traçado urbano trabalhava com a legibilidade – baseada na conformação de eixos e enquadramentos – e a identidade – contaminada por ideais republicanos nacionalistas que encontraram espaço na toponímia do projeto¹³. Porém, mesmo a identidade nacional era idealizada e buscava se impor sobre as características locais, mais próximas aos arraiais vinculados à economia colonial mineradora. Sobre os valores de sócioespacialidade havia maior proximidade, sendo a principal característica do modelo urbanista clássico a busca de organizar a estrutura social a partir da racionalização do traçado, ideal transposto para a inserção da arquitetura, que, no entanto, possui uma postura passiva com relação às proposições de alterações sociais do urbanismo. Sobre a funcionalidade, em ambas as disciplinas, foram priorizadas técnicas inovadoras e exaltado o pioneirismo das soluções no país, concepção muitas vezes adotada para legitimar o discurso de modernização do regime republicano. Na arquitetura havia contínua importação de materiais ou mesmo elementos construtivos montados de diversos países europeus, bem como valorização dos aspectos racionais em sua elaboração ou descrição.

No entanto, apesar da influência que exerceria na ocupação do traçado, esse modelo não se concretizou de forma plena em Belo Horizonte, devido, sobretudo a desvios do contexto, também abstrato e idealizado, tanto por Reis como pelas elites locais, ligados à origem da proposta de transferência da capital¹⁴. Se o projeto de Reis poderia ser adequado às demandas de representação das novas elites, não poderia se adequar à grande distância entre as projeções econômicas, políticas e sociais para os anos que sucederam o projeto e a realidade entre guerras no Brasil, contexto muito distante da industrialização e progresso

¹³ Na área urbana do projeto, com exceção das principais avenidas, as ruas ortogonais foram denominadas com nomes de tribos indígenas brasileiras num sentido (Tamoios, Tupi, Guaicurus, Caetés, Guajajaras, etc) e nome de Estados brasileiros noutro (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, etc).

¹⁴ A nova cidade planejada materializava, no início do século XX, a proximidade entre a cultura da renovação e racionalidade do positivismo europeu com a ascensão das elites do café no cenário político do Brasil. Um dos primeiros frutos deste encontro seria a condenação da antiga capital, Ouro Preto, que combinava ligação política à monarquia, geografia isolada, economia mineradora decadente e, sobretudo, inadequação da cidade colonial às novas demandas da sociedade industrial que se pretendia. Por outro lado, a independência administrativa concedida aos municípios, fruto da política de descentralização do poder na constituição de 1891, seguida da transferência do imposto do café para os Estados, elevava a autonomia das novas elites ligadas a esta atividade. Esta autonomia, decisiva na concretização do ideal de mudança em diversas capitais brasileiras, foi responsável pela peculiaridade do caso de Minas Gerais, onde a negação da cidade colonial resultou na transferência da capital para uma nova cidade planejada, empreendimento de maior vulto que as operações de modernização da cidade colonial realizadas no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, por exemplo.

esperados. A crise provocada pela guerra mundial nos primeiros anos do século XX atrasou a construção e colaborou para os primeiros problemas urbanos da capital, cuja imagem se aproximava a de um canteiro de obras, com predomínio do vazio sobre as poucas construções, incapazes de gerar enquadramentos e eixos idealizados e longe de garantir a harmonia do conjunto. Intensificava este desvio a ação do nascente mercado imobiliário, onde a facilidade de aquisição dos lotes, medida que visava impulsionar a ocupação da área urbana e facilitar a transferência dos moradores e funcionários de Ouro Preto, acarretou a consolidação de um mercado especulativo concentrado nas mãos de poucos especuladores.

Essa configuração do projeto original, sede do poder e da administração, continuaria a ser defendida nos anos seguintes, época de retomada do crescimento econômico e surgimento de uma vida cultural mais dinâmica na capital. As inúmeras obras de embelezamento nos anos 20, financiadas pelo Estado e destinadas ao benefício de uma restrita elite econômica e cultural, incluem a reestruturação das principais praças¹⁵ e construção de diversos edifícios oficiais e privados. O comportamento deixava transparecer o fato de que, desde os anos 20, a cidade que até então se construía estava aquém dos desejos de representação de sua elite, das inovações técnicas, das novas funções urbanas e das ambições intelectuais do momento, principais características da idealização que se buscava implementar. Na arquitetura e no urbanismo, o principal efeito foi a ruptura do contextualismo anterior, não em direção a uma inserção indiferente ou interventora, mas um contextualismo fiel a um modelo idealizado de espaço urbano, distante tanto do sítio natural quanto do espaço construído do antigo arraial e nova cidade.

Para a relação entre a arquitetura e o urbanismo no Hipercentro de Belo Horizonte, o modelo urbanista clássico deixou pelo menos duas heranças além do processo de exclusão e hegemonia do modelo sobre o espaço real, tal como anteriormente descritas. A primeira, a forte presença do traçado original, harmonioso na planta ou vista aérea da cidade, mas ocultado pelo processo de ocupação que, baseado em novos modelos urbanos, subverteu seus enquadramentos, eixos e perspectivas e esvaziaram o significado ordenador das primeiras edificações oficiais, salvo na presença de praças ou afastamentos capazes de isolar estas do restante do tecido. Por outro lado, o projeto de Reis estabelece uma relação

¹⁵ As seguintes praças foram remodeladas no período: Praça 7, Praça Afonso Arinos, Praça Rio Branco, o prédio da Praça da Estação e a Praça da Liberdade. As intervenções incluíam desde a reforma do espaço à sua completa reestruturação, sendo o exemplo mais característico o paisagismo da Praça da Liberdade, a principal da cidade, sede do governo, que deixou o paisagismo romântico inglês e adotou o traçado geométrico francês, mais adequado naquele momento à visita dos reis da Bélgica à cidade.

peculiar entre o papel da toponímia na disposição das ruas e avenidas e as edificações na legibilidade da cidade. Se, numa cidade tradicional, o sítio natural e as edificações têm papel predominante na legibilidade, na cidade planejada sua função é sobreposta ao modelo e passa a ser a de romper com a homogeneidade, o que leva, ainda hoje, a uma inserção estratégica em determinados pontos pré-estabelecidos ou uma tendência ao contextualismo nos locais de maior homogeneidade do traçado. Essa última, uma inserção baseada na ordenação do espaço, que influenciou parte da legislação para o local e ainda motiva tentativas de valorização de uma inserção contextualista no local.

A segunda herança do modelo é o papel desempenhado pelo pré-zoneamento de Reis, destinando parte do atual Hipercentro para as funções comerciais e industriais, impedindo a ocupação diversificada, um ideal que seria compartilhado pela escola funcionalista que se seguiria. Por outro lado, grande parte das indicações de uso por Reis para a área foi alterada resultando em alguns casos no rompimento da lógica de distribuições de funções no simbolismo do traçado original. Esse aspecto seria agravado nos anos seguintes, uma vez que, enquanto as intervenções urbanas e os edifícios buscavam até a década de 20, mesmo que em tese, construir e proteger o modelo original, o comportamento mudaria a partir da década de 30. Neste segundo período, as duas cidades, a real e a idealizada, passariam por constantes reinvenções, uma tentativa de resgatar aquilo que foi sua principal característica, a busca pelas novas formas de pioneirismo nas adaptações do espaço às suas novas demandas, atuando no espaço urbanista clássico com a mesma postura que a geração positivista e republicana havia atuado na cidade colonial.

3.2. Modelo modernista. Da década de 30 à década de 60.

Para o tipo de enfoque proposto, é fundamental compreendermos que a transposição do modelo modernista para o Brasil contou com um período de transição peculiar, caracterizado pelo papel centralizador do estado nacional, associado ao desdobramento de pelo menos três situações: (a) o caráter técnico, emergencial e funcionalista do período, (b) a ligação dos modernistas nacionais com a preservação da tradição e o projeto oficial de construção da identidade nacional e, (c) a vinculação do novo vocabulário a uma postura de projeto próxima ao ecletismo anterior, tal como assimilado pelo estilo *art déco*.

O papel centralizador do Estado após a revolução de 1930 é caracterizado pelo aumento da já intensa ação do Estado no financiamento de grandes projetos, bem como em profundas reformas administrativas (FAUSTO, 2002). O governo de Getúlio Vargas visava modernizar a economia e a política como forma de substituição do poder oligárquico das elites do café

por uma administração, urbana e centralizadora. A principal característica do período é a ideologia da industrialização (PIMENTEL, 1993) como forma de afirmar a nacionalidade e permitir a inserção do país na economia mundial.

Sobre a primeira das três situações que se desenvolvia nesse contexto, havia uma alteração de postura nas intervenções das principais capitais, que incluía obras de grande porte e, pela primeira vez, uma planificação global do tecido urbano, ambas justificadas pela necessidade urgente de se adequar o tecido à economia de produção industrial (LEME, 1999). Por outro lado, essa planificação global não era uma realidade na geração anterior, mesmo em uma cidade planejada como Belo Horizonte, dividida em duas desde o início e incapaz de pensar o planejamento em sua totalidade. Na capital mineira, o período abrigou a criação, em 1934, da Comissão Técnica Consultiva da Cidade, segundo Melo (1991) primeira iniciativa de planejamento desde a Comissão Construtora, e influenciada pela nova estética funcionalista, sobretudo norte americana. O período contou também com a revisão da legislação sobre a verticalização na região estudada, com adoção de incentivos à tipologia vertical, e mesmo proibição de edificações horizontais em determinados pontos, sob a justificativa de melhor aproveitamento da estrutura existente (NORONHA, 1999).

O principal produto do Conselho Técnico foi o Plano Regulador de Belo Horizonte, documento que visava conter o crescimento desordenado, o surgimento de favelas e a deficiência de infra-estrutura urbana, ou seja, articular as duas cidades, a de dentro e a de fora da Avenida do Contorno. O documento, financiado pelo poder público, abandona os limites do projeto original e busca novas escalas de articulação, acompanhadas quase sempre de duras críticas ao modelo urbano anterior. Na sistematização proposta por Gomes e Lima (2005) dois urbanistas se destacam nesse momento em Belo Horizonte – Lourenço Baeta Neves e Lincoln Continentino – ambos influenciados pelas atuações de Agache no Rio de Janeiro, Prestes Maia em São Paulo e pelo planejamento urbano americano, baseado, sobretudo, em discurso quantitativo de adequação da cidade ao funcionamento e dinâmica do mercado capitalista, uma transposição para o urbanismo de métodos empregados na racionalização da produção industrial fordista. De fato, o Plano de Urbanismo de Belo Horizonte, elaborado por Continentino, apesar de não ter sido implantado, serviu de referência para grande parte das intervenções entre as décadas de 30 e 50, que propunham a expansão sistematizada e racional do traçado, a partir de zoneamento de funções e melhoria das ligações centro-subúrbio (MELO, 1993)¹⁶.

¹⁶ As prioridades defendidas por Continentino em diversas ocasiões incluíam o estabelecimento de um sistema de grandes avenidas, unificação da ferrovia, adaptação dos arruamentos suburbanos à topografia, zoneamento

No entanto, mesmo quando a cidade é pensada nessa escala, o centro permanece como local prioritário para intervenções e local de afirmação da escola funcionalista, característica presente mesmo nas intervenções fora da avenida do contorno, que terminavam por reforçar a conformação radial da cidade. O resultado imediato foi a maior pressão pela verticalização da região, possibilitada pela disponibilidade de infra-estrutura, acesso e legislação favorável, mas, sobretudo baseada no desejo de aproximar a cidade das metrópoles industriais da época e da nova estética urbana do arranha-céu, das grandes avenidas e do zoneamento funcionalista do traçado. O zoneamento funcionalista condenava também a função residencial no Hipercentro, destinado somente a serviços e comércios, postura que teria gerado uma região muito mais especializada que a atual, não fosse a vinculação da lei à tipologia vertical, e não ao uso, que determinava edifícios verticais na zona comercial, e horizontais na residencial. Dessa forma, quando houve demanda pela moradia vertical, essa acontecia somente no Hipercentro, contrariando a intenção da legislação (NORONHA, 1999).

Retomando as categorias de atribuição de valor às intervenções, percebe-se que enquanto o modelo funcionalista permanece ligado ao discurso de inovação e progresso, o modelo monumental é transferido das edificações e monumentos referenciais em Aarão Reis para a escala física das intervenções. Ao mesmo tempo, a monumentalidade migra do valor artístico atribuído ao objeto, para o pioneirismo construtivo, convertendo a subjetividade criativa ou genialidade do criador individual, no caso o arquiteto, em utilização eficiente da técnica moderna. Esta manipulação de valores, e alteração do papel do arquiteto, não foi gratuita e está presente tanto nas críticas ao caráter aurático da disciplina e figura do ornamento, tal como apresentada no capítulo anterior, como também, no caso do Brasil, associado a uma segunda situação, a ligação do modernismo brasileiro à tradição e preocupação com a construção da identidade nacional.

O ponto central para compreendermos essa ligação é o período de fundação do SPHAN, órgão federal de preservação, e sua associação às vanguardas modernistas. A disputa pelo controle do órgão estava associada a uma boa relação com o estado forte e às reformas culturais promovidas pelo ministro da cultura, Gustavo Capanema (CAVALCANTI, 2000). No que diz respeito ao projeto e à manipulação dos valores associados ao espaço, merece

da cidade em zona residencial, comercial e industrial e elaboração de um código de edificações. (ver GOMES e LIMA, 2005)

destaque o papel do arquiteto Lúcio Costa e a proximidade entre sua postura e a leitura que outro intelectual do período, Mario Andrade¹⁷, tinha da cultura nacional.

Na arquitetura, a idéia serviu de base para a valorização da “maneira de fazer” da casa portuguesa identificada por Lúcio Costa. Defendendo como real patrimônio brasileiro a exatidão e objetividade técnica do mestre de obras, o arquiteto simultaneamente associa a tradição à demanda progressista da época, desmistifica a autoridade dos modelos passados e, ainda, legitima a intervenção nos bens. Ou seja, converte a monumentalidade – artística, identitária ou autoral – em funcionalidade e capacidade técnica. Essa conversão, que originalmente estava ligada à crítica aos fundamentos da relação entre arquitetura e monumento, como foi visto no segundo capítulo, levaria ao caminho oposto, culminando na conversão da funcionalidade em monumento, seja através da espetacularização da escala, através do fascínio ligado ao pioneirismo técnico, ou através do forte apelo estético atribuído às realizações dos arquitetos do período. Pretendo retomar este tema na análise da grande realização modernista monumental em Belo Horizonte, o Conjunto JK. Antes, porém, é interessante identificar uma peculiaridade na relação arquitetura e urbanismo no período modernista brasileiro. Enquanto a arquitetura encontrava na associação do passado à construção da identidade nacional um apoio para as propostas, no urbanismo esse papel seria atribuído ao caráter emergencial e funcionalidade da cidade, baseados na simplificação de teorias urbanas modernistas, dentre elas a Carta de Atenas, onde esta ruptura entre as disciplinas não acontecia. Pretendo demonstrar ao longo das situações pontuais a maneira como esse processo contribuiu para a ruptura entre o edifício e a cidade ao mesmo tempo em que permitiu a consolidação do art-decò, um tipo de arquitetura intermediário entre a dos primeiros anos, neoclássica, e a modernista utópica.

A última das três situações que se desdobravam no período, a consolidação do art decò como estilo arquitetônico do movimentado contexto dos anos 30 na capital, se apresentava como uma novidade à sucessão de estilos que caracterizavam o ecletismo local e sua constante busca de reinvenção e adequação às mudanças do início do século (CARNEIRO, 1998). O art decò mantinha a crítica ao ecletismo e a busca de adequação da arquitetura e do urbanismo aos novos tempos industriais, porém propunha uma manipulação de valor diferente da de Lúcio Costa e da geração modernista. A primeira diferença estava na maneira de projetar, fiel às atribuições monumentais da arquitetura e vocabulário clássico,

¹⁷ O escritor, um dos principais intelectuais da escola modernista brasileira, defendia o deslocamento da busca da identidade nacional do passado para o presente, ou seja, propunha o resgate da cultura indígena ou colonial como meio para se construir a identidade, mas negava a reprodução ou musealização deste cultura, a qual deveria ser tratada a partir de um enfoque universal e atual.

mas com o objetivo de conciliar o valor artístico, universal e atemporal com racionalização dos espaços. A segunda diferença, mais influente que a primeira nessa análise, é a relação com o modelo idealizado de espaço urbano, anterior à consolidação da Carta de Atenas e, portanto, mais próxima à proposta de Aarão Reis. Nesse sentido, a arquitetura art déco propunha aproximar o espaço urbanista clássico do novo modelo metropolitano norte americano através da inserção da arquitetura e apropriações de elementos urbanos existentes, aspecto que será discutido no capítulo seguinte. Essa característica do art déco, aliada à quantidade de edificações construídas no período, foi importante por resguardar a cidade urbanista clássica do modelo urbano que a arquitetura modernista utópica tinha por referência, e que, no Hipercentro, resultou em edifícios pontuais.

Mas, se a inserção urbana das edificações oficiais reforçava o traçado original, o mesmo não acontecia, pelo menos num primeiro momento, com a segunda linha de atuação do art déco: a arquitetura vertical. Enquanto a arquitetura oficial possuía filiação européia, sobretudo italiana, a nova estética do arranha-céu era mais próxima do estilo norte americano, possibilitada pela chegada dos avanços construtivos, retomada do crescimento e maior influência que o país norte americano começava a exercer na cultura nacional (PASSOS, 1998). Do ponto de vista da inserção urbana e propostas de diálogo com a cidade, os primeiros arranha-céus provocavam, mesmo quando inseridos de maneira ordenadora, a completa subversão do projeto original, transformando a leitura dos eixos de ligação e recriando as perspectivas e enquadramentos, configurando novos símbolos de poder e representação da elite local. Nesse sentido, pode-se dizer que o destaque da dimensão vertical das primeiras edificações conferia à arquitetura tanto uma maior capacidade de influência no meio urbano, quanto uma ilusão de desprendimento do tecido existente. Esse último aspecto marcaria a primeira ocupação vertical do Hipercentro, onde a máxima ocupação do lote e a obediência à legislação eram reforçadas pelo desprezo ao entorno, convertendo a inserção contextualista desejada pela legislação em indiferente na maior parte dos edifícios da época. As exceções a este comportamento, no entanto, são notáveis exemplos de inserção, talvez por combinar escala monumental, vontade de ordenação e criação de perspectivas da cidade neoclássica e uma inserção consciente da capacidade interventora da tipologia vertical, como veremos principalmente no caso do edifício Sulacap-Sudameris.

Porém, se em Belo Horizonte o art déco marcou a década de 30, pode-se dizer que na década de 40, auge do processo de verticalização, o modelo modernista se afirma devido às ações de Juscelino Kubitschek, prefeito da capital entre 1940 e 1945. Durante seu mandato, Belo Horizonte passa a conviver de forma mais intensa com o fascínio diante do “conforto e beleza das cidades modernas”, vivenciando uma nova remodelação e embelezamento da

estrutura urbana e do “ultrapassado modo de vida de Belo Horizonte”, nas palavras de JK, vinculadas no folheto publicitário que acompanhou a divulgação do Conjunto JK, um dos casos estudados no capítulo seguinte. As medidas adotadas no período incluíam desde a formação de uma nova imagem para a elite, cujo clímax é a construção do bairro Pampulha em 1940, até a instauração de uma planificação ainda mais técnica para a cidade, incluindo a elaboração de sua planta cadastral, asfaltamento das principais avenidas, prolongamento de acessos e um plano de cidades satélites para abrigar 1 milhão de pessoas¹⁸.

O que a cidade idealizada por JK propunha era a difícil conciliação entre a estética modernista nacional, o modelo econômico americano e a tradição política brasileira. Essa conciliação só seria possível através de desvios nos fundamentos conceituais destes aspectos, o que, na arquitetura e no urbanismo, gerou diversas heranças para o diálogo entre as disciplinas. No que se refere aos valores monumentais, o espaço projetado continuava dando maior ênfase à escala e espetacularização, através da técnica e de soluções vanguardistas, ligadas, sobretudo à geração modernista de Lúcio Costa e Niemeyer. No entanto, recuperava-se, sobretudo em Niemeyer, a monumentalidade ligada à figura do gênio criador, capaz de converter o estilo internacional em uma arte original, que poderia abrigar valores de nacionalidade, mais adequados ao clima de otimismo quanto aos rumos do país e ao populismo da política local. Por outro lado, convertia-se o tipo modernista em modelo a ser reproduzido, esvaziavam-se a socioespacialidade da utopia modernista e se adotando um funcionalismo que melhor se adequava ao ideal de representação das elites locais e ao discurso ligado à eficiência da economia e desenvolvimento nacional.

Nesse contexto, a cidade idealizada por JK, embora propiciasse um inestimável campo de experimentação estética para o modernismo, esvaziava seu conteúdo social, além de desviar sua intenção monumental. O local onde este conflito se daria de forma mais intensa e visível seria a construção e ocupação do Conjunto JK, um dos poucos edifícios onde a socioespacialidade moderna conseguiu ser implantada, mas acompanhada de uma série de desvios e inadequações, resultando num dos símbolos de condenação do modelo modernista.

Na década de 50, a capital mineira se consolidaria, enfim, como pólo econômico e industrial do Estado, no mesmo momento em que, em todo o Brasil, o papel do mercado supera o do

¹⁸ Para aprofundar as intervenções realizadas durante a passagem de Juscelino Kubitschek pela prefeitura de Belo Horizonte, ver Álbum MHAB, Edição 4, intitulada Juscelino prefeito: um projeto de modernização urbana para Belo Horizonte 1940-1945.

governo na conformação do espaço urbano. Segundo estudo realizado pelo Cedeplar (2004), esse deslocamento foi fundamental para a redefinição do papel do governo no urbanismo, passando de promotor e construtor para regulador, no que se refere à ocupação; e provedor, no que se refere à infra-estrutura e capacidade de assumir riscos. Energia e transporte, binômio adotado durante os anos JK na presidência, traduz o suporte do governo dado ao desenvolvimento e à industrialização nacional, através de grandes obras e zoneamento favorável das atividades. Esse tipo de atuação trabalhava a inclusão de um novo vocabulário urbanístico, que incluía grandes eixos de ligação, combate aos loteamentos ilegais, cidades satélites, vocação de áreas, edificações monumentais e investimento em experimentações técnicas e construtivas.

Retomando a relação entre arquitetura e urbanismo no Hipercentro, pode-se dizer que o modelo modernista deixou pelo menos duas heranças para a área. A primeira, a legitimação e radicalização do zoneamento anteriormente previsto por Aarão Reis, que levaria a um centro especializado em comércio e serviços, função que se acreditava mais adequada, tendo em vista a disponibilidade de infra-estrutura instalada e maior capacidade de absorção do tráfego de veículos. A opção advém, sobretudo, da escala regional utilizada para se pensar o planejamento urbano, relacionado a um macro zoneamento da cidade e combate à diversidade de funções dentro de um mesmo espaço.

A segunda herança, o incentivo e a legislação sobre a verticalização, favorecida desde a lei de 1924, que obrigava a construção de edificações acima de três pavimentos na área central, mas intensificada pelo aumento do coeficiente de ocupação e ação do mercado imobiliário. Por outro lado, a preferência pela tipologia do arranha céu, embora tivesse como justificativa a melhor ocupação da infra-estrutura ociosa e fosse mais adequada ao mercado imobiliário, estava também vinculada ao desejo de construção de um novo modelo urbano baseado em uma nova requalificação da cidade e do Hipercentro. Outro aspecto interessante é que a verticalização, quando herda a legislação anterior de gabarito e ausência de afastamentos, resulta em paredes cegas e tratamento preferencial à fachada frontal, concepção de projeto oposta aos princípios de composição modernistas.

O principal resultado no que se refere à relação entre arquitetura e urbanismo seria a massa vertical de edifícios e sua influência nas ocupações seguintes, que subverteu as intenções do traçado original em pelo menos três momentos. Primeiramente, através dos efeitos da corrida em direção ao pioneirismo e a busca de alcançar a maior altura, levando a soluções compactas, que ocupavam integralmente a base do terreno. No segundo momento, os edifícios modernistas baseados na cidade da Carta de Atenas, que também buscavam a subversão do traçado de Aarão Reis através dos pilotis livres e novas formas de ocupação

do lote urbano. No terceiro momento, com os edifícios funcionalistas, tradução literal da pressão do mercado imobiliário e da máxima utilização dos coeficientes de ocupação permitidos na lei, pensamento que trai os princípios da Carta de Atenas e não consegue, também, o contextualismo com a cidade urbanista clássica. Nesse contexto, ocorreria o adensamento não planejado da maior parte da área central e, paradoxalmente, o enfraquecimento de todos os valores atribuídos ao edifício vertical ao longo dos anos. Ou seja, o declínio da função referencial do edifício, obtida pela falta de afastamento e homogeneidade; a não subversão da malha ortogonal pré-urbanista, uma vez que os pilotis livres não foram realizados; e finalmente, o não aproveitamento da infra-estrutura, que permaneceu ociosa pela combinação da obsolescência das edificações com o processo de exclusão do mercado imobiliário.



FIGURA 5 – Processo de verticalização do Hipercentro de Belo Horizonte.

Fonte: ESTADO ..., 1997.

As primeiras críticas ao modernismo local no urbanismo e na arquitetura datam do final da década de 50. Em 1958, dois anos antes de Brasília, realização maior do modelo moderno, um estudo de autoria do escritório da Sagmacs no Brasil, aplicava em Belo Horizonte um novo conceito de economia humanista que trazia para a realidade local, ainda que de forma insipiente, as primeiras críticas ao urbanismo pragmático e funcionalista no qual o modernismo utópico havia se convertido. O novo modelo urbano trabalhava com dois conceitos, o crescimento orgânico e a articulação regional, ambos retirados do movimento economia e humanismo de Le Bret, teórico francês que havia criado escritórios regionais de planejamento em diversas capitais brasileiras. Trabalhando com equipes multidisciplinares, o escritório tinha como método a compreensão do tecido urbano em “termos rigorosamente técnicos, traduzidos em índices numéricos inequívocos” a fim de definir “sem ambigüidade as normas de utilização do espaço” e de acordo com projeções e conjunturas do desenvolvimento econômico, conforme aparece no texto da Sagmacs (1960, p.31). Alegando a articulação de fatores físicos, políticos, sociais e econômicos, a Sagmacs criticava a incoerência do traçado da capital que, quando comparado com outras cidades e, portanto, modelos idealizados de espaço urbano, era considerada insatisfatória. Dentre os

problemas citados estavam a configuração excessivamente radial, a periferia não planejada, a falta de um sistema viário principal, além da falta de:

“Parques infantis, locais públicos de reunião, grupos culturais, bibliotecas públicas e habito de utilização destas, escolas comerciais, assistência social, telefone público, formação doméstica nas escolas, sociedades de amigos de bairro, participação na vida político partidária, representação na câmara, agencias bancárias e “footing” nos bairros” (SAGMACS, 1960, p.32)

No centro de Belo horizonte, além da crítica ao processo de monopolização e transporte radiocêntrico, condenava-se a rua como corredor de utilização excessiva pelo tráfego. Dentre as propostas da Sagsmacs para o local, estão a criação de uma circulação interna, a céu aberto, associada a um tráfego periférico e reserva de terrenos para uso coletivo, buscando suprir a deficiência dos elementos citados acima. No entanto, a principal ruptura dos estudos realizados pela Sagsmacs com a escola modernista anterior é a inversão, fundamental para o planejamento local, entre um urbanismo de projeto para um urbanismo de gestão, onde se busca corrigir os problemas sociais através do planejamento para se chegar a uma solução espacial mais adequada.

Este urbanismo de gestão ganha força diante da crise do desenho urbano que acompanhavam as críticas e distorções do urbanismo modernista. Esta desilusão com a proposição de soluções espaciais, ao mesmo tempo em que marca um maior respeito ao local e à multiplicidade de enfoques sobre a cidade, leva também, e talvez de forma mais intensa no Hipercentro, à inércia dos planejadores urbanos e arquitetos diante da imposição de um modelo de crescimento econômico desigual, autoritário e regido pelas leis do mercado. Neste sentido, tanto a socioespacialidade modernista quanto a gestão social proposta pela Sagsmacs perdem para um urbanismo onde o plano assume contornos de clientelismo e repressão, justificado por discurso voltado para a competitividade e industrialização a qualquer custo. A relação entre edifício e cidade, em um contexto de crítica ao projeto e enfraquecimento da função do desenho no urbanismo, consolidou a ruptura entre as disciplinas, gerando edifícios cada vez mais auto-referenciais e incapazes de dialogar, criticar ou influenciar nos rumos da ocupação da área central. A crise do projeto e de soluções formais durante o período e a adoção de procedimentos normativos permitiu a adoção de intervenções isoladas e sem diálogo com a proposta de planejamento, quase sempre com impactos nocivos para a qualidade da cidade.

3.3. Modelo “depois dos modernos”. A partir da década de 60.

Pode-se dizer que o modelo de planejamento do período foi delineado a partir do confronto entre as duas situações políticas extremas – o governo militar e o processo de democratização – em um contexto de crítica e desilusão frente ao projeto modernista. Se, durante o período de ditadura militar, a maior parte das atuais características, críticas, preconceitos e atribuições de valor ao Hipercentro de Belo Horizonte foram consolidadas, essas formaram, quase sempre por oposição, a base para as medidas e características associadas à mesma região durante o processo de democratização e importação tardia dos modelos urbanos “depois dos modernos”.

Durante o governo militar, a região passou pelo que seria sua maior crise estrutural e simbólica, relacionada a três posturas adotadas pelo planejamento no período. A primeira, a opção clara pelo funcionalismo, com proteção ao desenvolvimento do mercado imobiliário, privilégio ao veículo privado e implantação de grandes obras de infra-estrutura de alto impacto no tecido existente. A segunda, relacionada à anterior, a forte centralização do planejamento e o privilégio à escala metropolitana dos estudos e propostas, que, por manter a conformação radial da cidade e não possuir projetos específicos para o Hipercentro, agravava os impactos do crescimento da cidade para a região. A terceira postura, o descaso com os efeitos do milagre brasileiro para as cidades brasileiras, que incluíam ampliação das desigualdades sociais, segregação, migração, urbanização não planejada, especulação de lotes vazios e periferação. Esses efeitos seriam acentuados pela nova dinâmica imposta às áreas centrais nas décadas seguintes, baseada no esvaziamento de função e população devido a políticas de expansão urbana e surgimento de novas centralidades.

Já a crise simbólica era alimentada por uma postura política que se baseava na condenação de símbolos e realizações anteriores, abruptamente abandonadas ou convertidas para novos propósitos. Esses novos propósitos eram ainda mais centralizadores e nacionalistas que o dos governos anteriores e implementados através de forte esquema de repressão social, que chegava inclusive ao papel urbano da crítica arquitetônica, vista como oposição ao regime. A crise simbólica seria agravada ainda pela concorrência da região central com as novas centralidades, sobretudo a Savassi, novo espaço de comércio de luxo e representação da elite local (LEMOS, 1988).

Neste momento, o Hipercentro adquiriu graves problemas de qualidade de vida, insegurança e esvaziamento referenciais e simbólicos, decorrentes da inadequação do espaço às atividades existentes. A metodologia adotada pelo Esquema Metropolitano de Estruturas, plano formulado pela PLAMBEL – órgão que atuou em Belo Horizonte a partir de 1974 – consistia em medidas baseadas em uma teoria pragmática de modelos matemáticos e

econômicos, indicadores de tendências e variáveis como acessibilidade, oferta de emprego, dentre outras. Na capital o ideal de planejamento buscava a criação de rede de centros, buscando integrar o tecido, e o transporte de massa como indutor da ocupação dos pólos de desenvolvimento identificados.

Essa postura da PLAMBEL seria criticada pelo excesso de diagnósticos e relação com a perda da autonomia municipal. Já os problemas com o transporte urbano e a necessidade de novas obras viárias levariam à criação de um órgão próprio, a METROBEL em 1978. Um exemplo capaz de caracterizar as medidas do período seria a construção dos trens metropolitanos, que resolviam parte dos deslocamentos metropolitanos, mas, na escala local, interrompiam inúmeras transposições para pedestres e geravam áreas remanescentes rapidamente degradadas e prejudiciais ao entorno.

Um efeito semelhante acompanharia as grandes obras viárias e tentativas de reordenação do intenso fluxo de veículos, tais como criação do polígono amarelo no centro, vias para coletivos e fechamento de quarteirões para pedestres. Dentre as obras não realizadas, mas representativas do modelo que se buscava implantar, tem-se o projeto de construção de um metrô sobre o leito do Ribeirão Arrudas, inspirado na interligação dos eixos de crescimento de São Paulo¹⁹. Dentre as poucas propostas que visavam redução do tráfego, temos a criação do coletivo refrigerado, o “fresquinho”, para o incentivo do uso pela classe média, ou o “passeio turístico” através de coletivo que ligava os pontos da cidade com guia, opção de lazer de grande sucesso entre os moradores da cidade (FJP, 1996). O que é interessante notar nestas propostas é a forma como antecipam, ainda que de forma ingênua e desarticulada, a importação de algumas soluções de um modelo urbano do final da década de 90, porém em um contexto incapaz de propiciar a permanência ou viabilidade de execução das propostas.

Foi nesse contexto que se construiu a primeira tentativa de retomada dos valores simbólicos do centro, o chamado Plano para a Área Central (PAC) vinculado à Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1976, também um marco do planejamento urbano local, embora não apresentasse grandes rupturas com a política metropolitana em vigor. Dentre as propostas do PAC figuravam a necessidade de melhorar a qualidade de vida da região, baseada na diversidade de usos e uso residencial, aspectos diretamente ligados às críticas ao modelo modernista que ganharam força no início da década de 60 e chegavam tardiamente ao planejamento local.

¹⁹ Proposta do Prefeito Souza Lima publicada no Diário da Tarde de 26 de maio de 1969. A proposta aparece no trabalho na figura 29.

Por outro lado, a justificativa das iniciativas revela ainda um comprometimento com o funcionalismo pragmático, presente, por exemplo, no tratamento à questão do pedestre na área central, considerada ainda como um problema ao fluxo de veículos. Ou seja, no Hipercentro, ambulantes, pedestres e o movimento do comércio local eram ainda vistos como ruído ou entraves ao modelo que se buscava instaurar, situação que se reverteria somente na década de 90. Na arquitetura, a inserção urbana reproduzia estes aspectos em obras de grande porte que buscavam um funcionalismo independente do entorno.

Belo Horizonte chega na década de 80 buscando consolidar o processo de democratização, mas ainda com grande dificuldade de combater os efeitos da especulação do mercado para a cidade e as crises oriundas do planejamento anterior. De modo específico, o planejamento urbano no centro, agora um pequeno núcleo dentro da metrópole, enfrenta os problemas de tráfego e transferência de serviços para outras áreas. Essa transferência está ligada à consolidação e incentivo a novas centralidades e, também, à chegada de novas estruturas de serviços como o *shopping center* e o hipermercado. Por outro lado, na mesma época, o país atravessa uma crise econômica que provoca agravamento do desemprego e do processo de periferização. A estratégia utilizada pelo poder público neste momento era a de atrair investimentos para o Hipercentro, apostando na especialização das atividades existentes no local, princípio básico com o qual trabalha a reformulação da LUOS em 1985.

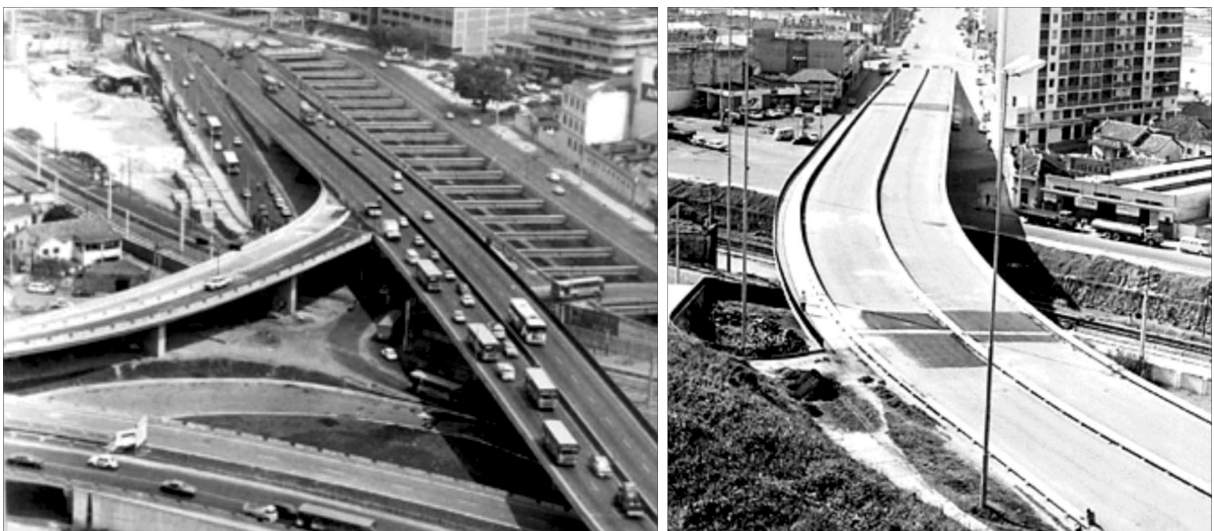


FIGURA 6 – Obras viárias no Hipercentro, o Complexo da Lagoinha e o Elevado Castelo Branco.
Fonte: ESTADO..., 1997.

Em 1987, o trem urbano de Belo Horizonte começa a ser implementado tendo como crítica a falta de integração entre as estações e seu entorno imediato, agravando a situação das inúmeras áreas residuais do Hipercentro. Ainda sobre o transporte, em 1991 seria criada a BHTrans, órgão com grande capacidade de intervenção no Hipercentro, ainda hoje, devido

aparentemente à desarticulação dos demais órgãos de planejamento municipal. No mesmo período seria elaborado o Plano BH 2010, estudo interdisciplinar cujo diagnóstico serviria de base para a formulação do plano diretor de 1996, sobretudo nas questões relativas ao centro. Pode-se dizer, no entanto, que essas iniciativas, não superaram o clientelismo das propostas e não conseguiram romper com o inchamento da burocracia do setor e a escassez de recursos destinados às intervenções. Por outro lado, o período trouxe importantes contribuições ao planejamento urbano tais como o plano diretor obrigatório, a função social da propriedade, o IPTU progressivo e o solo criado, ainda que não implementados em sua totalidade. Ou seja, o que se percebe nesse momento é a transição entre um modelo autoritário para um modelo democrático, no qual os valores de monumentalidade e funcionalidade passam a conviver com uma socioespacialidade que desde o desvio do modernismo utópico havia sido preterida nas intervenções urbanas e arquitetônicas.

Uma importante iniciativa do período, sobretudo por registrar essa transição, seria a promoção do concurso de idéias de 1989, cujo resultado privilegiava propostas pontuais de recuperação do Hipercentro, nas quais a figura da utopia é evidenciada em desenhos e intervenções nos quais o papel da arquitetura é colocado em destaque na recuperação do espaço urbano. Pode ser reconhecida nas propostas tanto a preocupação com valorização dos espaços de convivência, como os primeiros indícios de espetacularização do espaço e enobrecimento da área central, modelo que seria duramente criticado na década seguinte.

O planejamento urbano, na década de 90, ampliaria a capacidade de ação da legislação a partir de dois documentos: a Lei Orgânica do Município (1990) e o Plano Diretor (1996). Nos dois documentos a preservação do conjunto arquitetônico torna-se um dos principais aspectos a ser tratado no Hipercentro. O plano se baseia na descentralização das atividades e na reabilitação da habitação e sociabilidade no local, como estratégia para reverter a má qualidade de vida da região. A legislação condena ainda atividades que contribuiriam para o adensamento e conflito entre usos – tais como sedes de poder, concessionárias, quartel, fórum, tribunal, presídio, faculdade, equipamentos esportivos, exposições e convenções – e protege o traçado original através da preservação da área verde remanescente dos espaços públicos. O Hipercentro, nesse momento, é identificado como local de moradia, permanência e encontro, onde se deve buscar a segurança, o conforto, a desobstrução da fachada dos prédios e o combate ao tráfego, uma concepção, portanto, distante da concepção das décadas imediatamente anteriores.

No final da década de 90, a região atingiu grande notoriedade e visibilidade, marcada por uma profusão de planos, propostas e projetos, alguns postos em prática, porém sem a

devida articulação ou coerência conceitual, tornando a região menos objeto de intervenção do que arena para a implementação de diferentes escolas e modelos de espaço urbano. Grande parte dessas iniciativas foram unificadas em um Programa da Prefeitura denominado Centro Vivo.



FIGURA 7 – Parte do folder de divulgação do Projeto Centro Vivo da Prefeitura de Belo Horizonte. Fonte: Material de divulgação.

Sobre este aspecto, as atuais críticas relacionam esta nova postura de planejamento às transformações econômicas em todo mundo capitalista globalizado a partir da década de 70, onde o foco dos estudos sobre os impactos sociais e espaciais nas grandes cidades migra da configuração e projeto do espaço urbano para as mudanças na estrutura econômica e mercado de trabalho mundial. A razão desta transferência está relacionada, sobretudo, à articulação entre os efeitos da modernização industrial com o aumento do desemprego, tensões sociais, exclusão e insegurança nas metrópoles, processo que poderia sugerir um novo paradigma para a compreensão da estrutura social e configuração espacial no espaço urbano globalizado.

Neste contexto, a partir da década de 90, o papel do mercado internacional na configuração das cidades foi discutido com maior intensidade, incorporando elementos e previsões de comportamento do mercado chegando-se a dois modelos hipotéticos. O primeiro, a dispersão do tecido urbano, identificado, segundo Lago (2000), por Gottdeiner a partir da análise da reprodução do capital e das redes público-privado no setor imobiliário que

provocaria superprodução de imóveis e fragmentação da cidade em áreas enclausuradas com baixa densidade populacional, segregação, formação de enclaves, privatização dos espaços públicos e militarização da cidade. O segundo modelo, a concentração em cidades globais²⁰ que, segundo Smith (2000), advém do incremento do ambiente urbano devido à atratividade exercida por estas cidades em relação aos investimentos externos. Porém, quando Harloe & Fainstein, também citados em Lago (2000), identificam o contrário, ou seja, o incremento agindo como diferencial na competição intercidades por investimentos externos, há a indicação de círculo de ação e reação, daí o constante agravamento de seus efeitos. Estes efeitos, ainda segundo Smith (2000), seriam a segregação excludente e a formação de enclaves através de grandes empreendimentos urbanos/imobiliários, o que geraria processos de enobrecimento de áreas centrais.

A principal consequência deste segundo processo seria a maior capacidade da elite atuar junto ao poder público local nos projetos de reestruturação urbana, sobretudo de áreas centrais, aprofundando a segregação espacial. A mesma dualização traz, na dimensão política, alterações nas funções do Estado, onde ocorre redução do poder de organização da classe trabalhadora e aplicação de recursos públicos na reprodução da estrutura de poder. Baseada nesta última previsão, as atuais críticas atacam a espetacularização dos espaços urbanos e sua conversão em um modelo hegemônico prioritariamente imposto às áreas centrais, geralmente vulneráveis a este tipo de investimento que provoca enobrecimento do espaço com expulsão de população de baixa renda para a periferia. Outra crítica que poderia ser feita é a forma como esse tipo de atuação retoma de forma fragmentada ou mesmo contraditória aspectos da teoria urbana e vocabulário de intervenções que combinam preocupações ecológicas, econômicas e culturais quase sempre a partir de enfoques simplistas e redutores da complexidade das disciplinas.

No Hipercentro de Belo Horizonte, a transposição do modelo global de retomada de áreas centrais pode ser analisada a partir da peculiaridade histórica da região, sobretudo no que se refere à transposição de diferentes modelos urbanos e arquitetônicos. Esses novos modelos abrigam diferentes intenções, podendo ser socioespacial no caso dos programas de habitação do centro de São Paulo, funcionais como o de Curitiba ou monumentais como

²⁰ Segundo Tolosa (1999) três características definem a classificação de uma cidade em global: (a) ser a sede de empresas multinacionais, transnacionais ou de grandes empresas nacionais; (b) ser a cidade um centro financeiro moderno e de grande porte, dotado de atividades terciárias e quaternárias de ponta; e (c) dispor de um parque manufatureiro inovador e com escala internacional, características que embora estejam distantes da realidade da maioria das cidades, Belo Horizonte inclusive, têm norteado um grande número de propostas para o planejamento urbano e adequação da estrutura existente em um modelo urbano único. Para aprofundar ver Tolosa (1999).

o Corredor Cultural do Rio de Janeiro. O curioso, no entanto, é a proximidade nos resultados, indicando que os modelos foram transpostos menos pela sua adequação conceitual do que pelo vocabulário de intervenção, o que aproxima a imagem da cidade a outros modelos internacionais como Barcelona, Lyon, Portland, dentre muitos.

A forma como este conflito entre modelos de intervenção em área central se desenvolveu em alguns casos notáveis, discussão que proponho para a segunda parte do trabalho, pode revelar melhor tanto o legado deste comportamento para a relação entre arquitetura e urbanismo como os possíveis desdobramentos das intervenções no Hipercentro. Retomando o projeto original e os primeiros edifícios notáveis, temos como preocupação central, a inserção da nova cidade no processo civilizatório europeu do século XIX, confrontado ao passado colonial. Inaugurava-se nesse momento três características do planejamento urbano e da arquitetura do local: a imposição do modelo ao espaço construído; a vinculação do modelo ao pioneirismo da proposta e obsolescência do modelo anterior; e a relação entre legislação e planejamento urbano e destes com ordenação da arquitetura.

No modelo modernista duas novas heranças foram incorporadas: a relação da arquitetura com a escala urbana através da migração do valor monumental do ornamento para a técnica e escala da intervenção; e a interferência da arquitetura vertical no traçado pré-urbanista, na qual a opção pelo caminho da ordenação e gabarito de altura subverteu o traçado e contribuiu para isolamento do edifício. Esse isolamento seria parcialmente rediscutido e adotado como modelo no próprio modernismo, mas considerado uma forma de subverter o traçado e propor novo diálogo com o sítio e o contexto. Outra herança do período seria a tentativa, senão original, audaciosa, de aproximação dos três modelos – funcionalista, monumental e social – em um discurso integrado e capaz de grandes intervenções, sendo o Conjunto JK o maior e mais característico projeto de arquitetura do período. Os desvios dessa intenção, no entanto, apontaram para a fragilidade da relação da proposta com o contexto em que foi inserida, seja ele político, econômico ou social.

No período “depois dos modernos” dois novos modelos são inseridos. Um modelo funcionalista de intervenções de grande porte e impacto cuja principal herança seria o isolamento da intervenção e combate e destruição de símbolos dos modelos anteriores. O segundo, um modelo culturalista, delineado pela chegada tardia das críticas ao modernismo, no qual a maior herança foi a retomada do papel cultural do tecido urbano, preocupação com a preservação de edificações históricas e valorização de espaços públicos.

4 INTERVENÇÕES PONTUAIS

O capítulo anterior apresentou o histórico do Hipercentro de Belo Horizonte, tendo como fio condutor a relação entre o contexto e as intervenções no espaço urbano, seja através da arquitetura seja através do desenho urbano. Buscou-se reconhecer alguns dos valores atribuídos à intervenção, considerada a partir do processo de conversão da cidade real em determinado modelo idealizado.

Nesse capítulo, pretendo ilustrar como, ao longo da ocupação, esse processo se consolidou a partir de alguns projetos pontuais, considerados pioneiros no que se refere ao diálogo estabelecido com o local e associados a utopias frustradas em diferentes períodos do planejamento da capital. Esses projetos, além de influenciar as manchas de uniformidade na ocupação e terem sido adotados como símbolos do modelo a ser implantado em determinado momento, ou a ser combatido no momento seguinte, contém em sua concepção aspectos fundamentais dos conflitos e transições entre modelos na região estudada.

A seleção das situações pontuais ao longo do desenvolvimento do histórico da região foi elaborada a partir de dois critérios anteriormente estabelecidos pela metodologia: o pioneirismo das propostas, acompanhados de discursos e críticas à sua realização, e as mutações do espaço ao longo de sua história. Dessa forma, serão cinco os projetos trabalhados, mas sempre que necessário, recorrerei a outros projetos pontuais para estabelecer comparações. O primeiro projeto analisado será a Praça Sete de Setembro, sua atribuição enquanto centralidade principal e seu papel no conflito e consolidação dos modelos urbanos. O segundo, o Edifício Sulacap-Sudameris, exemplo da verticalização durante transição entre o modelo urbanista clássico e o modelo modernista. O terceiro, o Conjunto JK, edifício de habitação, idealizado no auge das realizações modernistas, porém inaugurado somente na década de 70, no declínio do movimento. O quarto, o edifício e, sobretudo, o local da atual Estação Rodoviária, seu histórico da ocupação e indefinição de uso futuro. O último, a Estação Ferroviária e as recentes intervenções realizadas em seu entorno.

A análise dos projetos seguirá uma estrutura comum: breve contextualização e histórico de ocupação, discussão a partir das categorias de análise e elaboração de cenário que contém as perspectivas de desdobramento de sua relação com a cidade. Como já dito na introdução, não trabalharei com análise de discurso de arquiteto, sintaxe espacial ou estudos de pós-ocupação, mas com a análise das possíveis estratégias utilizadas no diálogo

que os edifícios pretendiam estabelecer com a cidade, bem como os efeitos que pretendiam gerar na ocupação do traçado. Esses efeitos serão identificados a partir da relação estabelecida entre a teoria urbana, a teoria arquitetônica e a identificação do vocabulário formal utilizado na proposta. A localização das situações analisadas, bem como a delimitação que utilizei para o Hipercentro²¹ de Belo Horizonte, estão assinaladas na figura abaixo.



FIGURA 8. Limites utilizados para o Hipercentro com localização das situações estudadas.

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em foto aérea de 1995.

²¹ Utilizo a delimitação apresentada no Plano Diretor de 1996, porém com a inclusão do Conjunto JK.

4.1 Praça Sete de Setembro e entorno imediato

Para o tipo de análise que proponho, são duas as características fundamentais da Praça Sete de Setembro: a consolidação do local enquanto principal centralidade da capital e a sobreposição das intervenções urbanas e arquitetônicas ao longo de sua ocupação. A visibilidade da praça, conforme veremos, fez com que se tornasse o espaço preferencial para intervenções, na maior parte dos casos alheias ao tipo de ocupação e às reais necessidades do lugar. Espécie de vitrine para os novos paradigmas de projeto e modelos urbanos, o local funcionou diversas vezes como ponto de partida para a alteração da cidade, ou seja, a conversão do espaço construído em modelo idealizado.

No entanto, essa centralidade não fazia parte do projeto original. A Praça Sete, na época Praça Doze de Outubro, em homenagem ao descobrimento da América, era conformada pelo vazio urbano do cruzamento da Afonso Pena com a Amazonas, pouco expressivo na época, sobretudo se comparado às demais praças projetadas por Aarão Reis. Observando o projeto original pode-se notar o papel secundário do local na estruturação da cidade, fator acentuado pela inexistência de uma função institucional ou arquitetura notável. O desenho da Praça seguia a tendência dos locais situados na convergência de avenidas ortogonais com ruas diagonais, no caso, Carijós, Rio de Janeiro, Afonso Pena e Amazonas, configuração que descende do vocabulário urbano consagrado pelas intervenções de Haussmann em Paris, cuja influência também abrange a arquitetura através da ordenação proposta em lei.

As ruas largas e sem trânsito dos primeiros anos conferiam ao local uma ambiência diferente da atual, devido, sobretudo, à inexistência do pesado tráfego de veículos. Essa ambiência, aliada à proximidade com a rua da Bahia, primeira a ser ocupada e possuir vida urbana, e à localização mediana entre dois pólos, a área de elite e a área comercial e de chegada da ferrovia, favoreceu o destaque do local e os primeiros indícios de sua afirmação enquanto centralidade e espaço para solenidades. Sobre esse aspecto, embora o trabalho não tenha encontrado informação precisa sobre a quantidade e frequência dos eventos na Praça, é notável a opção pelo local em relação aos demais espaços urbanos, melhor equipados e com maior atribuição simbólica. A opção pela Praça e, mais tarde, a vida social que ali se desenvolveu, podem indicar a relação entre não realização do desejo de centro linear em Reis com a importância do paradigma da centralidade espacial para os habitantes do traçado. A hipótese é importante por indicar que a intervenção que seria feita no local alguns anos depois de sua inauguração ressaltará essa socioespacialidade e trará para o espaço valores de monumentalidade (obelisco) e funcionalidade (rotatória).

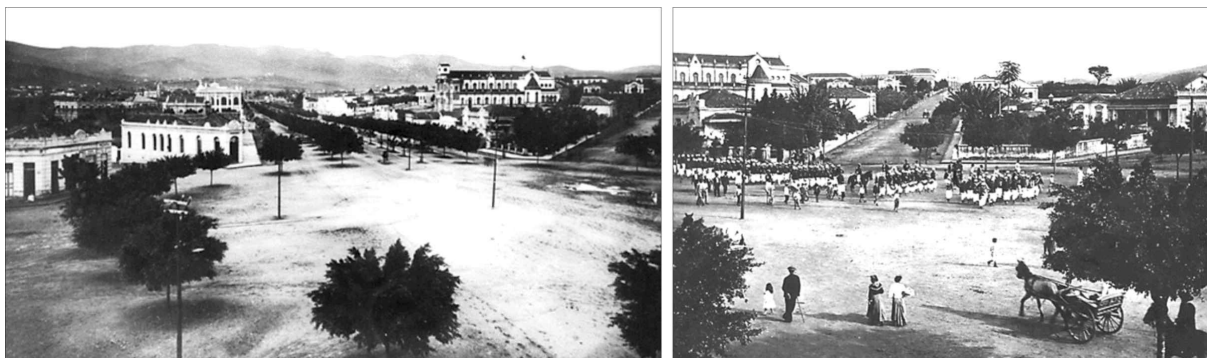


FIGURA 9 – Primeiros anos da Praça Sete, ainda Praça 12 de Outubro.

Fonte: ESTADO ..., 1997.

A primeira reestruturação do espaço ocorreu no ano de 1922, menos de duas décadas depois do projeto original, junto com as intervenções em diversas praças da cidade, incluindo a mudança no nome, alterado para o atual, em comemoração ao centenário da independência do Brasil. A reestruturação consistia na construção de monumento no centro das avenidas, configuração espacial que funcionaria como rotatória, com a dupla função de ordenar o nascente tráfego de veículos e abrigar o obelisco comemorativo. O obelisco, concluído em 1924, consistia de uma pedra de granito de oito metros de altura e vinte toneladas de peso, localizado no centro da praça. As primeiras fotos e comentários da época já demonstram o papel do objeto na intenção de converter a centralidade linear da Afonso Pena em radial ou pontual, desvio considerável da concepção urbana original de Aarão Reis.

Em 1937, nova reestruturação, dessa vez devido à transferência do abrigo de bondes e instalação da “circular permanente” de todos os bondes ao redor do obelisco. Essa alteração trazia o bonde, segundo reportagem da época²², para o “coração da capital”, consolidação do papel de centralidade atribuído ao local. Foram construídos dois abrigos, destinados a substituir o antigo, situado a alguns quarteirões de distância na esquina da avenida Afonso Pena com rua da Bahia. A praça, até então um espaço de passagem, com implantação do abrigo ganha novos usos, sendo o principal a permanência de pedestres ao seu redor, o que, aliado ao prolongamento da Amazonas na década seguinte e o destaque atribuído a essa avenida a partir de então, reforçou ainda mais a centralidade do local. O abrigo trazia também para o local uma importante característica da Praça, a diversidade social dos freqüentadores do espaço, ainda hoje uma característica marcante do local com oscilações ao longo de sua evolução, ora em direção a uma imagem de degradação ora em críticas ao enobrecimento.

²² Reportagem da Folha de Minas de 1937, citada em FJP (1996).



FIGURA 10 – Obelisco da Praça Sete e o entorno imediato na década de 50.

Fonte: MHAB (2004, p.3; p.8)

Sobre os abrigos de bonde construídos, é interessante notar a substituição da arquitetura neoclássica do abrigo anterior localizado na rua da Bahia, próximo ao local, pelas linhas modernas do art decó nos dois abrigos da Praça Sete. Enquanto o primeiro equipamento trabalha um partido retangular de dimensões reduzidas, aberto para as funções exigidas pelo programa, o segundo equipamento nasce do traçado e da escala urbana, propondo uma nova relação entre arquitetura e urbanismo. A intenção do diálogo, no entanto, não parece ser a de contextualizar o edifício ao traçado urbanista clássico, mas a de se apropriar desse traçado para a valorização de um novo modelo, mais próximo ao das metrópoles americanas do período do que da Paris de Haussmann.



FIGURA 11 – O abrigo de bondes da Rua da Bahia e o abrigo da Praça Sete. À direita a planta cadastral de 1942 com as linhas e abrigos para bondes.

Fonte: ESTADO..., 1997.

A desativação do sistema de bondes na década de 50 levou à demolição dos abrigos e retirada dos trilhos da Praça Sete, bem como nova alteração dos usos do local, cada vez menos destinado à permanência e convívio de pedestres, situação compartilhada por todo o trecho da Afonso Pena após a chegada do tráfego de veículos particulares. A retirada dos abrigos se relacionava também à desobstrução das avenidas para tráfego, o que culminaria nas intervenções ao longo da avenida Afonso Pena na década seguinte, que teve sua pista de tráfego aumentada, a significativa redução dos canteiros e corte de todas as árvores do

trajeto, intervenção que converteu a intenção de parque linear de Reis em moderno corredor de tráfego.

O mesmo processo foi responsável, na época, pela retirada do obelisco da Praça Sete, intervenção relacionada ao processo de substituição de símbolos do governo anterior pela administração de Amintas de Barros, que incluía a demolição da Feira de Amostras, como será apresentado no caso da Praça Rio Branco e Rodoviária. Sobre a transferência do obelisco, após período abandonado, no qual não se sabia o destino do monumento, o mesmo foi instalado na região da Savassi²³. A escolha fazia parte de um processo maior de transferência da centralidade tradicional para a nova região, aspecto associado à transferência de serviços e atividades comerciais tal como analisado por Lemos (1988). A transferência era um duro golpe na monumentalidade do local e de todo o Hipercentro e promovia um desequilíbrio favorável à funcionalidade nas intervenções seguintes, já caracterizadas pela anulação da socioespacialidade.



FIGURA 12 – O obelisco na Savassi e foto de 1974 da Praça Sete já sem o segundo monumento.
Fonte: MHAB (2004, p.4; p.6).

Nesse momento, no início da década de 60, a Praça Sete passa ainda por sua mais radical reestruturação, abrigando outro monumento, dessa vez horizontal, que ocupava uma área maior da praça e ostentava em bronze a figura de quatro ilustres da cidade: Aarão Reis, Augusto de Lima, Afonso Pena e Bias Fortes. O projeto do monumento e a forma como se integrava com a rua através de passeio circular assumia a função de rotatória da Praça Sete, não dispoendo de equipamentos de permanência no local, sendo usada pelos pedestres para encurtar a distância ao atravessar o cruzamento. A intervenção, cuja monumentalidade referencial se desenvolve de forma menos abstrata que o obelisco anterior, teve vida curta, sendo retirado no início da década de 70.

²³ O monumento foi tombado em 1977, ainda na Savassi, e transportado de volta para o local no ano de 1980.



FIGURA 13 – Monumento horizontal construído na gestão de Amintas de Barros. À direita, aeronave em comemoração ao dia da aviação.

Fonte: ESTADO ..., 1997.

Na década de 70, época em que críticas ao modelo modernista já se apresentavam de forma consolidada, bem como novas teorias urbanas de matriz culturalista, a praça passa por nova reestruturação, na qual tem quatro dos seus oito cruzamentos fechados e destinados apenas para o tráfego de pedestres, incorporando as ruas laterais ao espaço original e configurando o que atualmente se identifica como conjunto da Praça Sete, na qual o obelisco, ou o centro original, é a menor parte. A intervenção, influenciada pelo modelo adotado em diversas metrópoles, atribui novos usos ao espaço e relações da rua com a arquitetura, conformando um local de transição e apropriação entre o edifício e o tráfego de automóveis, relação que, no entanto, foi pouco explorada pela arquitetura e pelo próprio planejamento urbano no Hipercentro, que não incluía intervenções dotadas de valores de socioespacialidade.



FIGURA 14 – Fechamento dos quarteirões do entorno imediato da Praça Sete na década de 70.

Fonte: MHAB, (2004, p.07).

A falta de correspondente a esse tipo de intervenção na arquitetura se deve a pelo menos dois aspectos: a pouca disponibilidade de lotes desocupados naquele momento ao redor da Praça Sete, ou pouca viabilidade econômica de demolição dos edifícios verticais e, o segundo aspecto, a manutenção do tipo de diálogo indiferente ao entorno nos edifícios do

Hipercentro a partir de então, como será apresentado adiante na análise dos edifícios da década de 70, 80 e 90.

Após período de abandono e degradação, a Praça Sete seria objeto de inúmeros projetos não realizados de requalificação do espaço, muitos deles originados de pressões do comércio local contra a violência, prostituição e degradação física do espaço. Dentre os projetos parados estavam as propostas vencedoras do concurso promovido em 1989, anteriormente citado no segundo capítulo desse trabalho, no qual a prefeitura premiou um conjunto de soluções para a Praça Sete que seriam detalhadas em 1994 e previam a divisão da praça em quatro intervenções pontuais independentes. No entanto, essas intervenções só ocorreriam em 2000, incluídas no conjunto fragmentado de intervenções do Programa Centro Vivo da Prefeitura de Belo Horizonte. O projeto consiste em quatro intervenções independentes localizadas nos quarteirões fechados, elaboradas por arquitetos locais, tendo em comum a releitura dos usos do local e a utilização de sofisticado mobiliário e desenho urbano. Influenciada por modelos de intervenção em áreas centrais, a solução, apesar de buscar o diálogo com funções existentes no local, repete o comportamento de impor um modelo ao espaço através de vocabulário de soluções exteriores ao contexto.

Para analisar essas intervenções urbanas segundo as categorias que proponho no trabalho, é fundamental verificar sua relação com a arquitetura no local, a partir dos oito lotes que circundam a Praça Sete, a que chamarei seu entorno imediato. A principal característica comum do entorno é a forma do lote, peculiar devido ao ângulo de esquina de quarenta e cinco graus, aspecto determinante na ocupação e, portanto, na relação do edifício com a cidade. Outro aspecto determinante na ocupação do entorno foi a legislação urbana, que encorajava a ocupação máxima no local e, durante a maior parte do período de ocupação, exigia o alinhamento com o passeio.

Dos edifícios que atualmente compõem o entorno da Praça Sete, o mais antigo é o edifício do Banco Hipotecário e Agrícola, atualmente abrigando uso institucional e protegido pelas leis de preservação desde 1984. O edifício, projetado em 1922 pelo arquiteto Luiz Olivieri, possui três pavimentos e diálogo ordenador próprio do modelo urbanista clássico, de forma fechada, ou seja, sem acesso para a rua além do eixo da esquina, principal elemento de composição da fachada.

O segundo edifício mais antigo dentre os existentes é o Cine Teatro Brasil, projeto de 1932²⁴, pioneiro no uso do art decó na capital, maior cinema do país na época e responsável por trazer ares de metrópole à capital com seus oito andares que lhe davam o status de mais alto da cidade. Segundo Noronha (1999), o projeto substituiu o desenho existente de autoria de Luiz Signorelli, o que deixa claro o processo de substituição de modelo em curso no período. Porém, apesar da diferença no estilo, a ocupação do lote reforça a concepção ordenadora do traçado e aproxima este do edifício anterior. A diferença é a opção do segundo edifício por acessos laterais às pequenas lojas e à galeria central, influência do programa e aproveitamento das potencialidades do local. Nesse sentido, o edifício não propõe a subversão da relação estabelecida até então entre arquitetura e a Praça Sete, demonstrando a adequação da cidade pré-urbanista ao modelo urbano do art decó, cuja reflexão e propostas de alteração se concentravam na arquitetura, comportamento que pode ser verificado em outras inserções horizontais do estilo na capital. No entanto, a reprodução do diálogo adotado pelo Cine Brasil em tipologias verticais, tal como veremos a seguir, no exemplo do Edifício Acaiaca, não assegura essas características de relação com o entorno.



FIGURA 15 – O edifício Banco Hipotecário e Agrícola (1922) e o Cine Brasil (1932).

Fonte: ESTADO..., 1997.

O terceiro é o edifício do Brasil Pallace Hotel, projetado em 1939 por Bruno Graflinger, com participação de Emílio Baumgart e posterior revisão de Luiz Pinto Coelho. O edifício, cuja verticalidade foi mais acentuada que a do Cine Brasil, não se harmoniza com o entorno da mesma forma que o anterior, e reforça o processo de isolamento da arquitetura vertical com a intenção de se destacar dos demais e tirar partido da visibilidade do local. A partir de então, o valor do terreno contribui tanto para padronização da solução de maior

²⁴ Houve controvérsia sobre a autoria do projeto nas fontes consultadas, aparecendo os nomes de Rafaelo Berti e Ângelo Murgel no CD ROM BH 100 (1997), e o escritório de Baumgart em Belo Horizonte no trabalho de Noronha (1999).

aproveitamento como para a gradual substituição da arquitetura vertical, mais lenta, no entanto, que no restante do Hipercentro, onde o lote mais barato com mesmo coeficiente provocou uma verticalização mais intensa.

O rompimento do diálogo entre arquitetura vertical e a ordenação do traçado é consolidado no edifício seguinte. O edifício Clemente Faria, de 1951, antigo Banco da Lavoura, é o quarto entre os remanescentes, projeto do arquiteto carioca Álvaro Vital Brasil. Também pioneiro no uso de soluções de vanguarda arquitetônica, com seus 28 andares e status de mais belo arranha céu do Brasil. Nesse caso, o diálogo deixa de ser ordenador, embora houvesse intenção da legislação em manter um gabarito, porém mais alto, e passa a ser claramente indiferente ao espaço construído. Ou seja, a cidade ideal da arquitetura do edifício analisado não mais possui qualquer vínculo com o traçado original, sendo o modelo idealizado o somatório de obras e eixos de circulação, cuja monumentalidade se relaciona à escala e pioneirismo do edifício.

No momento em que o edifício do Banco do Estado de Minas Gerais, projeto de Oscar Niemeyer, de 1958, é inserido nesse entorno, as preocupações com o diálogo com o espaço urbano são de outra natureza. O arquiteto dialoga com o local buscando anular o diálogo com espaço construído, urbano ou arquitetônico, através da utilização do espaço como forma de valorizar o edifício. Para tal, o arquiteto incorpora ao projeto o maior número de eixos de observação que valorizem o caráter escultórico do edifício, mesmo diálogo observado em dois outros projetos seus para a cidade: no conjunto JK e no Ed. Niemeyer, localizado na Praça da Liberdade. O resultado, nos três projetos de Niemeyer, é uma aparente proteção e valorização do objeto em relação aos demais edifícios, obtida pela combinação de recuos nos volumes de composição integrados ao aproveitamento de eixos visuais. Esse tipo de diálogo com o entorno, quanto considerado em função da conversão da cidade em determinado modelo ideal demonstra ser bem sucedido em relação ao vocabulário formal, mas incapaz de sustentar valores anteriormente associados ao edifício, o que acontecerá de forma mais acentuada no Conjunto JK, estudado mais adiante.

Os dois próximos projetos inseridos no local, muito semelhantes entre si, são o Ed. Joaquim de Paula (1951), projeto de Oswaldo Santa Cruz Nery e Ulpiano Muniz e o Ed. Helena Passig (1957) de Rafael Hardy Filho. Nessas soluções existe a repetição do tipo de diálogo adotado pelo edifício anterior e a consolidação da verticalização ao redor da Praça Sete. O último dos oito projetos a ser construído, o Ed. Dona Júlia Nunes Guerra (1979), projeto de Carlos Fernando de Moura Bicalho, substituiu a antiga sede da livraria Rex, que resistia até então ao processo de substituição.



FIGURA 16 – Verticalização da Praça Sete. Da esquerda para a direita: Ed. Bemge, Ed. Clemente Faria, Ed. Helena Passig e Ed. Julia Nunes Guerra.

Fonte: Arquivo particular do autor, exceto segunda foto que se encontra em ESTADO..., 1997.

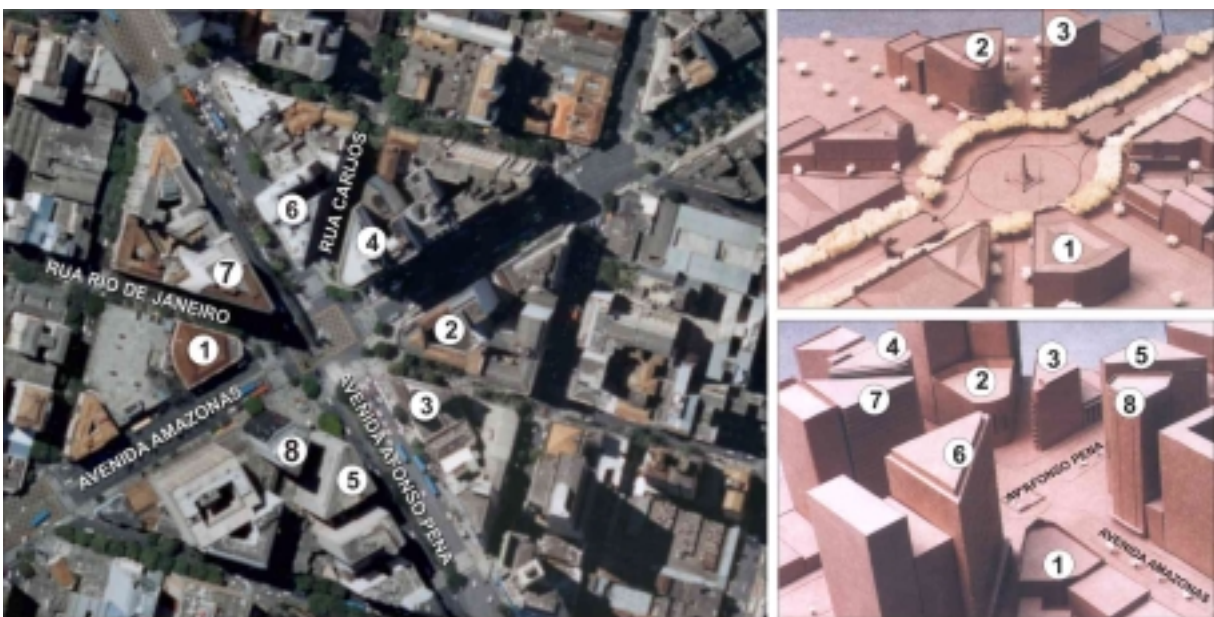


FIGURA 17 – Vista aérea da Praça Sete de Setembro indicando entorno imediato: (1) Ed. Banco Hipotecário e Agrícola; (2) Cine Brasil; (3) Brasil Palace Hotel; (4) Ed. Bemge; (5) Ed. Clemente Faria; (6) Ed. Joaquim de Paula; (7) Ed. Helena Passig; (8) Ed. Julia Nunes Guerra.

Fonte: Montagem a partir de foto aérea e maquete da Praça Sete nas décadas de 30-40 e 60-70, reproduzida MHAB (2003, p.12).

A partir do que foi dito até aqui, retomando as categorias de análise da relação da arquitetura com a Praça Sete, pode-se destacar a maneira como o contexto se relacionou com os valores atribuídos às intervenções no mesmo espaço e o vocabulário formal das mesmas. Num primeiro momento, ainda na fase de projeto, a inexistência de edificações

notáveis reforçava o papel secundário do cruzamento, papel não quebrado pelos primeiros edifícios, reprodutores do diálogo contextual da arquitetura do período, em grande parte induzido pela legislação ordenadora do gabarito. O que teria quebrado essa relação da Praça com a cidade seria sua utilização como primeira centralidade da capital. No momento seguinte, a construção do obelisco parece inaugurar uma nova relação, convertendo o local em referência espacial urbana, o que se consolida com o Cine Brasil, cuja importância e pioneirismo arquitetônico escolhem a Praça Sete para afirmar o novo estilo. Nesse aspecto, a não realização da ocupação total do espaço pelo período anterior possibilitava a oferta de lote e, mais importante que isso, a oferta de espaço ainda sem identidade definida a ser convertido mais facilmente no novo modelo urbano.

O Cine Brasil e os abrigos de metrô, ambos em estilo art-decô e integrados ao cruzamento das avenidas, recriam o glamour e pioneirismo das metrópoles americanas através da manipulação do vocabulário arquitetônico e do pioneirismo técnico. Ou seja, o edifício e os equipamentos combinam um diálogo contextualista – porque atento aos elementos espaciais do entorno – com um diálogo estratégico, e converte os mesmos elementos em um novo modelo idealizado. Com relação aos valores associados ao objeto, o segundo grupo de categorias de análise conceitual proposto, o momento presencia o deslocamento da monumentalidade e funcionalidade. Ou seja, a arquitetura deixa de referenciar a beleza do passado clássico e passa a referenciar o progresso futuro, concepção que melhor se aproxima ao funcionalismo do urbanismo da época.

O Hotel Brasil inaugura uma nova relação entre a arquitetura e a Praça Sete. Holanda (2000) menciona que uma das características do modernismo é a busca de converter uma cidade identificada com uma paisagem de lugares em uma paisagem de objetos²⁵. Transpondo a afirmação para a Praça Sete, é possível identificar no Hotel Brasil uma transição entre a inserção art decô e essa conversão da cidade pela arquitetura vertical. No entanto, a forma de ocupação do lote e manutenção do gabarito ordenador resulta no caso do Cine Brasil em um diálogo indiferente ao entorno, pois o edifício, quando adota o gabarito máximo, não consegue nem a conversão da cidade em paisagem de objetos, nem a integração com a paisagem de lugares. O comportamento nas décadas seguintes seria comum ao tipo de verticalização resultando numa padronização presente em todos os demais edifícios do entorno analisado. Nesses edifícios consolidou-se um diálogo indiferente, sendo a marcação da esquina e a competição com os demais edifícios pela visibilidade o único diálogo proposto.

²⁵ Conceitos de sintaxe espacial desenvolvidos pelo autor em Holanda (1995 e 2003).

Do ponto de vista dos valores associados ao grupo de edifícios construídos desde então há uma concentração de valores no pioneirismo técnico e estético a fim de se atingir a monumentalidade auto referenciada e capaz de se destacar e competir com os existentes pela visibilidade do espaço da Praça Sete.

A retirada do obelisco em 1962, acompanhado da retirada das árvores da avenida Afonso Pena, reforçavam a visão funcionalista do urbanismo da época. Por outro lado, o maior impacto da intervenção se refere à monumentalidade através da substituição de um símbolo por outro, sem necessidade aparente, já que a rotatória funcionaria com o obelisco. Nesse sentido, a intenção repete um comportamento comum nas intervenções no Hipercentro, ou seja, ações pontuais de substituição de marcos e monumentos urbanos com o objetivo de perpetuar uma ação ligada à política. Sobre o segundo monumento e sua vida curta, pode-se dizer que combinava um espaço de desenho urbano simplista com uma disposição previsível de máscaras referentes aos fundadores da cidade, conjunto vazio de valores funcionais, socioespaciais e mesmo monumentais, uma vez que não havia uma legibilidade clara mesmo a partir da opção pela não abstração da referência.

A principal intervenção na Praça Sete, o fechamento de quatro quadras para o tráfego de veículos, marca a chegada das críticas ao modernismo e primeiras intervenções de matriz culturalista em Belo Horizonte. A valorização do espaço público, no entanto, coincide com o período de ditadura e crise da região, sendo o fechamento uma das tentativas de resgate de valores da área central, embora houvesse diversas outras que trabalhavam com a matriz funcionalista e terminaram por agravar a maior parte dos problemas que pretendiam resolver. No entanto, é interessante ressaltar a falta de correspondente no entorno imediato de uma postura semelhante na arquitetura devido à pressão do mercado e legislação em vigor. Mesmo o retorno do obelisco na década de 80, no conjunto das incipientes medidas das políticas de preservação e resgate histórico, não encontrou equivalente na arquitetura, por exemplo, do Ed. Dona Júlia Nunes Guerra e a substituição do edifício localizado no mesmo lote, importante edificação neoclássica dos primeiros anos.



FIGURA 18. Recentes intervenções nos quarteirões fechados da Praça Sete.

Fonte: Arquivo particular.

Sobre as perspectivas de desdobramento da relação entre arquitetura, urbanismo e a presença dos modelos idealizados na Praça Sete e a relação do local com os novos modelos urbanos que no momento disputam o Hipercentro, dois aspectos devem ser observados. O primeiro, a situação dos imóveis e tipo de intervenção possível no espaço consolidado. O segundo, a identificação dos modelos e as respectivas estratégias que estes utilizam para a conversão do local. Sobre o primeiro aspecto, com todos os lotes ocupados por edificações verticais e leis de proteção sobre os edifícios mais antigos existentes, é provável que, salvo no caso de excepcionalidade, o entorno arquitetônico permanecerá o mesmo por longo prazo, o que não implica a manutenção das características da relação da arquitetura com a praça. Essa situação de impossibilidade de modificação sobre a arquitetura parece ter contribuído para a viabilidade da intervenção urbana, toda ela direcionada para a conversão do espaço existente em uma cidade ideal, fruto do conflito entre modelos, segundo aspecto a ser observado.

Sobre o conflito de modelos, pode-se dizer que na Praça Sete, o modelo monumental, desde sua conversão em principal centralidade, foi predominante sobre os demais, influenciando a intenção da arquitetura no local e a maior parte das intervenções urbanas. Por outro lado, o modelo funcionalista na Praça Sete sempre foi relacionado ao problema do tráfego, responsável por grande parte das intervenções urbanas e aos discursos que as acompanharam, atingindo sua maior capacidade de atuação na década de 60. Nesse aspecto, houve uma grande proximidade entre as realizações da arquitetura e do urbanismo, ambas promovendo o processo de substituição e apagamento de símbolos e

realizações dos períodos anteriores, baseadas em discurso funcionalista no qual a técnica encobre a crítica. Por outro lado, observando a relação da arquitetura com o entorno, temos a gradual conversão do diálogo contextualista em indiferente, fruto da compreensão da cidade e, sobretudo, do edifício em ferramenta destinada a desempenhar determinada função, ou seja, cada qual um objeto isolado, no qual a eficiência era considerada maior quanto menor fosse a interferência externa.

Nesse contexto, o terceiro modelo, ou social, mesmo quando subvertida a falta de centralidade do projeto original, apresentava-se como o menos influente no local. Seu momento de maior influência e talvez retomada de equilíbrio se deu com o fechamento de quarteirões na década de 70 e a diversidade do espaço público adquirida a partir de então, situação que resiste às recentes intervenções nas quais o modelo monumental, sob a forma de espetacularização do espaço, adquire novo incentivo.

4.2. Edifício Sulacap-Sudameris

O edifício Sulacap-Sudameris foi projetado e construído na primeira metade da década de 40 e faz parte da consolidação do processo de verticalização da área central de Belo Horizonte, iniciado na década anterior, no qual parte considerável das edificações horizontais do projeto original foi substituída pela nova tipologia. No caso do Edifício Sulacap-Sudameris, localizado em terreno de grande notoriedade dentro do projeto original de Aarão Reis, o edifício demolido foi o antigo prédio dos Correios e Telégrafos (FIG19).

Uma das primeiras e mais aclamadas edificações concluídas na nova capital, localizada na principal avenida da cidade, o edifício dos Correios era projeto do arquiteto Francisco Izidro Monteiro, que assinou a maior parte das principais edificações notáveis do projeto original. O projeto seguia o estilo das edificações notáveis, com a peculiaridade de possuir em seu interior um amplo espaço público que se tornou um dos primeiros locais de encontro da capital²⁶. Além desta sociabilidade incomum permitida no interior de uma edificação institucional, outro aspecto do antigo edifício dos correios que chama a atenção é o partido retangular no quarteirão triangular, que deixava livre as pontas próximas às esquinas e realça o caráter referencial da edificação, bem como seu papel institucional. Ou seja, a edificação se insere em local reservado por Aarão Reis a uma edificação notável e seu partido, ao se diferenciar da forma do quarteirão, confirma esta intenção.

²⁶ O local aparece com destaque nos textos de Abílio Barreto (1996) e foi descrito pelo escritor memorialista Pedro Nava no livro Beira Mar (1978).



Figura 19 – O antigo prédio dos Correios e Telégrafos no terreno do Ed. Sulacap-Sudameris.

Fonte: ESTADO..., 1997.

No entanto, apesar da freqüência, popularidade e aparente funcionalidade, o prédio dos Correios é colocado à venda em 1933. Neste sentido, o desdobramento de uma situação urbana próxima pode ter exercido grande influência na situação do edifício e sua condenação a um modelo obsoleto de diálogo com o tecido urbano. O viaduto de Santa Tereza, inaugurado em 1929, celebrado como o maior vão de concreto armado da América Latina, pretendia recolocar Belo Horizonte no foco do pioneirismo urbanístico, além de retomar o status de modernidade associado à capital. O projeto combinava a monumentalidade dos seus 400 metros de vão livre e arcos de 14 metros de altura, pioneirismo do domínio do concreto-armado e estética metropolitana, características que aproximavam a cidade, que já era atacada como provinciana, do glamour das novas metrópoles, sobretudo americanas.

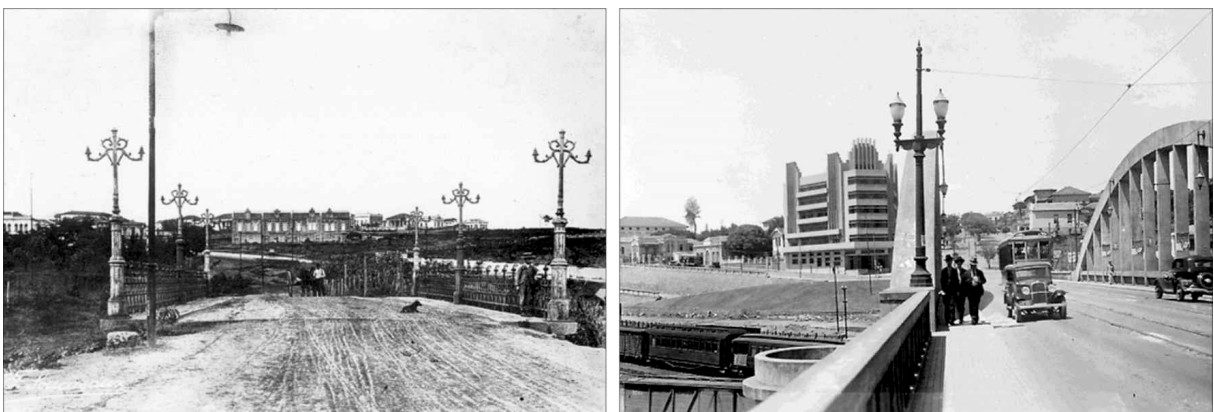


FIGURA 20 – Substituição da ponte original pelo Viaduto Santa Tereza.

Fonte: ESTADO..., 1997.

Nesse momento, parte do poder público a iniciativa de destacar o novo elemento urbano, encomendando a demolição do prédio dos correios e a construção de uma nova edificação

no quarteirão, inaugurando uma relação até então inédita entre governo e promotor privado na capital: a destinação de um quarteirão inteiro com uma edificação institucional notável a uma empresa privada. Também inédito na relação entre governo e capital privado e entre arquitetura e urbanismo, era a recomendação de que o projeto elaborado permitisse o acesso de pedestres ao viaduto a partir da Afonso Pena, conforme citado em Noronha (1999).

Um exemplo do tipo de verticalização do período, vizinho e contemporâneo ao edifício Sulacap-Sudameris, o Ed. Acaiaca, projetado por Luiz Pinto Coelho em 1943 e concluído em 1947, pode ajudar a compreender o caráter excepcional da situação. Implantado de forma a ocupar todo o lote, mesmo que utilize pequenos recuos e escalonamentos, o Ed. Acaiaca não propõe em nenhum momento a subversão da ordenação, embora provoque redefinição de vistas, eixos e enquadramentos do projeto original. Aliás, mesmo após ter sido diminuída sua notoriedade ao longo do adensamento e verticalização da área, ainda guarda características referenciais que permitem que seja identificado mais pela notoriedade do que pelo reforço de eixos e perspectivas do traçado. Neste sentido, o Ed. Sulacap-Sudameris, provoca uma impressão contrária, ou seja, subvertendo o diálogo ordenador, reforça o papel do traçado urbano.



FIGURA 21 – Imagens do edifício Sulacap-Sudameris e entorno: o Ed. Sulacap visto a partir da rua da Bahia; o Ed. Acaiaca no centro, e, à direita, na década de 60, após a derrubada das árvores da Avenida Afonso Pena.

Fonte: ESTADO..., 1997.

O partido adotado por Roberto Capello, arquiteto responsável pelo Ed. Sulacap-Sudameris, foi a de um projeto de duas torres verticais posicionadas a quarenta e cinco graus com relação ao alinhamento frontal do lote, alinhadas, portanto, aos demais lados do lote triangular. A opção conforma uma praça frontal capaz de manter o local público de convivência ao mesmo tempo em que reforça a simetria da composição e perspectiva do viaduto. Ao trocar a exigência de ligação através de galeria pelo elemento da praça interna,

o arquiteto consegue uma solução inédita na verticalização da cidade, a integração entre dois modelos urbanos, o urbanista clássico e o modernista. O motivo dessa integração, parcialmente repetida no caso do edifício da feira de amostras na praça Rio Branco, estudada a seguir, se deve à compreensão do impacto da verticalização e sua incompatibilidade à lógica de ordenação da cidade horizontal. Essa incompatibilidade será a base para o diálogo urbano modernista que opta por outra estratégia, qual seja, converter o tecido da cidade tradicional em uma nova cidade, baseada na disposição de objetos verticais isolados e no vazio entre esses objetos.

Na década de 70, no entanto, o diálogo proposto pelo edifício Sulacap-Sudameris seria inteiramente comprometido pela construção de uma edificação anexa. Possibilitada pela legislação, pela postura do planejamento urbano e arquitetônico, e pelo comprometimento da arquitetura com o mercado imobiliário especulativo, a intervenção do anexo compromete a ligação visual e privatiza o espaço público de convívio, mesmo que procure manter a altura, parte da visibilidade e acesso à área comum.



FIGURA 22 – A implantação do Edifício Sulacap Sudameris e entorno imediato: (1) Ed. Sulacap-Sudameris; (2) Ed. Acaiaca e (3) Localização do anexo construído na década de 70.

Fonte: Arquivo particular de foto de quadro localizado na recepção do Ed. Sulacap-Sudameris e montagem a partir de vista aérea de 1995.

Após período de abandono e degradação, sobretudo devido à inadequação do edifício a novas demandas e oferta de salas comerciais na região, a situação volta a ser discutida com maior intensidade na década de 90, época de retomada do planejamento na região, porém com a inclusão de novos referenciais, dentre elas a questão da preservação do patrimônio e valorização dos espaços públicos. Nesse contexto, ao processo de recuperação do edifício, que ainda não saiu do papel, são associados novos valores que o torna uma espécie de bandeira de reconstrução do papel urbano da arquitetura, nos aspectos simbólicos, estéticos e cívicos. Nesse sentido, o fato da viabilidade de demolição do anexo e dos desdobramentos

positivos desse ato acompanhar o discurso do IAB e de diversos profissionais e críticos locais, indica uma busca pelo papel urbano da arquitetura capaz de se relacionar com a evolução e conformação espacial da cidade no papel de agente, e não causa dos desdobramentos do contexto econômico, social e político. A restauração do conjunto se torna, nesse sentido, um símbolo de reação contra a ocupação mercadológica e passividade diante dos mecanismos especulativos do mercado imobiliário, até então, um valor inédito entre os muitos associados ao objeto na relação arquitetura e urbanismo do Hipercentro.

Retomando as categorias de análise do trabalho, temos que a forma aberta do edifício possui diálogo contextual tanto ao sítio, quando considera o eixo do viaduto e a volumetria da Afonso Pena, quanto ao edifício demolido, uma vez que consolida o espaço de convívio anterior através da formação de um novo espaço público. Por outro lado, tal como nos demais edifícios do art decó, o diálogo resulta na valorização de vocabulário formal pertencente a um novo modelo urbano idealizado, diferente do projeto original, mas capaz de maior interação com o urbanismo clássico.

Com relação aos valores associados ao objeto, temos a seguinte combinação entre as categorias. A primeira, e fundamental, a relação dialética que o edifício estabelece na região, qual seja, a migração da monumentalidade do edifício para a valorização da monumentalidade urbana, associada à utilização da monumentalidade urbana como forma de valorizar o edifício. Essa migração de valores monumentais, associada à substituição do ornamento pela técnica e fachada lisa e ao destaque ao pioneirismo da solução volumétrica, faz do Edifício Sulacap-Sudameris um dos melhores exemplos de inserção arquitetônica na região estudada, pelo fato de conseguir viabilizar um modelo idealizado ao mesmo tempo em que se harmoniza com o sítio, o contexto e o entorno imediato. Sobre a relação desse comportamento com o modelo funcionalista do período, é interessante ressaltar a estetização da intervenção do viaduto, celebrado muito mais por seus atributos monumentais do que pelos funcionais, comportamento que o edifício consolida e que acompanhará grande parte das intervenções ditas funcionais no período. Quanto à sócioespacialidade, a principal contribuição do projeto é a construção da área de convívio, que ao mesmo tempo em que mantém uma característica do edifício dos correios, recupera uma associação presente no projeto original entre edificações notáveis e praças de convívio, outro dado utilizado para valorizar a edificação.

Tudo o que foi descrito acima, no entanto, é subvertido pela construção do anexo em frente ao partido original. O que a situação nos leva a concluir, é que a arquitetura, quando não possui projeto utópico, ou caráter propositor urbano, não dialoga com a cidade e se torna um objeto isolado sem diálogo ou valores catalogáveis. É interessante notar que parte da

crítica urbana, motivada em grande parte pelo insucesso do projeto modernista, ataca no planejamento urbano a figura da idealização, requerendo uma proximidade entre a teoria e a realidade. No entanto, a crítica parece condenar o processo de transposição do modelo para a cidade, ora simplista, ora unidirecional, e não a presença da utopia ou projeto de futuro nas propostas, aspecto que será retomado na conclusão do trabalho e considerado fundamental para aproximação entre arquitetura e urbanismo.



FIGURA 23 – Anexo construído em frente ao edifício Sulacap-Sudameris.

Fonte: Arquivo particular do autor.

Por outro lado, o processo de reação contra o anexo e as novas estratégias de requalificação do espaço, embora mantenha a maior parte dos valores associados ao projeto, pode ter algumas intenções subvertidas no contato com os novos modelos em conflito no Hipercentro. Se tomarmos as recentes críticas referentes ao processo de espetacularização e enobrecimento de intervenções em áreas centrais, que, em Belo Horizonte, se concentram na Praça Sete, como foi visto, e na Praça Rui Barbosa, que ainda será trabalhada, temos que o Edifício Sulacap-Sudameris pode vir a ter seu processo de requalificação comprometido. Esse comprometimento estaria ligado a uma requalificação desatenta à função cívica do espaço público central ou esvaziamento do significado de uma possível demolição do anexo, oportunidade ímpar de opor a especulação imobiliária ao papel social da propriedade. Uma restauração que convertesse o espaço central apenas em ligação visual e mantivesse seu domínio fechado ao convívio estaria aproximando o edifício do modelo monumental e, portanto, limitando o diálogo inicial estabelecido entre o projeto de arquitetura e a cidade.

Um último aspecto a ser apresentado sobre o Sulacap-Sudameris é a aparente viabilidade da requalificação baseada na paradoxal oferta de lojas no edifício original, um dos principais fatores que leva à deterioração da construção, convivendo com a incapacidade de retirada do anexo. O que parece ser uma operação simples de negociação de mudança de espaço, seguida de valorização, financeira inclusive, do conjunto, vem se arrastando a décadas, sem que haja uma previsão de início de restauração ou a inclusão dessa intervenção no extenso programa de retomada da área central.

4.3. Conjunto JK

Duas características do conjunto JK são importantes para a análise de sua inserção urbana: a escala do edifício em relação à cidade na década de 50, ainda hoje sem equivalente no Hipercentro de Belo Horizonte; e as inúmeras inovações estéticas, funcionais e sociais que o projeto propunha de forma associada a um vocabulário formal pertencente a novo modelo idealizado para cidade. A combinação dessas duas características faria com que o edifício exercesse influência na adoção e manipulação do vocabulário modernista na região, desde a negação da relação do edifício com o modelo urbanista clássico à completa revisão dos conceitos de moradia e convívio social na área central, conforme será explicado.

Como exposto no capítulo anterior, a idealização do Conjunto JK fazia parte de um contexto de transformação maior, marcado pela transposição da utopia modernista para nosso contexto. O conjunto tem como contemporâneo o residencial do IAPI e o bairro Pampulha, duas situações distintas da relação arquitetura, urbanismo e cidade. No IAPI temos uma intervenção essencialmente funcionalista, destinada a suprir a demanda de moradia popular de forma vertical e em escala monumental, situada fora do projeto original de Aarão Reis, que trazia para a cidade uma nova forma de organização espacial baseada na configuração dos grandes conjuntos habitacionais compostos por edifícios padronizados. Na Pampulha, temos um equipamento de lazer patrocinado pelo governo e integrado a moradias horizontais de elite, e que trazia para a capital, também fora do projeto original, um novo ideal de cidade, próximo ao vocabulário da cidade jardim, porém revisto a partir dos conceitos de Le Corbusier. O conjunto JK é inserido no projeto original de Aarão Reis com a intenção de transpor, ou combinar, as duas soluções anteriores, IAPI e Pampulha, ao traçado existente, considerado obsoleto e inadequado às novas funções do espaço urbano.

O terreno onde foi construído o conjunto JK está localizado na Praça Raul Soares, antiga Praça 14 de dezembro, centro geográfico da cidade, local originalmente destinado a abrigar a Praça da Prefeitura no projeto de Aarão Reis, o que não se viabilizou devido à preferência pela instalação da municipalidade na Afonso Pena²⁷. De fato, foi essa modificação que fez com que a praça não saísse do projeto até o ano de 1936, permanecendo o local praticamente desabitado e sem qualquer identidade ou função urbana. Nesse período foram construídos alguns equipamentos urbanos próximos como, por exemplo, uma escola, em 1926, que se transformaria em Secretaria de Saúde e, em seguida, abrigaria o Minascentro,

²⁷ Diversos edifícios públicos propostos por Reis tiveram sua localização modificada pela municipalidade diante dos desvios do plano original e, sobretudo, à elaboração de novos planos. Dentre esses o mais influente seria o plano de Lincoln de Campos Continentino, apresentado em 1935. (ver LEME, 2005. p.411)

local de eventos e espetáculos; e o Mercado Central, em 1929, no antigo campo do América Futebol Clube, ainda sem a configuração atual, cujo projeto data de 1968.

A construção da Praça Raul Soares em 1936 seguiu projeto e função diferente dos originalmente elaborados, sendo destinada a abrigar o Congresso Eucarístico Nacional. A partir daí, novos projetos foram inseridos no local: a polêmica²⁸ primeira Igreja Batista da cidade de 1941; e o Ed. Randrade, um dos primeiros arranha céus da cidade, que trazia glamour e art déco para o local. Nesse momento, a praça ganha visibilidade baseada na diferenciação com as demais e, tal como aconteceu com a Praça Sete na década anterior, se configura em local preferencial de intervenções e implantação de novos modelos urbanos. Outra peculiaridade da Praça Raul Soares foi sua associação à moradia vertical de luxo, fruto da combinação da legislação, que permitia verticalizar somente na área central, e a opção por localizar a moradia fora da zona comercial.



FIGURA 24 – Praça Raul Soares e início da construção do conjunto JK.

Fonte: ESTADO ..., 1997.

Foi neste contexto que o Governo do Estado, que possuía terreno de grandes proporções no local, encomendou o projeto de um *flat service* de inspiração americana, que não apenas trouxesse a habitação vertical para a cidade, mas também revolucionasse o tipo de vida considerado provinciano. O projeto de Oscar Niemeyer utiliza para tal o vocabulário modernista de Le Corbusier, ou seja, planta livre, janela e parede de vidro, terraço jardim, pilotis, dentre outros. Anterior a Brasília, pode-se dizer que o projeto foi utilizado como espécie de laboratório modernista do arquiteto, que utilizaria o mesmo vocabulário na construção das edificações residenciais da capital federal, cujos desdobramentos diferem do que acompanhou o Conjunto JK, o que demonstra a complexidade da ação dos agentes

²⁸ A polêmica nesse caso se refere à instalação de uma Igreja Batista em área destinada ao Congresso Católico, discussão que ganhou grande notoriedade na mídia da época.

externos à arquitetura, ao mesmo tempo em que enfraquece a relação direta entre a inadequação do projeto e o processo de degradação que o Conjunto JK viria a sofrer.

Desde sua idealização, acompanhava o JK uma maciça campanha publicitária associada à imagem do governo, que ressaltava a utopia do edifício e as implicações da nova forma de morar e viver em Belo Horizonte. O projeto de duas torres era composto por 1.200 apartamentos de diversos tipos e preços, aos quais estava associado um complexo programa de apoio que incluía museu, padaria, rodoviária, lavanderia coletiva, restaurante e comércio.



FIGURA 25 – Fotos da construção do conjunto JK.

Fonte: ESTADO ..., 1997.

Apesar da publicidade, havia uma reação popular, ainda não convencida da viabilidade da proposta, e receosa quanto aos rumos que o edifício poderia tomar. Acompanhava essa desconfiança a figura do empreendedor parceiro do governo, o incorporador Joaquim Rolla, ligado ao jogo que, após proibição da atividade, passou a investir em construções. A parceria entre o poder público e o capital privado no caso do conjunto JK era justificada como melhor forma de suprir a demanda habitacional e a falta de instalações para algumas funções do governo, que entraria com o lote e ganharia oito andares do conjunto, além de dotar a população de equipamentos públicos.

A construção dos edifícios, desde o início, foi marcada por atraso e problemas financeiros. O primeiro deles, apontado por Pimentel, a falta de capital de Joaquim Rolla, que dependia da venda das primeiras unidades, e foi insuficiente, levando à revisão das tabelas de taxas, que tiveram aumento de 150% nos primeiros anos e, em seguida, à inadimplência dos compradores ou desistência da compra. A situação fez com que a obra se arrastasse por duas décadas, com as primeiras unidades ocupadas em 1972, ainda com pendências e diversos desvios na construção. Dentre os desvios, a falta de diversos dos serviços

oferecidos, o que prejudicou ainda mais a difícil adaptação dos moradores ao novo estilo de vida. Como exemplo pode-se citar a não construção dos serviços coletivos, tais como lavanderia e restaurantes populares, o que, aliado à inexistência de área de serviço nas unidades, comprometia o projeto e ressaltava o fato de a arquitetura não poder, sozinha, propor uma ruptura radical no modo de vida dos moradores. Outro equipamento não construído foi a Rodoviária, devido ao projeto de 1950 já ser considerado funcionalmente obsoleto na década seguinte. Esse, e inúmeros projetos para Belo Horizonte, revelam a falta de previsão e planejamento da cidade e indica como arquitetura e urbanismo possuíam visão limitada quanto aos rumos da cidade e se concentravam em ações pontuais no tempo e no espaço.

Na década de 60, na administração de Amintas de Barros e, mais tarde, no governo militar, o conjunto JK seria abandonado pelo governo, que até então arcava com os prejuízos e mantinha tanto a estrutura quanto o status desgastado do empreendimento. Quando o governo se torna também um condômino inadimplente, o conjunto inicia processo de decadência e passa a ser associado a um estigma de “favela vertical”, que ainda hoje o acompanha.

Na década de 90, após longo período de abandono e degradação, a região da Praça Raul Soares inicia um processo de requalificação urbana motivada pelo tombamento e restauração de algumas edificações próximas, a construção de um *shopping center* de elite nas imediações e de um templo evangélico de escala monumental em estilo neoclássico. Nesse momento, no interior do condomínio, se articula um processo semelhante de requalificação através de intervenções de conservação da estrutura física e também com intenções de alteração da imagem do condomínio e reversão do quadro de degradação social a ele associado.



FIGURA 26 – Foto recente do JK e do início de restauração da fachada.

Fonte: Arquivo particular.

Retomando as categorias de análise, o primeiro aspecto a chamar a atenção é o tipo de vocabulário formal ímpar do conjunto, ocupando duas quadras inteiras, e a maneira como utiliza os pilotis e primeiros pisos para criar afastamento e área de convívio, vocabulário urbano que buscava aproximar a malha do projeto original ao modelo de cidade modernista. Ainda hoje, essa estratégia, presente em grande parte da obra de Niemeyer, demonstra ser eficiente para proteger a estética do edifício enquanto objeto descolado da malha urbana. Nesse sentido, temos um diálogo indiferente ao contexto e entorno, mas contextualizado em relação ao sítio natural e ao modelo urbano modernista. Neste aspecto, o caso JK difere da maior parte dos edifícios que utilizam pilotis com a mesma intenção, onde a proposta original foi modificada, resultando em pilotis cercados no alinhamento da rua e, portanto, presos à malha do projeto original.

Por outro lado, a proposta, desde sua encomenda, oscila entre as três categorias de valor associado ao objeto, com claro predomínio da monumentalidade, ainda que através de diferentes modos. No início do processo, a monumentalidade era baseada na escala e pioneirismo, tal como aparece na seguinte fala de JK, governador de Minas Gerais na época, em entrevista à Tribuna de Minas em 01 de fevereiro de 1952:

“O conjunto – concluía o governador – caracterizará a silhueta da cidade e já se prediz que constituirá ele, nos impressos e na tradição oral, a marca registrada de Belo Horizonte, ou seja, o que é a Torre Eiffel para Paris ou o Rockefeller Center para Nova York” (MHAB, 2002)

Atualmente, porém, embora permaneça a questão da escala, o pioneirismo foi substituído pela ligação à obra de Niemeyer e valor histórico do projeto, desencadeando algumas iniciativas de preservação e resgate. Nos dois casos, porém, a questão social, sempre presente no discurso, não encontra respaldo na prática e a diversidade social, aspecto fundamental da utopia, é não só relegada para segundo plano, como vista como ruído que deve ser combatido no processo de requalificação. O comportamento se relaciona ao fato do condomínio possuir características peculiares e muito adequadas aos recentes modelos de intervenção em áreas centrais e também às novas demandas de moradia burguesa que começam a se delinear nesse tipo de região. Além da proximidade com serviços e comércio e visibilidade social, o edifício possui grande potencial de uso tipo *flat service*, o modernismo com grife Niemeyer e possibilidade real de valorização do apartamento seguida de expulsão de classes populares.

Portanto, relacionando a situação com o atual conflito entre modelos no Hipercentro temos que a arena principal se localiza na interface entre o monumental e o sócio espacial, ou no gradual apagamento das interfaces entre estas categorias. Nesse sentido, o processo se assemelha em muitos aspectos a um comportamento central da arquitetura modernista do pós-guerra, onde a utopia social gradualmente se desvincilhou dos valores monumentais e funcionais do edifício, muitas vezes apagada pela preocupação com forma ou pioneirismo das propostas. Por outro lado, as recentes manifestações de organização interna de moradores pela valorização do conjunto, embora trabalhem com um modelo de espetacularização, demonstram ser uma via possível de se evitar a restauração associada à perda de diversidade ou elitização do condomínio.

Ainda sobre as categorias e sua relação com os modelos idealizados para o Hipercentro, é interessante notar a forma como as críticas ao Conjunto JK foram utilizadas para ilustrar e, em alguns momentos, motivar as críticas ao modernismo utópico e mesmo aos projetos de Oscar Niemeyer. Nesse aspecto, a crítica segue três vertentes: A primeira, a crítica ao funcionalismo da proposta, criticado tanto por não possibilitar a mudança de comportamento que propunha, como por não atender aos aspectos funcionais mínimos de moradia e serviços oferecidos. A segunda, a crítica à estética modernista atacada também em duas vias conflitantes, ora pela crítica às linhas e volumes minimalistas, ora pela estética escultural sem função dos pilares e curvas de Niemeyer. Finalmente, a terceira crítica, direcionada à proposta de revolução social, considerada utópica e incapaz de se realizar, o que teria levado à inevitável degradação social do conjunto.

No entanto, apesar da pertinência de parte das críticas, alguns argumentos devem ser trabalhados. O primeiro, a distância entre o projeto, o espaço construído e o processo de

construção, resultando em distorções e desvios que contribuíram para que a obra se tornasse obsoleta antes de sua conclusão, o que motivou ataques injustos ao projeto e sua inadequação ao contexto. O segundo, a presença de preconceitos em relação à proposta que motivavam novos ataques ao edifício, num primeiro momento ligados à reação ao novo estilo e, em seguida, incentivado pelo poder público devido sua ligação ao governo anterior. A combinação dessas duas situações agravou a crítica ao projeto e ao modernismo o que, aliado à visibilidade da situação, repercutiu em toda a arquitetura da cidade.

A questão da visibilidade é levantada por Pimentel (1993) na análise que faz do projeto e, sobretudo, do processo de ocupação. Esse aspecto segundo a autora teria funcionado como *panóptico invertido* na relação entre edifício, projeto e moradores. Observando a questão da visibilidade, no entanto, pode-se sugerir nova abordagem a partir da influência negativa dessa visibilidade nas críticas ao uso residencial e degradação da área central e, por conseqüência, sua oposição aos novos paradigmas da habitação burguesa. Por outro lado, a visibilidade poderia ser utilizada como estratégia para novos conflitos no Hipercentro, como se a questão da habitação e da requalificação na região central se relacionasse de forma obrigatória ao encaminhamento do conjunto JK. Nesse aspecto, o trabalho aponta para a importância da segunda abordagem no atual contexto do Hipercentro, situação que, caso seja negligenciada, pode provocar desvios e comprometer qualquer iniciativa de intervenção no local.

4.4. Praça Rui Barbosa e Estação Ferroviária

A escolha dessa situação pontual se deve ao conjunto das recentes intervenções, de grande impacto na região e, do ponto de vista da conversão da cidade em modelo, de grande eficácia, convertendo uma ilha residual isolada pelo tráfego de veículos em sofisticado equipamento urbano que recupera a “imagem de cartão postal” dos primeiros anos do local.

Nos primeiros anos, contribuía para essa primeira imagem de cartão postal dois fatores: a localização da Praça no projeto original, situada na porta de entrada da capital, e sua primeira remodelação ainda na década de 20. A remodelação seguia o modelo de intervenção da época, que convertia o desenho urbano romântico dos jardins originais em desenho geométrico francês. No caso da edificação da Estação Ferroviária, houve inclusive substituição do primeiro projeto por um novo, em estilo mais próximo ao neoclássico e, portanto, mais próximo aos modelos de metrópoles européias.

Por outro lado, apesar da imagem elitista que se construía, foi no entorno do local onde se instalaram as primeiras indústrias da capital, fato que, desde as primeiras décadas, contribuiu para a ocupação e apropriação da Praça por classes populares e viajantes recém chegados à capital. O destaque dado ao local foi confirmado na década de 30 a partir da execução de dois importantes monumentos para a cidade: a estátua da inconfidência (1930) e a instalação da fonte luminosa (1936).

Após a transferência das indústrias para fora do centro e gradual desativação da malha ferroviária na década de 50, a Praça Rui Barbosa iniciou processo de esvaziamento de população e degradação das construções. Em 1951, um importante edifício foi inaugurado no entorno próximo, o Hotel Itatiaia, FIG.27, autoria de Raffaello Berti, em estilo proto-moderno tardio, numa época de chegada do modernismo e novo vocabulário arquitetônico à capital. O edifício trazia grande suntuosidade ao espaço da Praça Rui Barbosa numa tentativa de converter o espaço industrial decadente em zona residencial de elite, o que não se viabilizou. Nesse aspecto, parece ter contribuído para isso uma combinação de três fatores. O primeiro, a modificação da função de porta de entrada para a cidade devido à desativação da malha ferroviária e opção pelo tráfego rodoviário, o que tornava o equipamento urbano pouco utilizado. O segundo, a concorrência do local com as novas centralidades, sobretudo a da Praça Raul Soares, no que se refere à habitação vertical de luxo, e a da Praça Sete, no que se refere a Cartão Postal e sala de visita da capital. O terceiro fator, o já mencionado comprometimento da qualidade de vida no local devido ao tráfego de veículo e obras viárias que privilegiaram a escala metropolitana e converteram a praça em local residual, situação que se agrava nas décadas seguintes.



FIGURA 27 – A Praça Rui Barbosa na década de 20 e o Hotel Itatiaia.

Fonte: ESTADO..., 1997 e arquivo particular do autor.

Em 1962 é concluído o Edifício Central, FIG.30, do arquiteto Mardônio Santos Guimarães, um complexo de lojas e salas de circulação externa que traz um pouco da dinâmica popular para o local, atividade consolidada na década seguinte devido à sua localização na proximidade de diversos pontos de transporte coletivo entre a Praça Rui Barbosa e o Prédio

da Serraria Souza Pinto. A popularização do espaço é gradualmente consolidada ao longo das décadas de 70 e 80, processo acompanhado pela utilização do local para eventos populares, comícios, feiras e presença constante de vendedores ambulantes.

Em meados da década de 80, a região ganha notoriedade como bandeira do processo de recuperação do patrimônio arquitetônico, processo que culminaria na restauração de dois importantes edifícios do entorno e sua posterior conversão em equipamento cultural, a Estação Ferroviária e a Serraria Souza Pinto. No entanto, esse processo de requalificação do espaço urbano ganha maior força na década seguinte com a viabilização do trem urbano e uso do local como estação de metrô. No início da primeira década de 2000, as intervenções na praça são integradas ao projeto da Linha Verde, ou Boulevard Arrudas, como vem sendo chamado o trecho em frente ao local, um conjunto de intervenções viárias de escala metropolitana que pretende facilitar a ligação do centro até o aeroporto de Confins.

O projeto original de requalificação urbana do local incluía a construção de estacionamento subterrâneo para cerca de mil veículos (não viabilizado), a formação de um grande largo em frente à edificação com fonte de água, integração e recuperação dos jardins e, finalmente, fechamento do leito do ribeirão Arrudas com laje em frente ao conjunto. A intervenção não inclui intervenção relativa ao tráfego de veículos, que deve continuar com a mesma intensidade, prejudicando a qualidade de vida e apropriação do local.

Sobre o modelo utilizado no projeto, pode-se dizer que se aproxima das recentes intervenções em centros históricos, sobretudo os de cidade portuárias, onde ocorreu abandono da função original sem que houvesse substituição de usos e estruturas. No caso da Praça Rui Barbosa e entorno próximo, no entanto, um segundo processo parece acompanhar a obsolescência: a associação da popularização do espaço com o abandono das edificações e da conservação do espaço público, situação que relacionou a degradação física das estruturas com a decadência social, convertendo a popularização em ruído a ser combatido nas novas intervenções. No modelo urbano adotado não há espaço, por exemplo, para vendedores ambulantes que, responsabilizados pela insegurança, trânsito caótico, obstrução de calçadas, decadência do comércio e expulsão de pedestres do centro, são confinados em galpões, ou camelódromos, ou shopping popular. Essas edificações, bem sucedida combinação entre restauração de patrimônio e higiene social, em curto prazo garantem atração de público para o ambulante, mas, em médio prazo, demonstram fragilidade na permanência do vendedor, que impossibilitado de arcar com as despesas de manutenção do ponto e, pressionado pela administração dos estabelecimentos, corre o risco de voltar para as ruas.



FIGURA 28 – Projeto de revitalização da Praça Rui Barbosa e da Estação Ferroviária.

Fonte: Arquivo particular do autor.

Um segundo modelo de planejamento para o local está relacionado ao aproveitamento de diversas estruturas abandonadas do entorno da região para habitação vertical de baixa renda, modelo que se aproxima, no caso de Belo Horizonte, das intervenções realizadas no centro de São Paulo a partir da década de 90. O discurso se aproxima de uma associação de valores socioespaciais, na medida em que defende a reversão do processo de exclusão urbana provocada pelo mercado imobiliário através de solução capaz de combinar a resolução de dois problemas, um local, ligado à dificuldade de recuperação do patrimônio histórico, e um metropolitano, que relaciona a solução ao déficit habitacional com a disponibilidade de infra-estrutura ociosa e encurtamento de deslocamentos. O modelo, dessa forma, aproxima valores funcionalistas baseados em ganho de eficiência e economia de recursos com valores socioespaciais.

Nesse sentido, o principal risco desse segundo modelo seria o de negligenciar valores de monumentalidade através de pelo menos dois caminhos. O primeiro seria a posterior espetacularização dos edifícios restaurados provocando desvios do tipo de público para o qual a proposta se volta, ou seja, valorização dos novos apartamentos além da capacidade de manutenção das famílias. O cuidado com a manutenção do público alvo nesse caso não deve se limitar a aspectos funcionais (limitação de garagem, financiamento, redução de taxas, etc) mas também lidar com valores baseados na capacidade de atuação e apropriação simbólica do espaço pelas famílias de baixa renda. O segundo caminho, próximo ao primeiro, se relaciona com um conceito apresentado no primeiro capítulo, qual seja, a capacidade da geometria de poder conseguir estabelecer relações e perpetuar exclusões a partir da visibilidade de símbolos ou a partir da exclusão de determinada parcela desse processo, capacidade mais acentuada em população com maior capacidade de deslocamento e conformação de lugares na malha urbana. Ou seja, para completo estabelecimento da socioespacialidade é necessário disponibilizar meios da população de baixa renda atuar de forma ativa na configuração deste espaço urbano e resistir à monumentalidade tal como se apresenta no modelo de espetacularização.



FIGURA 29 – Três momentos de idealização do espaço da Praça Ferroviária. Proposta de metrô subterrâneo no leito do Arrudas (1960), revitalização do centro (1989) e Boulevard Arrudas (2000).

Fonte: FJP (1996, p.225) – Revista AU, n28, p.82 – Foto de divulgação.

Analisando esses dois modelos a partir do histórico de intervenções no local, temos o desenrolar de um conflito permanente entre a popularização do espaço e sua apropriação por intervenções que buscam “resgatar” a condição de cartão postal do local. No primeiro momento, os primeiros anos confirmaram o destaque do local e seu papel urbano original, ou seja, porta de entrada e cartão postal da cidade. No entanto, a retirada do transporte ferroviário e das indústrias na década de 50, aspectos que haviam caracterizado o local nos anos 30 e 40, contribuiu para a degradação física das estruturas. Observando três momentos das intervenções idealizadas que buscaram reverter esse quadro, temos o privilégio ao funcionalismo da década de 60 gradualmente convertido no modelo socioespacial do concurso de 1989 e, finalmente, no modelo atual. Mas é nas recentes intervenções onde o processo de conversão da cidade em modelo idealizado atinge o ponto mais alto, embora ainda seja difícil, dado a atualidade da proposta e ainda não conclusão da intervenção, antever seus desdobramentos.

As recentes reformas e intervenções nas ruas populares do entorno – Caetés, São Paulo, dentre outras – o *shopping* popular, a retirada dos camelôs, a padronização das fachadas e anúncios publicitários e a construção de novos equipamentos e usos para o local, fazem parte de um conjunto de intervenções que, até o momento, privilegiou a monumentalidade do local. Por outro lado, o discurso que acompanha a proposta ressalta valores funcionalistas, sobretudo aqueles ligados à capacidade de atração de capital para a capital; e de socioespacialidade, através de menção ao espaço público de convívio conformado.

No entanto, o vocabulário formal utilizado até o momento não propicia ou convida à permanência e não prevê nenhum tipo de uso que não seja a contemplação da escala e beleza da intervenção. Por outro lado, no entorno da Praça, especificamente no local do ponto de ônibus e do edifício Central, existe uma combinação entre o vocabulário formal e o tipo de uso do espaço que podem vir a promover uma real diversidade social ainda pouco consolidada na região.



FIGURA 30 – Entorno da Praça Rui Barbosa próximo ao Ed. Central.

Fonte: Arquivo particular.

4.5. Praça Rio Branco e Estação Rodoviária

A característica que motivou a escolha do local é a forma como combina o processo de substituição de edificações notáveis com o local de grande visibilidade no início do eixo da avenida Afonso Pena. Atualmente a rodoviária e a praça esperam por nova reestruturação ligada à indefinição do destino do prédio atual e, portanto, ao tipo de uso que será destinado ao local, tornando a discussão de seus desdobramentos o aspecto principal a ser discutido nesse item.

O histórico de ocupação do espaço tem início com a escolha da praça, desde o projeto original, para abrigar o mercado municipal, uma ampla estrutura metálica importada da Bélgica de inserção aberta que, no projeto original de Aarão Reis se contrapunha à Catedral prevista, mas não construída, na outra extremidade da avenida. O mercado seria transferido para a Avenida Augusto de Lima em 1929 e, em 1934, seria erguido no local o prédio da Feira de Amostras, edifício vertical em estilo art-decô e volume escalonado. O vocabulário formal do edifício, quando coincide o eixo vertical com o eixo horizontal da Afonso Pena, acentua a associação de valores monumentais à arquitetura, uma das mais evidentes do histórico apresentado, novamente resultado da boa relação da combinação entre o diálogo contextualista ao traçado e o diálogo interventor no que se refere à conversão da cidade ao modelo urbano idealizado no período.



FIGURA 31 – Prédio da Feira de Amostras e posterior instalação do terminal de ônibus.

Fonte: ESTADO ..., 1997.

Em 1940 passa a funcionar no local, nos fundos do terreno, o terminal de ônibus da cidade, primeiro a centralizar a função no país. O edifício já seria considerado obsoleto e inadequado em 1950, uma vez que um novo projeto para essa função fazia parte do projeto do Edifício JK. No entanto, devido à demora na construção desse último, a transferência não se viabilizou passando o edifício por adaptações e pequenas reformas até a década de 70.



FIGURA 32 – Primeiro terminal de ônibus e intervenção na Praça Rio Branco que demoliu a Feira de Amostras para prolongar Afonso Pena.

Fonte: ESTADO ..., 1997.

A praça passa por sua maior remodelação, tal como a Praça Sete, em 1960, época em que é prevista a construção do viaduto Lagoinha. Na intervenção, além da completa redefinição do traçado urbano, foram demolidos o edifício da Feira de Amostras e o busto de Getúlio Vargas existente no local como forma de resolver o afogamento do tráfego. Em 1971 é concluído o atual prédio da estação Rodoviária, o maior da América Latina, em estilo baseado na estética do concreto armado e nas dimensões monumentais, estilo hegemônico do período de governo autoritário e milagre brasileiro.

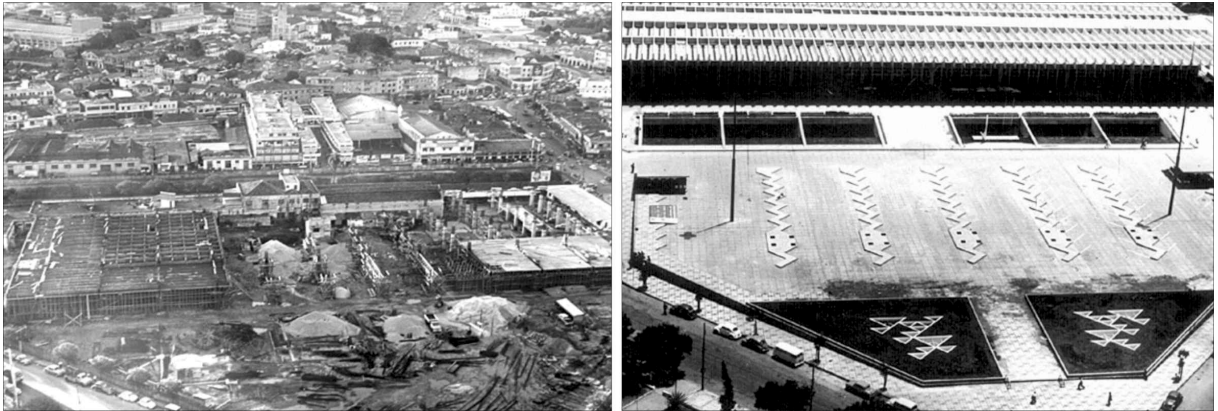


FIGURA 33 – Atual Terminal Rodoviário. Construção iniciado em meados da década de 60 e inauguração em 1971.

Fonte: ESTADO ..., 1997.

Em 1982, durante a transição para o governo democrático, é construído o monumento denominado Liberdade em Equilíbrio. Da mesma época temos as intervenções funcionalistas na malha viária do entorno, de grande e irreversível impacto na região, a maior delas o Complexo da Lagoinha, inaugurado em 1985.



FIGURA 34 – Monumento Liberdade em Equilíbrio (1982) e Complexo da Lagoinha (1985).

Fonte: ESTADO ..., 1997.

Na década de 90, o edifício da Rodoviária é considerado obsoleto tanto com relação ao uso, devido à solução inadequada quando comparado a outras estações, quanto em relação à localização, que intensifica os problemas de tráfego na região. Nesse contexto, o local atualmente convive com a incerteza da desativação da função e busca de novos usos para a edificação. Pelos menos dois são cogitados, o terminal de integração de transportes

coletivos ou o uso cultural para eventos, escolha que implica em alterações do contexto e que dependem do tipo de modelo que será adotado para norteá-las.

Houve ainda uma reforma do espaço no final da década de 90 que privilegiou a restauração dos jardins e da estrutura física, não promovendo modificações relevantes na organização e apropriação da praça. Atualmente, o espaço é proibido ao comércio de ambulantes, mas conta constantemente com a presença de camelôs, vendedores de passagens de transporte ilegal e classes populares atraídas pelo tipo de comércio e serviços do entorno.

Quando analisamos as interferências no local a partir das categorias de análise, temos no primeiro momento, época do mercado, a definição original de ser aquela a região destinada a um tipo de ocupação popular e funcional, próxima ao local de chegada de mantimentos e simbolicamente oposta à catedral da cidade. O vocabulário formal utilizado no mercado difere da arquitetura oficial dos primeiros anos pela permeabilidade e flexibilidade de espaço interno, fruto do valor de funcionalidade associado à função. No entanto, o destaque do local em relação ao projeto original permitia uma monumentalidade que estava ausente do projeto do mercado, o que certamente foi um dos fatores que contribuiu para sua substituição pelo prédio da feira de amostras.

O projeto da feira de amostras, ciente da importância do eixo da Afonso Pena, assume a potencialidade do local para a monumentalidade e se torna símbolo do novo modelo que se buscava converter a cidade. Nesse projeto, funcionalidade e socioespacialidade são valores praticamente inexistentes no programa e discurso que acompanhou a obra, aspecto central a ser atacado no período seguinte. Vulnerável aos ataques que recebe na década de 60, ligadas à funcionalidade, o edifício é considerado problemático no que se refere à localização: um obstáculo ao tráfego de veículos que vinha da Afonso Pena, na época convertida em corredor viário.

Ainda na década de 60, a demolição do edifício e a construção da Praça Rio Branco indica, além do processo de substituição de símbolos e marcos urbanos da época, a hegemonia do modelo funcionalista, baseado no privilégio ao tráfego e planejamento regional. E foi durante a hegemonia desse modelo funcionalista, na década de 70, que o edifício atual foi construído, um marco da arquitetura de concreto e vidro. O que é interessante notar é a migração para uma obra considerada funcional dos valores de monumentalidade através, tanto na arquitetura como no urbanismo, da escala da obra e pioneirismo da construção. Nesse aspecto, o monumento à liberdade, também em concreto e de grandes dimensões, dialoga com o mesmo modelo. No entanto, como foi inaugurado na década de 80, na transição para a democracia, o discurso que o acompanha sinaliza a busca da retomada do modelo socioespacial, porém, frustrado pela presença da solução autoritária e mais próxima

do valor monumental. Finalmente, a recente intervenção não promove alteração na relação entre as categorias, continuando a preservar a funcionalidade do tráfego, que prejudica o acesso à praça; a monumentalidade do marco de concreto e do edifício; e o vazio social do espaço, onde a ocupação popular é tratada ainda como problema, incapaz de estabelecer relação com o tipo das propostas elaboradas para o local.

Nesse sentido, é interessante retomar uma das propostas apresentadas em 1989 para a região, FIG.35, cujo objetivo considero ser o de integrar os três valores no local através de uma intervenção espacial pontual. Adotando um modelo urbano culturalista, baseado na valorização do espaço público sua apropriação, a proposta propõe a construção de trincheira e separação entre tráfego e espaço de convívio, esse último ocupando todo o atual estacionamento da edificação, um dos principais responsáveis pelo seu isolamento desta em relação à cidade.

Apesar das críticas que esse tipo de solução de tráfego recebe, da forma como foi projetado, o equipamento poderia não gerar impacto negativo ou se degradar como em outras situações, pelo fato de ter sido trabalhado em função das áreas de convívio e não o contrário. Sobre a expectativa da proposta, pode-se dizer que ela revela muito do modelo utópico em que se buscava converter a cidade, a valorização de espaços públicos de convívio como forma de chegar a um objeto dotado de valores de socioespacialidade. No entanto, as críticas a este modelo de intervenção na década seguinte, denunciam a conversão destes espaços urbanos em espetacularização, o que gera enobrecimento das áreas e espaços públicos pouco utilizados. Ou seja, a conversão da socioespacialidade pretendida em monumentalidade, fazendo com que o retorno de valores monumentais às intervenções no local seja um dos principais aspectos a ser observado, sendo o desequilíbrio entre os valores a principal causa dos desvios e inadequações das intervenções anteriores.

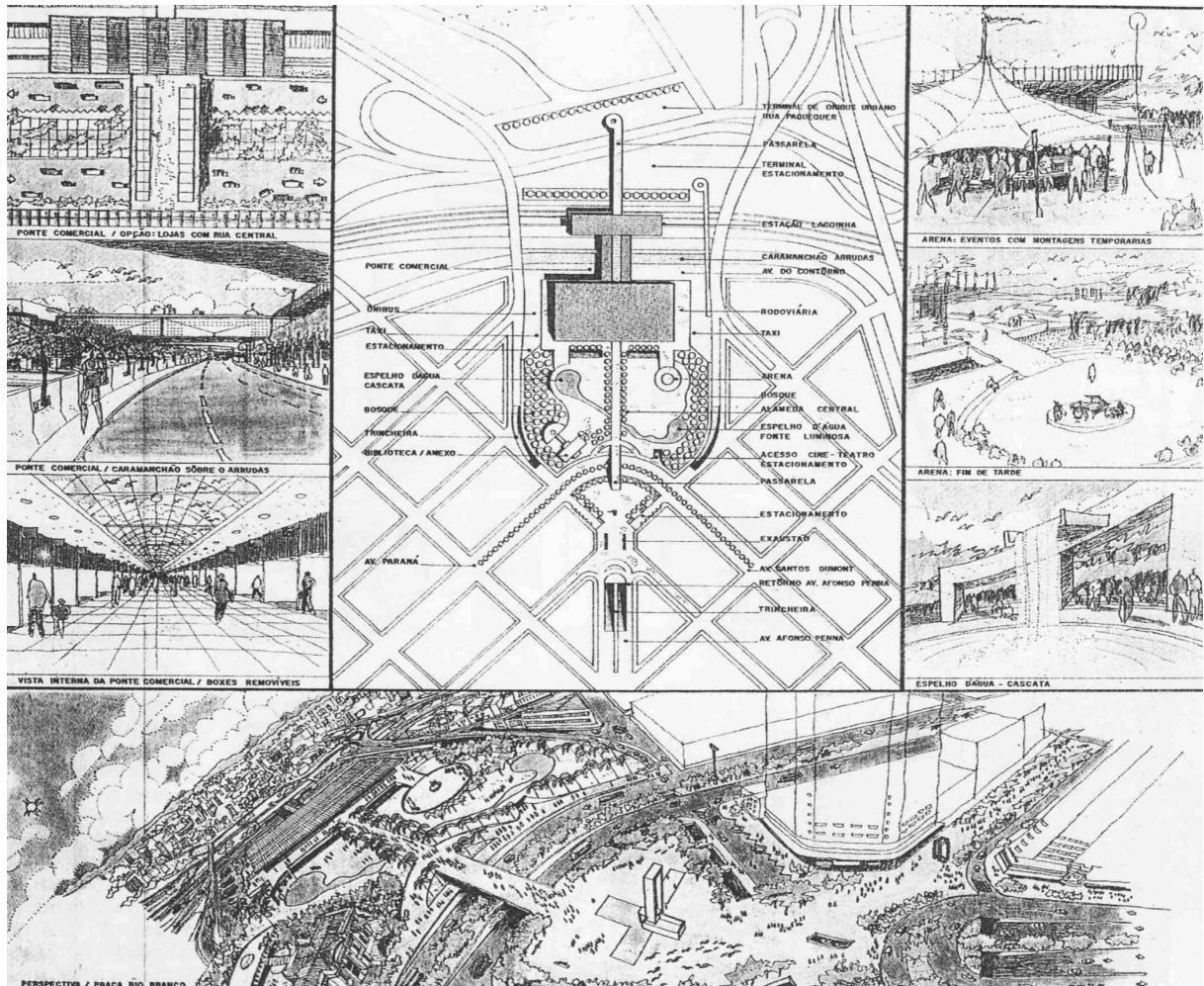


FIGURA 35. Proposta de intervenção vencedora do concurso de 1989, elaborado por Álvaro Hardy e Mariza Machado Coelho.

Fonte: Revista AU, n28, pg84.

Sobre as possibilidades de desdobramento da relação entre arquitetura, urbanismo e o conflito entre modelos no Hipercentro na praça e entorno da Rodoviária, temos a seguinte situação. O status presente durante toda a evolução do local apresenta-se atualmente abalado, com pouco destaque dado à Praça Rio Branco, ao monumento à liberdade e ao edifício da Rodoviária, em relação aos demais pontos notáveis do Hipercentro. Do ponto de vista funcional, a situação do tráfego não tende a se resolver próximo à praça após a desativação do prédio, uma vez que sua interferência do tráfego de ônibus está concentrada na parte posterior e não próximo à praça, que pode ter apenas sensível redução de tráfego ou, dependendo do novo uso, acréscimo de demanda. Por outro lado, não há nenhum plano de intervenção de grande porte programada para o local e que inclua uma nova ligação viária ou demolição do edifício, sendo mais provável a reutilização da estrutura existente para nova função com possível adaptação do amplo estacionamento localizado em frente.

Nesse contexto, o principal fator que determinará o modelo idealizado para o local é a definição do uso para a arquitetura da edificação, que parece oscilar entre as duas opções comentadas anteriormente, às quais somo uma terceira. Na primeira opção, teríamos a utilização do complexo como local de integração de transportes coletivos que, apesar da distância com o metrô, possibilita o equilíbrio entre valores funcionais e sociais, uma vez que mantém o caráter popular da região. A segunda opção, a restauração e adaptação do edifício para uso cultural e apoio para eventos, opção que poderia contribuir para enobrecimento do local ou isolamento do edifício com o entorno próximo, mas que, por outro lado, poderia combinar a diversidade social com a oferta de equipamento cultural, uma carência na região. A terceira opção seria um tipo de uso com o equilíbrio entre categorias tendendo para o aspecto social, em oposição aos valores funcionalistas do primeiro caso e monumentais do segundo. Nessa opção teríamos um espaço destinado a abrigar na porção fechada do futuro edifício desativado um equipamento popular (espécie de feira, ou mercado) e, na porção descoberta, comércio de ambulantes e eventos populares de estrutura provisória, tais como feiras, comício, show, circo, dentre muitos.

Julgo importante idealizar uma terceira opção pelo fato de que, no caso da rodoviária, o tipo de uso dificilmente virá reverter, em curto prazo, a ocupação do entorno próximo, baseado em comércio de tradição popular, mesmo que o novo projeto possua uma inserção estratégica, situação diferente à da Praça Rui Barbosa ou da Estação Ferroviária, onde a intervenção possui maior influência no entorno. A terceira opção, se tratada de forma a equilibrar os valores atribuídos ao objeto, pode ainda construir um diálogo interventor em relação ao entorno, facilitando tráfego de pedestres através de aumento da permeabilidade do local e permissão de comércio popular, restaurando a primeira configuração do local, a praça do mercado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal desafio do trabalho foi o de lidar com a abrangência do seu objetivo, qual seja, estudar o histórico das convergências e conflitos entre arquitetura e urbanismo, buscando construir uma proximidade entre o papel das intervenções pontuais e planejamento da cidade contemporânea. Para tal, foi estabelecido o primeiro enfoque: o conceito de caráter propositor como interface entre as duas disciplinas e como estratégia possível para estreitar seus vínculos. O enfoque compreende a teoria, projeto e campo disciplinar do urbanismo como um corpo de propostas caracterizadas pela conversão da complexidade urbana em determinado modelo idealizado, tanto no estágio de análise como na viabilização das intervenções e planos formulados. Por outro lado, o mesmo enfoque compreende a arquitetura a partir de sua capacidade de atuação nesse processo, ou seja, a capacidade de intervir no espaço existente a partir da influência de um modelo pré-concebido, dotado de determinado vocabulário espacial, valores associados a esse vocabulário e postura de diálogo adotado em relação ao espaço existente.

A intenção do trabalho não foi estabelecer um recorte especializado do tema ou da área de estudo, mas a construção de enfoque capaz de integrar teorias fragmentadas e contraditórias, menos por pretensão do que por adequação e proximidade ao tipo de relação que arquitetura e urbanismo vêm construindo ao longo da evolução do Hipercentro de Belo Horizonte. Ainda sobre o enfoque adotado, a construção das categorias propostas – vocabulário formal, valores associados ao objeto e diálogo com entorno – demonstrou ser capaz de cumprir seu propósito inicial: organizar a discussão e análise da teoria e propor relações entre intervenções pontuais e o contexto urbano. Ainda que tratadas de forma qualitativa, as categorias revelaram também a possibilidade de compreensão satisfatória da área estudada, o que possibilitou a identificação de uma série de princípios de uma melhor inserção urbana, aspecto que voltarei a tratar nesse capítulo.

A opção por categorias qualitativas e preferência por aspectos ligados à fase de projeto e não somente ao espaço construído, afastaram a pesquisa de estudos de sintaxe espacial. Destaco novamente essa opção devido ao fato de, ao longo do trabalho, reconhecer que esse tipo de estudo poderia ter revelado outras possibilidades de compreensão dos modelos idealizados de espaço urbano, a partir da identificação de vocabulário formal comum aos modelos, aspecto que poderia conter outras aproximações possíveis entre arquitetura e urbanismo. A opção pela análise do projeto e da intenção, no entanto, demonstrou ser mais compatível com a base conceitual e opção metodológica adotada, além de permitir maior

aproximação entre teoria e a observação cotidiana que tive do local ao longo da pesquisa, podendo ser o trabalho considerado um complemento aos estudos do vocabulário espacial através de métodos quantitativos na região estudada.

O trabalho aprofundou, portanto, a relação entre o diálogo – indiferente, contextual ou interventor – e os valores associados ao objeto – monumentalidade, funcionalidade e socioespacialidade. A formulação das categorias integra dois caminhos utilizados pela investigação, o histórico – da arquitetura, do urbanismo e da área estudada – com o projetual – através das diretrizes formuladas para aproximar as disciplinas. Apresento os resultados da pesquisa através destes dois caminhos. O primeiro retoma a compreensão da área de estudo a partir do enfoque formulado, com destaque para o momento atual, no qual demonstro a forma como a transposição de modelos idealizados aconteceu na região e como a arquitetura teve, e tem, papel determinante na atual configuração do espaço urbano. O segundo discute a relação entre arquitetura e urbanismo a partir das propostas analisadas, através da identificação dos desafios conceituais, padrões de comportamento e estratégias de reversão da aparente ruptura entre as disciplinas.

5.1 Hipercentro de Belo Horizonte

Sobre a aproximação com o Hipercentro de Belo Horizonte, busquei, desde o início, evitar uma análise externa à teoria arquitetônica e urbana, opção que certamente reduziu as possibilidades de compreensão do espaço e, em alguns momentos, pode ter levado à precipitação de parte das conexões e conclusões apresentadas. Por outro lado, o contato com a literatura para formulação do histórico apresenta parte da teoria social, econômica e política, que, ainda que trabalhada através de fonte secundária, foi considerada suficiente para suprir parte dessa lacuna.

Possibilitou esse enfoque, também, a opção de lidar com o Hipercentro não como objeto a ser estudado, mas como campo de discussão para a aplicação e adequação de hipóteses conceituais elaboradas a partir do contato com a teoria urbana e arquitetônica. Ainda assim, julgo importante desenvolver alguns aspectos observados ao longo da pesquisa que revelaram além da elucidação das hipóteses, informações relevantes para a compreensão da região e seu planejamento, sobretudo no atual processo de requalificação e críticas que motivou.

Sobre a evolução da área de estudo, o histórico formulado demonstrou que a idealização de modelos urbanos pode ser considerada um dos mecanismos utilizados por urbanistas e

arquitetos para dominar a complexidade dos fenômenos e configurações urbanas da região, erguendo estruturas em muitos casos indiferentes ao processo de ocupação, necessidades funcionais e apropriação dos espaços. Nessas estruturas, a figura da utopia, tal como identificada nos primórdios da ciência urbana, se relacionou com a transposição fragmentada e descontextualizada de paradigmas espaciais acompanhados ou não da teoria que os originou.

O histórico do Hipercentro a partir da abordagem construída entre arquitetura e urbanismo revelou também uma tendência à utilização de reduzido vocabulário formal, na maioria dos casos reproduzidor da forma do lote urbano, alinhamento das edificações e, sobretudo, utilização de coeficientes máximos permitidos pela legislação de cada período. Esse comportamento é acompanhado ainda da conversão das poucas inovações, sobretudo no que se refere a propostas abertas ou de galeria, na solução tradicional. Duas exceções devem ser mencionadas: a solução do conjunto JK e o edifício Sulacap-Sudameris. Na primeira a adoção de coeficiente inferior ao permitido protegeu a volumetria adotada do adensamento do entorno enquanto que a abrangência do *pilotis* inviabiliza seu fechamento. Na segunda, a construção do anexo empobrece a proposta original, restando a esperança de reversão da situação.

Sobre o diálogo com o entorno foi percebido que intervenções indiferentes – transposição literal de modelos espaciais “estrangeiros” – possuem considerável redução na capacidade de modificar o meio urbano em que são inseridas, uma vez que tem seus valores mais facilmente desviados ao longo da ocupação, e mais evidenciada a distância entre estes, idealizados para outro contexto, e o local de inserção. Já o diálogo contextualista com o entorno – adotado com maior intensidade no projeto original e a partir da década de 80 – demonstrou ser capaz de cumprir seu objetivo primeiro, ou seja, preservar características consideradas como fundamentais para a identidade do local. A principal crítica do trabalho ao contextualismo seria a transferência do caráter propositor da arquitetura para o urbanismo ou para outros edifícios, limitação que raras vezes gerou uma boa relação entre as disciplinas. A terceira forma, ou o diálogo interventor em relação ao entorno, foi a que maior influência exerceu nas alterações urbanas do Hipercentro de Belo Horizonte, mas também o que causou maiores impactos ou sofreu maiores desvios nas propostas de intervenção.

O motivo desses desvios poderia ser explicado pela observação de que os três níveis de diálogo, além de se referir ao entorno, também se referem ao contexto, ou seja ao modelo urbano que no momento de idealização da proposta era hegemônico. Essa segunda instância crítica do diálogo, quando combinada com a anterior oferece maiores informações

para as interfaces apresentadas no próximo item. Dessa forma, no Hipercentro, quando temos um diálogo indiferente ao contexto, ou seja, uma proposta que não dialoga com o modelo em curso, temos duas situações: ou a intervenção não propõe modelo algum para a cidade, ou propõe um modelo sem relação com o anterior. Nos dois casos tivemos quase sempre a anulação da capacidade de modificação urbana da arquitetura ou conversão de seus valores iniciais em outros, sendo o anexo ao Ed. Sulacap um exemplo do primeiro caso e o Conjunto JK do segundo.

Por outro lado, o diálogo contextualista com o contexto demonstrou ser uma forma eficaz de fortalecer modelos urbanos implantados o que, em alguns casos, pode ser um importante instrumento de planejamento da cidade. Já o diálogo interventor, ou seja, o que propõe a conversão do modelo em outro, foi novamente o que demonstrou maior capacidade de atuação no tecido urbano. No Hipercentro, essa forma de diálogo inclui as propostas que se apropriaram de elementos do modelo urbano hegemônico para delinear uma nova configuração da cidade, sendo o Ed. Sulacap-Sudameris e o edifício da antiga feira de amostras os principais exemplos. No entanto, é prudente evitar a conclusão de que a escola art-decô e os edifícios da década de 40 e 50 representem o momento de maior aproximação entre as disciplinas, argumento que poderia ser desenvolvido em futuras pesquisas. O que trabalho conclui nesse aspecto é que a arquitetura e o urbanismo do Hipercentro, devido à convergência de diversas situações, tiveram no art decô seu momento de maior aproximação.

Finalmente, finalizando as considerações sobre a transposição de modelos na evolução do Hipercentro, temos os valores associados à intervenção, com predomínio da monumentalidade nas propostas. Esse predomínio pode ser explicado por abordagens externas às intervenções – que incluem desde o papel referencial dos centros urbanos até o destaque que a questão recebeu no período de idealização do projeto original – ou pelos modelos de arquitetura e urbanismo adotados ao longo da evolução a região, explicação mais próxima à pesquisa realizada. A opção considera que, embora o contexto econômico, social e político tenha tido papel importante na configuração urbana, a intensidade dessa influência pode variar em função de cada período. Nesse aspecto, o predomínio de valores monumentais associados às intervenções parece combinar a presença da utopia com a importação de cultura estrangeira, aspecto destacado no início do segundo capítulo, através da adoção de soluções funcionalmente e socialmente inadequadas ao nosso contexto. A situação gera, através da fragilidade desses valores, uma predisposição à adaptação dos valores aos mais diversos interesses, aspecto que, conforme demonstra Choay (2001), ocorre de maneira mais intensa no campo dos valores de monumentalidade. Acredito que nas recentes intervenções realizadas na região o peso dessa situação ultrapassa o papel do

contexto na configuração do espaço urbano, motivo pelo qual, o conflito de modelos poderia ser tomado como enfoque para problematizar e abrir novos campos de discussão.

Nessas intervenções, sobre a relação da arquitetura com o urbanismo, após um passado de grande influência na configuração espacial, o edifício perde força enquanto a capacidade de modificar a cidade se concentra em intervenções pontuais no tecido urbano. A primeira razão para tal é o pouco espaço físico para novas edificações, com grande parte do tecido urbano já ocupado por arranha-céus, cuja viabilidade econômica da demolição ainda não é realidade, embora o número de edifícios abandonados seja expressivo. A segunda razão, o pouco espaço para diálogo, fruto da combinação de legislação com herança ordenadora e mercado imobiliário especulativo, sendo os edifícios da última década na região uma tipologia baseada em gabarito e utilização máxima do terreno. A terceira, a padronização de um tipo de comportamento para as edificações que fogem à regra dos dois primeiros casos, mas optam por um tipo de diálogo essencialmente contextualista, que omite a função propositora da arquitetura e fortalece modelos já consolidados, conforme já discutido.

Por outro lado, o acréscimo na atuação das intervenções pontuais, sobretudo aquelas ligadas ao desenho urbano, bem como a adaptação e restauração de edificações notáveis, demonstrou grande capacidade de conversão da cidade em determinado modelo idealizado. Essa capacidade advém de um aspecto já destacado anteriormente, a transposição de um modelo urbano que combina o diálogo interventor com a conversão de elementos pertencentes a modelos anteriores em elementos mais próximos ao modelo idealizado. No caso, há uma bem sucedida manipulação de valores onde o principal aspecto a ser destacado são os valores de monumentalidade das propostas, característica fundamental das novas intervenções.

No entanto, essa manipulação abriga a seguinte contradição: a intenção de combinar a conversão de símbolos do passado em diferencial para competição entre cidades, por um lado, com a adoção de vocabulário formal comum a essas mesmas cidades, por outro. A estratégia utilizada para lidar com essa contradição é a idealização de um passado e sua conversão em modelo de espaço urbano essencialmente monumental, sobre o qual são atribuídos diversos valores de funcionalidade (atração de capital, fomento ao turismo, aquecimento do comércio, aproveitamento de infra-estrutura e edificações) e socioespacialidade (privilégio ao pedestre, espaço ao ambulante, amplos locais públicos, segurança e conforto). A maior parte dos desvios e recentes críticas a esse tipo de postura é a conversão de intenções sociais ou mesmo funcionais em cenografia ou simulações, incapazes de modificar a realidade ou propor novas configurações espaciais.

Como alternativa a esse modelo, atualmente hegemônico no Hipercentro, temos a tentativa de viabilização de intervenções que privilegiam valores de socioespacialidade, na tentativa de reverter a reprodução de geometria de poder no espaço urbano. A principal linha de atuação são as tentativas de implementar políticas de habitação social e promoção da diversidade social na região. Uma primeira vulnerabilidade do modelo seria a concentração da intervenção em edifícios, quase sempre ignorando o papel das intervenções no tecido urbano, principal arena de conflito nas recentes intenções de modificar cidade e ponto forte de afirmação do modelo anterior, como já mencionado. O segundo ponto vulnerável seria a ausência de valores de monumentalidade nas propostas, o que pode levar a desvios no modelo idealizado, sobretudo nos valores associados ao vocabulário espacial utilizado. Sobre os desdobramentos desse conflito, o pouco tempo de implementação das propostas não permite ainda uma avaliação além da identificação dos riscos e possibilidades de intervenção, sendo necessário maior distanciamento histórico para tal.

No entanto, o que o conflito demonstra são tentativas de superação da hegemonia de valores funcionalistas e diálogo indiferente ao entorno que marcou o modelo anterior de intervenção no Hipercentro, e ainda possui grande capacidade de atuação, sobretudo diante dos problemas de tráfego e infra-estrutura na região. A principal crítica ao modelo funcionalista seria a simplificação do urbanismo ao conjunto de respostas aos problemas urbanos, formulados a partir de diagnóstico supostamente científico, aspecto que aproxima a disciplina da gestão de problemas urbanos ao mesmo tempo em que a distancia da figura do planejamento. Do lado da arquitetura, o funcionalismo esteve presente nas tentativas de isolamento funcional do edifício, na falsa busca por neutralidade ideológica, na valorização da escala, da técnica e do pioneirismo como valores em si, na submissão ao mercado imobiliário e na busca de eficiência construtiva esvaziada de ideário social. São essas características do planejamento urbano e da arquitetura que pretendo reverter ou mesmo utilizar como antítese para o caminho de aproximação construído no item seguinte.

5.2 Aproximações entre arquitetura e urbanismo

Iniciei a investigação combatendo o que chamei de aparente ruptura entre arquitetura e urbanismo me referindo a um conjunto, excessivamente limitado e estático, de possibilidades de aproximação entre as disciplinas. Do lado do planejamento urbano e regional, tem-se o destaque a dois pontos de interface: a preservação dos edifícios históricos e o desenho urbano. No primeiro temos, além da participação na legislação e aprovação de intervenções, uma escola de desenho contextualista ao entorno imediato,

baseada em critérios pré-estabelecidos por literatura específica e implementadas por órgãos oficiais. No entanto, apesar de existir flexibilidade na interpretação desses critérios, o que se percebe é a adoção de modelos muito semelhantes entre si, com pouca contribuição para a discussão e evolução dos critérios. No segundo ponto de interface, o desenho urbano, a atuação da arquitetura se concentra em decisões importantes, mas de atuação restrita na interferência que a proposta poderia exercer no espaço urbano. Do lado da arquitetura, a relação com a cidade e o urbanismo é geralmente reduzida a um único aspecto: o “diálogo com o entorno”, clichê ligado ao exercício profissional e ao ensino que, ainda que desdobrado em diferentes níveis, lida preferencialmente com a interferência do espaço urbano no edifício e não o contrário. Ou seja, o entorno é analisado geralmente a partir de eixos visuais, insolação, acesso, visibilidade, ruído, dentre outros aspectos, gerando uma predisposição ao contextualismo, salvo raras exceções que conseguem um diálogo interventor com a cidade. Busco contribuir para a reversão desse panorama apresentando cinco aproximações ou tópicos para discussão, apresentadas a seguir, desenvolvidas ao longo do trabalho e contato com a história das intervenções no Hipercentro de Belo Horizonte.

A primeira aproximação seria a compreensão do caráter propositivo e da idealização de modelos nas propostas de intervenção pontual no tecido urbano, fundamental para evitar riscos comuns às disciplinas, dentre eles, a conversão das intenções originais em outras, a adoção de vocabulário inadequado, a pouca capacidade de influenciar na configuração do espaço urbano e a falsa capacidade de negar a subjetividade da proposta através de racionalização das condicionantes. A abordagem permite, no campo do urbanismo, não considerar o diagnóstico do espaço urbano somente através de seus aspectos objetivos, incapazes de proteger o planejamento da figura da utopia e do caráter propositivo. Qualquer proposta ou diagnóstico, por pressupor a redução da complexidade do objeto a enfoques pré-estabelecidos, contém presença de idealizações e expectativas vinculados a um vocabulário espacial dado à priori. Essa característica evidencia-se desde o desenho urbano até a elaboração de legislação e diretrizes de ocupação do território. Por outro lado, no campo da arquitetura, a abordagem permite identificar com maior clareza o papel da intervenção na medida em que converte o espaço urbano em objeto da proposta, e não somente condicionante da solução. Outro aspecto importante a ser assimilado a partir dessa aproximação é a compreensão de que a capacidade propositiva com relação ao tecido urbano não depende de sua completa assimilação, mas da capacidade de transformação das cidades e da sociedade. Nesse caso, quanto menor o espaço para a idealização, maior a ruptura entre arquitetura e urbanismo, enfoque que abrange o campo do projeto, da historiografia, da gestão e do planejamento.

A segunda aproximação seria a compreensão do vocabulário formal a partir dos valores a ele associados e não apenas através de seus atributos físicos. Ou seja, mesmo lidando indiretamente com a sintaxe espacial é possível, através de sua análise qualitativa, concluir que, na relação entre arquitetura e urbanismo, a definição e adoção de vocabulário formal é pautada nos valores associados ao objeto (que variam entre períodos históricos) e no diálogo que estes estabelecem com a cidade, e não somente no uso de atribuições de valor estáticos e inerentes às formas. Outro aspecto a ser trabalhado nessa segunda aproximação é presença da figura do modelo, com respectivo afastamento da figura do tipo, como forma de ruptura entre as disciplinas. Para uma aproximação consciente entre as disciplinas a presença do modelo deve ser questionada e problematizada, seguida da identificação da tradição tipológica das formas empregadas e da discussão da adequação ou não destas formas ao contexto e intenção da intervenção. Neste sentido, tal como apresentarei na quinta aproximação, a conversão do modelo em tipo seria um aspecto ligado à compreensão da presença da figura da utopia em relação ao conceito de fluxo temporal, liberdade e modernidade.

A terceira aproximação que o trabalho apresentou foi a compreensão do diálogo interventor em dois níveis, em relação ao entorno e em relação ao contexto, ou modelo idealizado predominante no momento de proposta da intervenção. A análise das intervenções realizadas indicou que o diálogo interventor é o que melhor exerce a capacidade propositiva da arquitetura em relação ao espaço urbano, porém desde que essa intervenção considere duas instâncias de contato com a cidade, o entorno imediato e o conflito entre o modelo hegemônico do período e o que a proposta vincula. Para dialogar com entorno, a pesquisa revelou a importância de se identificar vocabulário formal existente a partir de suas características espaciais (permeabilidades, fluxos, limites, dentre outras categorias de sintaxe espacial, enfoque não abordado diretamente no trabalho); a partir do diálogo que propõe ou exerce com o entorno e com a futura intervenção; e a partir dos valores associados a esse vocabulário que podem variar ou não ao longo de sua evolução e contato com o tecido urbano. Para dialogar com o contexto, o diálogo interventor pode identificar o modelo existente e o modelo presente na proposta, bem como suas expectativas em relação ao vocabulário que irá manipular, aspecto tratado na aproximação seguinte.

A quarta aproximação entre arquitetura e urbanismo se constrói através da busca pelo equilíbrio entre valores associados à proposta, o que sugere dois caminhos. O primeiro, sobre a importância da intervenção possuir um equilíbrio entre valores monumentais, funcionais e socioespaciais, ideal que pode ser construído através da identificação das expectativas de alteração que ela propõe na cidade. O segundo caminho, a importância deste equilíbrio na elaboração dessas expectativas, podendo a intervenção ser

compreendida como meio para se atingir um equilíbrio em determinada situação urbana. Um exemplo, a busca de intervenções socioespaciais para equilibrar a monumentalidade nos processos de enobrecimento de áreas centrais ou a conversão de obras funcionalistas autoritárias em situações de subversão de processos de exclusão social no espaço urbano.

Finalmente, a quinta aproximação procura compreender o conceito de fluxo e do corpo ativo como alternativa para aproximar a figura da utopia às intervenções na cidade. Se a aproximação anterior sugere a identificação do papel da intervenção na conversão da cidade em determinado modelo, esse item aponta para a importância de desvincular o papel do modelo do processo de projeto, sobretudo quando este se materializa em soluções espaciais estáticas e pré-definidas. Quando se aproxima essa intenção do dilema entre objetividade e autenticidade, também descrito no primeiro capítulo, e, ainda, confrontarmos a questão com os primeiros pensadores da modernidade, tal como apresentados por Otilia Arantes (1995), temos na metáfora do “deixar rastros” um interessante caminho para a intervenção no tecido urbano. Essa definição passa pela compreensão das possibilidades de desdobramento e desvio da estrutura espacial construída e sua possível capacidade de adequação a futuras demandas funcionais ou simbólicas. Nesse sentido, propostas com maior capacidade de flexibilização e maior complexidade durante a mutação das atribuições de valor ao objeto demonstraram ser mais duradouras do que objetos fechados em si mesmo, geralmente de inserção indiferente ao entorno e contexto. O papel da intervenção neste contexto passa a ser o de combinar as aproximações anteriores com o conceito de fluxo e liberdade e construção de um corpo ativo, a fim de que a presença da Utopia seja menos associado à de um modelo ideal e se defina como a capacidade de modificar e construir a cidade.

Como consideração final do trabalho, apontaria para as investigações que ele sugere a partir da definição de categorias capazes de lidar com a interface entre as disciplinas. Nesse aspecto o trabalho procurou deixar evidenciado o fato de não buscar uma compreensão do urbanismo e da arquitetura, campos que permitem múltiplas abordagens, mas o de buscar aplicar essa multiplicidade para aumentar a abrangência de suas interfaces. A opção por fazer isso através de um estudo de caso foi a de tornar a discussão menos abstrata e permitir maior proximidade entre seu desenvolvimento e o contato com a realidade, ainda que filtrada por um olhar crítico e, em diversos momentos, subjetivo.

Nesse aspecto considero importante a continuidade da investigação em três vertentes. A primeira o aprofundamento da relação entre as categorias e a teoria, local em que o discurso e as expectativas em relação ao objeto estão evidenciados com maior intensidade. A segunda vertente, o diversas vezes mencionado estudo da sintaxe espacial, porém,

aplicado aos projetos utópicos: desenhos de cidade não realizadas que parecem conter, ou debater, a origem da relação entre vocabulário formal, diálogo e valores associados ao objeto, aspectos fundamentais da discussão entre tipo e modelo e sua transposição para as disciplinas. A terceira vertente o aprofundamento historiográfico da disciplina como instrumento de construção de novas abordagens propositivas, discussão próxima à afirmação de Carlos Antônio Leite Brandão, em texto sobre os desafios da historiografia atual e sua aproximação à arquitetura e urbanismo que considero imprescindível para o fechamento do trabalho.

Ao perdermos a capacidade de especular sobre o futuro, projetá-lo e grafá-lo em imagens possíveis, mesmo que utópicas, perdemos também a capacidade de tomar a história e o passado nas mãos e reinterpretá-los, conjugá-los no presente e fecundar neles alternativas para a banalidade da realidade atual. A razão do estudo da história da arquitetura e do urbanismo não é providenciar um catálogo de modelos mortos à guisa de erudição, mas encontrar materiais e fontes que nos sirvam para dizer “não” ao presente, desviá-lo do curso mecânico e inelutável de um fato sempre adverso, e introduzir nossa autoria e nossa vontade na construção do futuro. E isso só é possível se elaborarmos como vetor uma imagem da comunidade e da cidade pretendida. [...]. (BRANDÃO, 2005. p.211-212)

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1995. 247p.

ARANTES, Otília; Vainer, Carlos; Hermínia, Maricato. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. 192p.

ARGAN, Giulio Carlo. Sobre tipologia em arquitetura. In: NESBITT, Kate. (Org.) **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)**. São Paulo: Cosac Naify, 2006. (p.267-272)

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva – História Antiga e História Média**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Síntese dos estudos desenvolvidos para o plano diretor de Belo Horizonte**: documento destinado ao debate público. Belo Horizonte:PBH, 1989.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Plano diretor de Belo Horizonte - BH 2010**. Belo Horizonte: PBH, 1990.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Legislação urbanística do município de Belo Horizonte**: Plano diretor, Lei n.7165 de 27 de agosto de 1996, parcelamento, ocupação e uso do solo urbano, lei n.7166 de 27 de agosto de 1996. Belo Horizonte: PBH, 1996.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Fórum de debates**: Plano Diretor de Belo Horizonte: junho de 1990. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Planejamento, 1999.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 2 ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1993.

BRANDÃO. Carlos Antônio Leite. Articulações e desarticulações da historiografia recente da arquitetura e do urbanismo. In: PINHEIRO, Eloísa Peti; GOMES, Marco Aurélio A. de Figueiras. (Orgs.) **A cidade como história: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo**. Salvador: EDUFBA, 2004. 223p. (p.209-221)

CARNEIRO, Marília Dalva Magalhães. **Ecletismo, uma ironia romântica: estudo da arquitetura doméstica em Belo Horizonte 1897-1940**. 1998. 195 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Algumas considerações sobre o patrimônio**. Ouro Preto:1992.

CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org) **Arquitetura da modernidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CAVALCANTI, Lauro. (Org) **Modernistas na repartição**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL – CEDEPLAR – FACE – UFMG. **Projeto Belo Horizonte no século XXI**. Belo Horizonte, 2004. Disponível em www.cedeplar.ufmg.br.

CHOAY, Françoise. **A regra e o modelo**: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1985.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESPE, 2001.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. Utopias e realidades: uma antologia. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979.

COLQUHOUN, Alan. Racionalismo: um conceito filosófico em arquitetura. In: COLQUHOUN, Alan. **Modernidade e tradição clássica**: ensaios sobre arquitetura. 1980-1087. São Paulo: Cossac e Naify, 2004. (p.67-95)

DEBORD, Guy. Introdução a uma crítica da geografia urbana. In: JACQUES, Paola Berenstein. **Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. (p.39-42)

ESTADO DE MINAS. **BH 100 anos nossa historia**. Belo Horizonte: Estado de Minas, 1997. 1 CD ROM.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 10 ed. São Paulo: Ed. USP, 2002.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Omnibus**: uma historia dos transportes coletivos em Belo Horizonte. Belo Horizonte: FJP, 1996. 380p.

GEHL, Jan; GEMZOE, Lars. **Novos espaços urbanos**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2002.

GOMES, Marco Aurélio A. de Figueiras & LIMA, Fábio José Martins de. Pensamento e Prática Urbanística em Belo Horizonte, 1895-1961. In: LEME Maria Cristina da Silva. (Org.) **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. Salvador: EDUFBA, 2005. (p.120 –139)

HALL, Peter. **Cidades do amanhã**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1988.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004. 383p.

HOLANDA, Frederico de (Org). **Arquitetura e urbanidade**. São Paulo: PróEditores Associados, 2003. 192p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUYSEN, Andréas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídias**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E HISTÓRICO NACIONAL – IPHAN. **Cartas patrimoniais**. Brasília, 1995. 343 p.

JACQUES, Paola Berenstein. **Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

LACASE, Jean-Paul. **Os métodos do urbanismo**. Campinas: Papirus, 1993.

LAGO, Luciana Corrêa do. **Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise**. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2000.

LAMAS, José Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 2 ed. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

LEME, Maria Cristina da Silva (Coord). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

LEMOS, Celina Borges. **Determinações do espaço urbano: a evolução econômica urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte**. 1988. 2v. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988.

MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. **Belo Horizonte: um espaço para a República**. Belo Horizonte: UFMG, 1989. 216 p.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). **O espaço da Diferença**. Campinas: Papirus, 2000. (p.176-185)

MELO, Denise Madsen. **Planejamento urbano de Belo Horizonte**: um estudo das principais propostas de planejamento elaboradas para a cidade. 1991. Monografia (Especialização) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1991.

MEYER, Regina Maria Prosperi (Coord). **Os centros das metrópoles**: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2001.

MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO – MHAB. **Juscelino prefeito**: um projeto de modernização urbana para Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2002.

MUNFORD, Lewis. **A Cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NORONHA, Carlos Roberto. **A área central de Belo Horizonte**: arqueologia do edifício vertical e espaço urbano construído. 1999. 426 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

PASSOS, Luiz Mauro do Carmo. **Edifícios de apartamento, Belo Horizonte 1939-1976**: formações e transformações na arquitetura da cidade. Belo Horizonte: AP Cultural, 1998.

PIMENTEL, Thais Velloso Congo. **A torre Kubitschek**: trajetória de um projeto em 30 anos de Brasil. Belo Horizonte: 1993. 181p

PLANEJAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - PLAMBEL. **Plano diretor da região metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1989.

RYKWERT, Joseph. **A sedução do lugar**: a história e futuro da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SOCIEDADE PARA ANÁLISE GRÁFICA E MECANOGRÁFICA APLICADA AOS COMPLEXOS SOCIAIS - SAGMACS. **Estrutura urbana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1999.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Engenheiro Aarão Reis**: o progresso como missão. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.

SCHICCHI, Maria Cristina; BENFATTI, Dênio. **Urbanismo**: dossiê São Paulo – Rio de Janeiro. Campinas: PUCCAMP / PROURB, 2004.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SENNET, Richard. **Carne e pedra, o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antônio A. (Org). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. (p.132-159)

TOLOSA, Hamilton C. A reestruturação produtiva do Rio de Janeiro e São Paulo e a Viabilidade das cidades mundiais brasileiras. In: REZENDE, F; LIMA, R. **Rio-São Paulo cidades mundiais: desafios e oportunidades**. Brasília: IPEA, 1999. (p.23, 42)

VARGAS, Heliana Comim; CASTILHO, Ana Luisa Howard. **Intervenções em centros urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. Barueri: Manole,2006.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antônio A. (Org). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. (p.80-103)